



PROFHISTÓRIA

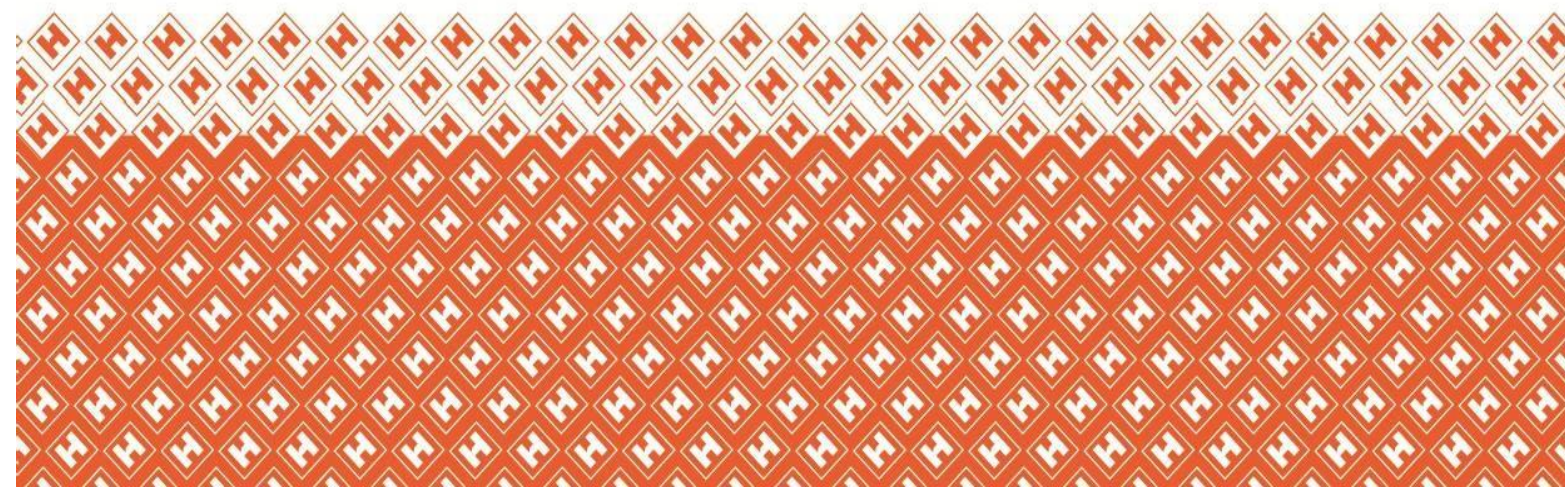
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

KARUME DA SILVA MALUF FRANCO

**As tradições do Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara, Goiás e o
ensino de história antirracista**

Uberlândia/MG
2024.



Karume da Silva Maluf Franco

As tradições do Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara, Goiás e o ensino de história antirracista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de História - Curso Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHISTÓRIA da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Santa Mônica, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientadora: Prof^a Dra. Ivete Batista da Silva Almeida

Prof^a Dra. Ivete Batista da Silva Almeida – PPGEH-UFU (Orientadora)

Prof. Dr. Heiberle Hirsberg Horácio – PPGDS-Unimontes

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu – PPGEH-UFU

Uberlândia, outubro de 2024.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F825t
2024 Franco, Karume da Silva Maluf, 1991-
As tradições do Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara, Goiás e o ensino de história antirracista [recurso eletrônico] / Karume da Silva Maluf Franco. - 2024.

Orientadora: Ivete Batista da Silva Almeida.
Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5221>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História - Estudo e ensino. I. Almeida, Ivete Batista da Silva, 1967-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

CDU: 930:37

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - profhistoria@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 25, PPGEH				
Data:	Vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	16h30
Matrícula do Discente:	12212HRN006				
Nome do Discente:	Karume da Silva Maluf Franco				
Título do Trabalho:	As tradições do Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara, Goiás e o ensino de história antirracista				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Centro de Memória da Cultura Negra de Uberlândia e Região "Graça do Aché": Identidade, Memória e Cultura Popular de Uberlândia e Região				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, assim composta: Professores Doutores: Ivete Batista da Silva Almeida - INHIS/UFU, orientadora da candidata; Jean Luiz Neves Abreu - INHIS/UFU e Heiberle Hirsberg Horácio - Unimontes.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Ivete Batista da Silva Almeida, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Dedico esta produção dissertativa para as pessoas da minha vida.

A minha mãe Rosângela Leonel da Silva,

Em memória de meu pai Carlos Humberto Maluf Franco,

Aos meus irmãos Kaio José Silva Maluf Franco e Kênia Silva Maluf Franco,

Ao meu sobrinho, Kevin Kaio Rodrigues Maluf.

Aos meus avós maternos Sebastiana Leonel da Silva e José Felisbino da Silva,

Aos meus tios maternos, Rosilane Leonel, Rosinei Leonel, José Felisbino Filho,
Uander Leonel e Rubens Leonel,

Aos meus primos, Dyemerson Leonel, Renata Leonel, Emerson Leonel, Gabriel Leonel, Viviane Leonel, Beatriz Leonel, Mariane Leonel, Gustavo Leonel, Ana Laura Leonel, Alisson Leonel, Bruno Amorim e Dianyffer Leonel.

Aos meus amigos e amigas, Denner Ferreira, Adriano Antonelli, Poliana Monteiro, Dayana Gomes, Regiane Cristina da Silva, Walquíria Borges, Marivane Costa, Fernando Vasconcelos, Talita Abdala, Sabrina Marquez e Josilene Souza.

E ao meu amor, Ana Jéssica Carneiro de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

A jornada até a conclusão desta dissertação não teria sido possível sem a orientação, proteção e bênçãos dos Orixás. Às forças ancestrais que guiam meus passos, expresso minha mais profunda gratidão. Em especial Nanã, senhora dos mistérios e das águas profundas, agradeço pela sua proteção e pela sabedoria que me concedeu para enfrentar os desafios que surgiram durante a elaboração desta dissertação. Foi em sua serenidade que encontrei a força necessária para persistir e, em sua sabedoria ancestral que busquei a inspiração para ultrapassar os obstáculos que apareceram pelo caminho.

Seu poder de transformação, que transforma a lama em vida, trouxe clareza em momentos de confusão e me guiou a trilhar com firmeza o caminho do conhecimento. Agradeço por seu acolhimento em momentos de dúvida e por sempre estar ao meu lado, proporcionando equilíbrio e paz ao meu espírito. Nanã, a mais antiga entre os antigos, guardiã do ciclo da vida e da morte, dedico a ti esta conquista, com todo o respeito e devoção. Que sua luz continue a iluminar meus passos e que eu possa honrar seus ensinamentos em todas as esferas da minha vida.

Agradeço a minha mãe pelo incentivo e dureza que te faz ser a fortaleza de nosso lar. Obrigada pelo carinho expressados nos atos de cuidados que são sua forma de dizer continue pois estou aqui, reconheço que você espera muito de mim pois este mestrado é, para nós, uma conquista coletiva e sem a sua contribuição seria difícil consegui-lo.

Agradeço a minha irmã Kênia que sempre soube que, cozinhar me autorregula e quando percebia minhas crises de ansiedade em frente ao computador me pedia para fazer uma pipoca, um bolo ou um lanchinho. Você não sabe o quanto você me ajudou com esses pedidos. Muito obrigada pela companhia durante meus estudos.

Agradeço ao meu irmão Kaio por ser minha maior referência familiar de intelectualidade, obrigada pelas inúmeras vezes que você precisou ser o suporte de razão, quando meu emocional esteve constantemente abalado, por me ajudar com a formatação deste trabalho, todas as vezes que eu o desconfigurei ao inserir imagens ou figuras. Obrigada pelo presente de ter trazido o Kevin para nossas vidas.

Agradeço a minha namorada, Ana Jéssica pelo suporte afetivo, por diminuir o peso do mundo, por ser o meu amor em vida e por cuidar de mim, por me acompanhar nas viagens para assistir as aulas da professora Dra. Ivete Batista da Silva Almeida, por me proporcionar segurança e o sentimento de nunca estar só nesse mundo. Obrigada por ser cotidianamente

minha dose de sanidade mental. Você é a minha vida. Te amo.

Agradeço os meus amigos e amigas, pelo apoio e incentivo, por compreenderem minhas ausências nos encontros, pelas leituras compartilhadas, pelas correções e avaliações do que eu estava escrevendo. Obrigada por me amar e não desistirem de mim. Em especial ao Denner Ferreira, Daya Gomes, Adriano Antonelli e Talita Abdala, que foram meu suporte de afeto e acolhimento, pelos conselhos, por me amparar nas crises de ansiedade, por acreditarem que eu conseguiria chegar aqui mesmo eu tendo dito diversas vezes que não.

Agradeço a professora Dra. Ivete Batista da Silva Almeida por acreditar em mim, por ter sido uma orientadora incrível, cuidadosa e afetuosa. Obrigada por ter lapidado tão bem a proposta de pesquisa aqui presente. Obrigada por respeitar minhas limitações e por enfrentar com maestria os desafios da vida. Você sempre será lembrada com máximo de respeito, e espero que saiba que vou ser eternamente grata pela graça de ter sido orientada por você. Certamente, se não fosse por você, essa dissertação não existiria.

Agradeço a Universidade Federal de Uberlândia UFU, pelo compromisso de ofertar o acesso ao ensino público de qualidade e pelo comprometimento com políticas de inclusão de pessoas com deficiência. Agradeço ao Programa PROF-História UFU em nome do coordenador Guilherme Amaral Luz. Agradeço especialmente os professores do programa, Aléxia Pádua Franco, Gilberto César de Noronha, Jean Luiz Neves Abreu, Ivete Batista da Silva Almeida Mara Regina do Nascimento, Maria Andréa Angelotti Carmo, Sauloéber Tarsio de Souza, pelo brilhantismo aplicado no ensino de história, durante as aulas ofertadas. E por fim, mas não menos importante, agradeço a melhor turma do PROF-História UFU, 2022, meus colegas de aulas e profissão e que hoje carinhosamente os chamo, de amigos.

Agradeço.

SOU UM PEDACINHO DA ÁFRICA

Luzia Florêncio

Há muitos anos, aqui chegavam os navios negreiros
Negros, escravos, como mercadoria, neste chão brasileiro!

Forçados a deixarem sua crença, sua fé, a ser batizado de uma forma qualquer
Sem ter consciência do que estavam fazendo, davam-lhes o nome de João, Joaquim ou José.
"Eram marcados a ferro, para-distinguir quem era seu dono
Eram vistos como animais e não como seres humanos
Numa amargura inconsolável, eles choravam a saudade da África querida
Lá tudo era amizade e alegria, aqui o sofrimento definhava a vida.
Mulheres eram separadas de seus maridos, filhos separados de seus pais
Moças forçadas a servir seu Sinhô, com a separação, não se viam nunca mais,
Além do trabalho forçado, a tortura do tronco e da chibata
E o sofrimento continuava, naquelas frias madrugadas.
Comiam lavagem no coxo, como porco no chiqueiro
Para aquecer o frio, nas senzalas acendia o fogareiro.
O negro foi descobrindo, que na força da união
Ainda que demorasse, transformaria tal situação.
Tinham muita confiança, no nosso Deus Javé
Pediam que Ele aumentasse a esperança e a fé
E assim, nas altas horas da noite, as vidas vão celebrar
Quando o Sinhô já dormia e não ia mais se levantar.
Ia para as encruzilhadas, símbolo da Cruz de Cristo no altar
Onde Ele sofreu e morreu para poder nos salvar.
Mostrando disponibilidade, partilha, ofereciam a Deus alimento
Pedindo que ninguém passe fome e tenha bom sentimento.
Ofereciam vela preta, símbolo da nossa negra cor
Diziam a Deus com carinho: somos negros cheios de amor!
Ofereciam a vela vermelha, símbolo do sangue derramado
Por causa da nossa cor, tantos corpos foram tombados.
Ofereciam a vela branca, que é símbolo da paz
Que vem do Deus da esperança, e tanta coragem nos traz.
Ofereciam a vela verde, a cor da esperança
Depois da tempestade, com certeza, vem a bonança.
Ofereciam a vela azul, cor do céu de anil
Símbolo de transformação desse imenso Brasil.
Símbolo da fraternidade que existia nos grandes terreiros
Oração, partilha, perdão, exercício do amor verdadeiro.
É como ser mãe de Santo, que quer dizer: ajudar a santificar
Abrir a porta de sua casa, a todos que queiram entrar.
Assim, os pequenos Quilombos começam a se formar
Na fuga em busca de melhores dias, começam se organizar.
A força armada contra os Quilombos, mortes e maus-tratos
Sofriam perseguição dos Sinhôs e capitães do mato.
Buscavam alento no abraço, instrumentos naturais, na dança
Cantava ao Deus da Esperança, e na capoeira, a vingança.
Zumbi dos Palmares, deu a vida para libertar seu povo
Traído por companheiros, morreu em busca de um tempo novo.
Com tanto sangue derramado, na luta para ser livre ou morrer
A Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, não tinha mais o que fazer.

Para os negros libertos, agora surgia mais dificuldades
Aprender a sobreviver, sem recursos, sem apoio, a sua liberdade.
Tem ainda quem não entende que somos gente
Iguais a todos, com nossos valores, e somos inteligentes!
No Brasil, tem grupos avançados, outros engatinhando
Mas o importante é saber, que os negros estão se organizando.
Desde criança percebi a diferença, o grande desvalor
O preconceito, a discriminação, por causa da nossa cor!
Somos um grupo que luta, buscando nossa identidade
De pés firmes no chão, sem sair da realidade.
A história do negro é de dor, os livros não vão contar
Está expressa em nossos rostos, em nossas vidas em nosso olhar.
A nossa dança, e as cores; nossa forma de rezar
A batida dos tambores e também o nosso gingar.
Gosto dos outros, gosto de mim, acho lindo meus pés arredondados
A minha pele negra, os meus olhos meio empapuçados
Meu corpo num vestido de seda, eu me encanto no espelho;
Ou num vestido estampado, também num vestido vermelho!
Exibo meus cabelos meio brancos, e carapinhados
As vezes deixo solto, ou então trago trançado.
Minha boca grande, lábios grossos, é de encantar
Para louvar a Deus, a vida, para sorrir e cantar.
Sou negra, e hoje posso dizer com muito brilho
Não sou estudada, mas plantei árvores, escrevi livros e criei filhos!

Resumo: A linha de pesquisa a que este trabalho se insere intitula-se ‘Saberes históricos em diferentes espaços de memória’. Pretendo desenvolver a história da tradição cultural da Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Congados e Moçambique Estrela de Ouro, do Bairro Parque dos Buritys em Itumbiara Goiás. A proposta de pesquisa consolidou-se durante o ano de 2022, quando a Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Congados e Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara, celebrou vinte e quatro anos de tradição congadeira e, nesse contexto, promoveu ações para manter o Moçambique ativo e unificado, preservando a tradição da fé em Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A reativação do Moçambique Estrela de Ouro aconteceu após a aprovação da Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020, Lei de Incentivo aos Movimentos Culturais, intitulada Lei Aldir Blanc que foi aprovada pelo Congresso Nacional em homenagem ao artista de mesmo nome, que faleceu em decorrência da doença Covid19. O fundo de financiamento foi disponibilizado para movimentos culturais afetados pelas políticas de restrições e isolamento social durante o período da pandemia. Com esta pesquisa, pretende-se, portanto, apresentar a trajetória do Moçambique Estrela de Ouro, sua criação, sua revitalização nos anos de 2020, finalizando com as impressões e memórias de seus integrantes que nos apresentam suas percepções sobre o valor do Moçambique e do congado como espaço de memória e cultura, que muito tem a contribuir com o ensino de história. A pesquisa pretende ainda, tocar em pontos importantes para a temática das culturas negras, como o desmonte das ações em prol da cultura negra, que resultou por exemplo no desaparecimento da Fundação Palmares, durante o governo Bolsonaro, a intolerância religiosa, a resistência negra em tempos de adversidade e a importância das práticas antirracistas no ensino de história. Como produto desta da pesquisa, serão elaboradas duas versões de sequência didática: uma para professores, como um guia teórico metodológico e outro direcionado aos alunos para que possam estudar e responder questões, desenvolvendo novos saberes, com foco na tolerância religiosa, na educação antirracista e no combate e enfrentamento do racismo no espaço escolar.

Palavras-Chaves: Ensino de História; Congada Moçambique Estrela de Ouro; Tradições do congado; Educação Antirracista; Tolerância Religiosa.

Abstract: The line of research to which this work belongs is entitled 'Historical knowledge in different spaces of memory'. I intend to develop the history of the cultural tradition of the Association of Nossa Senhora do Rosário and São Benedito Congados and Moçambique Estrela de Ouro, from the Parque dos Buritys neighborhood in Itumbiara, Goiás. The research proposal was consolidated during the year 2022, when the Association of Our Lady of the Rosary and Saint Benedict Congados and Mozambique Estrela de Ouro of Itumbiara celebrated twenty-four years of congadeira tradition and, in this context, promoted actions to keep Mozambique active and unified, preserving the tradition of faith in Our Lady of the Rosary and Saint Benedict. The reactivation of the Estrela de Ouro Mozambique took place after the approval of Law No. 14,017 of June 29, 2020, the Law to Encourage Cultural Movements, entitled the Aldir Blanc Law, which was approved by the National Congress in honor of the artist of the same name, who died of Covid-19. The funding was made available to cultural movements affected by policies of restrictions and social isolation during the pandemic. The aim of this research is therefore to present the trajectory of Mozambique Estrela de Ouro, its creation, its revitalization in the 2020s, ending with the impressions and memories of its members who present us with their perceptions of the value of Mozambique and congado as a space of memory and culture, which has much to contribute to the teaching of history. The research also intends to touch on important points for the theme of black cultures, such as the dismantling of actions in favor of black culture, which resulted, for example, in the dismantling of the Palmares Foundation during the Bolsonaro government, religious intolerance, black resistance in times of adversity and the importance of anti-racist practices in history teaching. As a product of this research, two versions of the didactic sequence will be prepared: one for teachers, as a theoretical methodological guide, and another aimed at students so that they can study and answer questions, developing new knowledge, with a focus on religious tolerance, anti-racist education and combating and confronting racism in the school space.

Keywords: History teaching; Congada Moçambique Estrela de Ouro; Congado traditions; Anti-racist education; Religious tolerance.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. ORIGEM E CONSAGRAÇÃO DO CONGADO MOÇAMBIQUE ESTRELA DE OURO.....	19
1.1 História dos sujeitos; Ausências e Presenças; da fundação à Reativação da Congada Moçambique Estrela de Ouro.	19
1.2 Personalidades e Lugares Históricos, questão de território, pertencimento das tradições congadeiras	26
2 INVISIBILIDADE CULTURAL NA CIDADE DE ITUMBIARA	49
2.1 Obstáculos e falta de infraestrutura para manutenção da Irmandade da Congada Estrela de Ouro	49
3. MOBILIZAÇÃO SOCIAL DOS GRUPOS DE CONGADA - COM PODER DA PALAVRA....	62
3.1 Redes de Solidariedade atuante na cidade de Itumbiara	64
3.2 Moçambique Estrela de Ouro no Bairro Parque dos Buritys na Cidade de Itumbiara - GO	68
3.3 Ações realizadas através do incentivo cultural assegurado pelas Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo	83
3.4 Estruturação e Aplicação de Planejamento de Inclusão de Atividades Antirracistas nas Instituições de Ensino Parceiras da Congada Moçambique Estrela de Ouro - Itumbiara GO .	86
3.5 Relação Institucional entre os ternos de Congada e as transformações do corpo negro no espaço da cidade	92
PRODUTO.....	99
Sequência Didática direcionado aos professores de História nível Ensino Médio	99
Caderno de Atividades direcionados aos alunos do nível Ensino Médio	100
Nível de materiais diferentes para diferentes turmas e competências	102
Conhecer a história da cultura negra brasileira para superar a intolerância e o racismo - Documentário: Anel de Tucum	106
Atividades avaliativas objetivas e discursivas a serem aplicadas	111
CONCLUSÃO.....	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
ANEXOS.....	124
CANÇÕES – MOÇAMBIQUE ESTRELA DE OURO.....	125

INTRODUÇÃO

O sentimento de incômodo que motivou esta pesquisa, teve início a partir da percepção de que não se pode reparar por completo os danos causados às vivências de vários grupos sociais prejudicados no passado e, principalmente, pelo desejo de que não se esqueça os acontecimentos históricos que motivaram tais danos e sofrimentos. As evidências apontam que os opressores sempre puderam contar sua história, invisibilizando os oprimidos e isso também aborrece.

No processo de reescrita dessa história dos esquecidos, no campo da construção das identidades, os jovens que fazem parte de comunidades congadeiras ainda estão construindo um sentimento de orgulho em relação a congada, construindo um entendimento sobre as tradições, sobre a importância do aquilombamento¹ na irmandade², compreendendo o valor da trajetória histórica e familiar; estão em processo de compreender o valor da luta pelo direito de praticarem a sua cultura, o valor do antirracismo e das conquistas do movimento negro da cidade de Itumbiara através do Moçambique Estrela de Ouro.

Nesse caso, falar de educação das relações étnico-raciais e/ou de um processo de ensino que considere a diversidade e a multiracialidade no ambiente escolar, implica em partir da diferença/identidade ou da classificação racial/social enquanto ponto de partida, ou seja, enquanto início de diálogo pedagógico, revelador de um novo paradigma. Nessa conjuntura, é correto afirmar que a Lei nº 10.639/2003, além de demonstrar o reconhecimento do racismo como elemento estrutural por parte do poder público, iniciou um processo de desconstrução de um sentimento de nacionalidade cujo objetivo era investir na produção de consenso em meio à diversidade de grupos étnicos subordinados (Santos, 2022. p. 134).

Entendemos assim, que a compreensão do valor da multiculturalidade seja um ponto importante. Nesse sentido, Santos (2022) desenvolve um olhar crítico através do ensino de história multicultural e convida a juventude a compreender as dissonâncias e os embates

¹ “É uma necessidade histórica, é um chamado, uma reconexão com nossa ancestralidade para atuar no presente, é construir esperança, é construir força, é construir sonho, é construir um futuro melhor” (Junior, 2019).

² O conceito de irmandade nesta pesquisa, parte da compreensão que a reativação da “Associação de Senhora do Rosário e São Benedito Congados e Moçambique Estrela de Ouro”, se torna um agente mobilizador para a formação da “Associação da Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário União dos Ternos de Itumbiara”. Nesse caso, a união dos ternos de Itumbiara surge a partir da reativação do Moçambique Estrela de Ouro, alinhado aos projetos executados no que cerne o movimento negro na cidade. A formatação do coletivo das congadas em Itumbiara, é inspirado nos grupos congadeiros de Minas Gerais, mas não se configura com o mesmo formato. De acordo com a documentação analisada, Ata de Fundação, Assembleias e o Estatuto da Associação da Irmandade, é possível constatar esse diferencial. O Estrela de Ouro é fundado como uma Associação com objetivos religiosos e sociais. A Irmandade, surge a partir da reativação do Moçambique Estrela de Ouro. (Notas da Autora 2024)

culturais desenvolvidos ao longo da história, que impediram a aprendizagem de manifestações das culturas pretas, como a congada, como princípios prioritários de suas vidas. Mesmo fazendo parte de famílias congadeiras, muitos jovens, por conta do que aprendem como princípios de organização social na escola, desconhecem o quanto o congado é fundamental como componente basilar na estrutura de suas famílias e de como os saberes da congada circulam em seus cotidianos, estando presente nas histórias do passado de seus avós, de seus pais e também na construção do dia-a-dia, criando assim uma conexão entre o passado e o presente, fazendo com que os valores e vivências dos mais velhos sobrevivam aos silenciamentos históricos.

O princípio da construção coletiva do conhecimento busca identificar a comunidade como produtora de saberes que reconhecem suas referências culturais e os significados associados à memória coletiva do lugar. Entendendo a cultura popular e o congado como Patrimônio Cultural, e os conteúdos educativos formais como campo que reconhece a importância do Patrimônio Cultural como recurso para a compreensão sócio histórica, surge, a educação patrimonial, nesse contexto como um lugar de mediação da aprendizagem humana.

Em qualquer condição, parece que os negros não abrem mão de sua natureza transcendental: segredo mágico da alegria que veste a tristeza para não deixar a dor fragmentar a condição ontológica daquele que vive o preconceito e seus desdobramentos (Prudente, 2002. p. 129).

As experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas. As políticas públicas na área da educação deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, valorizando os processos de criação de símbolos e circulação de significados, ao invés de preservar lugares, edificações e objetos pelo seu valor para uma história factual, ou para uma história do vencedor. As políticas de preservação, ao valorizarem as trajetórias dos grupos minorizados poderiam agir de maneira a possibilitar uma transformação das representações, construindo uma formação escolar antirracista

A educação antirracista é revolucionária, pois desloca e convoca ao rompimento de relações étnico-raciais hierarquizadas. Assim, pensar em educação antirracista é assumir a contramão dos movimentos de exclusão e violência, compreender as marcas coloniais que persistem, com força, no cotidiano contemporâneo e atuar por sua superação. Este livro representa a culminância de um projeto desenvolvido em um colégio de aplicação federal, entre novembro de 2020 e abril de 2022, com o objetivo de construir uma

educação antirracista. Finalizado o projeto, a conquista da equidade étnico-racial e a implementação de práticas educacionais antirracistas seguem como desafios e sonhos compartilhados. Nele, são oferecidas, para leitura e debate, produções que demarcam caminhos que podem nos levar a tal conquista. Caminhos trilhados com sensibilidades, por meio de experiências de pesquisa e de ensino subsidiadas por aportes teóricos antirracistas e decoloniais. Aqui, palavras, imagens, cores, formas, sons e ritmos repercutem processos individuais e coletivos (Silva & Santos, 2022. p. 11).

Essa pesquisa parte da percepção sobre a importância para a educação e para o ensino de se identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social. Ao observarmos três gerações vinculadas ao Moçambique Estrela de Ouro, observamos que, das vivências no congado, fazem parte não apenas a superação dos problemas, dos desafios que compõem um processo de desenvolvimento de aprendizagem humana, mas também o domínio de modos culturais, de agir de pensar, de se relacionar com os outros e consigo os mesmos. Com essa pesquisa, pretende-se demonstrar que o congado vai além de uma prática ou performance, ele não é só um momento de festa, mas um gerador de significados para as vidas daqueles que dele fazem parte.

Entendemos que as memórias e os valores identitários das tradições de matrizes africanas, bem como o ensino das tradições congadeiras poderiam ser ferramentas didáticas para o ensino de história em uma perspectiva antirracista, dando suporte tanto ao trabalho com as questões raciais, quanto ao combate à intolerância religiosa.

Quando desfilam em cortejos pelas ruas, ou quando marcham por elas, entre uma e outra casas de visitas, os ternos conservam a mesma disposição. Ela só é alterada: a) quando passam por cima da “linha do trem”, ocasião em que dançantes dão as costas para a direção de onde vinham até “passar a linha”; b) quando passam por cruzamento de duas ruas, ocasião em que as irmandades fazem evoluções, combinando suas frentes e combinando as colunas de dois lados (Brasileiro, 2021. p. 100).

A devoção empregada na congada, o movimento, as cores, as bandeiras, as simbologias, expressam o lugar da congada nas falas das pessoas entrevistadas. Mesmo a forma como se posicionam na festa devocional da congada, representa a conexão entre o cristianismo católico e a devoção do catolicismo negro em São Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

A história documental do Moçambique Estrela de Ouro, o surgimento da irmandade, suas matriarcas e patriarcas que se dedicam a fortalecer as tradições, representam realidades resistentes ao tempo, aos movimentos culturais locais e sua valorização no ensino

de história local, conectando-se aos objetivos da lei 10. 639/03.

Criada em 1988 pela lei nº 7.668, a Fundação Palmares nasceu após diversas ações de lideranças negras do Brasil pela implementação de um órgão focado na cultura afro-brasileira. Nos últimos anos, no entanto, a FCP tem sido enfraquecida. Em 2016, o ex-presidente Michel Temer (MDB) extinguiu o Ministério da Cultura — órgão ao qual a fundação era vinculada — e o transformou em secretaria. O ministério chegou a ser recriado por Temer, mas foi novamente extinto pela gestão de Jair Bolsonaro (PL) (Borges, 2022. p. 1).

A chegada de Camargo à presidência da FCP³ 4 foi marcada por perdas das conquistas da organização ao longo dos anos. Em 2020, ele extinguiu uma série de comissões ligadas à fundação, como os comitês de gestão do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, de dados abertos e de segurança da informação. Em maio de 2020, sob o comando de Camargo, a FCP excluiu quase 30 nomes da lista de personalidades homenageadas. Pessoas importantes para a cultura afro-brasileira tiveram suas menções apagadas, como a escritora Conceição Evaristo, e os músicos Elza Soares e Gilberto Gil. (Borges, 2022. p. 3).

Da prática da Congada fazem parte vários costumes, princípios e valores; dentre eles estão os cânticos que coletamos a partir das entrevistas com três gerações da família do Moçambique Estrela de Ouro.

No caso específico do Estrela de Ouro, muitas de suas práticas estiveram perto de desaparecer em virtude da desarticulação financeira pela qual os ternos e moçambiques passaram durante anos. A aprovação da Lei Aldir Blanc possibilitou ao grupo reativar as atividades, promover ações e projetos junto à comunidade.

Ao coletarmos relatos, materiais e memórias como as entrevistas com congadeiras/congadeiros do Moçambique Estrela de Ouro, percebemos o potencial dessas vivências como material que pode contribuir para a construção de uma história que dê voz e protagonismo aos saberes e fazeres dos grupos minorizados, uma educação antirracista que valorize as tradições congadeiras. Esse Moçambique vem de um lugar específico na cidade, o Bairro Parque dos Buritys, na cidade de Itumbiara, seu lugar e suas práticas têm um papel na construção de uma compreensão plural sobre a história da cidade:

"O lugar tem um papel ambíguo em tudo isso. O horror às exclusividades locais equilibra-se, precariamente, em relação ao apoio à luta vulnerável pela defesa de ser pequeno torrão. Enquanto o lugar é reinventado ou rejeitado, esses debates, de forma incrivelmente distintas, há muitas vezes, pressuposições adjacentes compartilhadas: de lugar como algo fechado, coerente, integrado, como autêntico, como lar, um refúgio seguro, de espaço

³ FCP: Fundação Cultural Palmares.

como, de algum modo, originalmente, regionalizado, como sempre já dividido em partes iguais. E mais do isso, ainda eles instituem, implicitamente, mas inserida dentro dos próprios discursos, que eles mobilizam uma contraposição, as vezes até mesmo uma hostilidade, certamente uma imaginação, implícita de diferentes “níveis” teóricos (do abstrato versus o cotidiano e assim por diante) entre espaço, por um lado, e lugar, por outro. (Massey, 2008. p. 106).

O Moçambique Estrela de Ouro é estudado como um lugar de enraizamento social, político e religioso. O Moçambique Estrela de Ouro e a Irmandade formam uma unidade, e a fé em São Benedito e Nossa Senhora do Rosário é o que une a todos os fiéis que se dedicam aos ternos e moçambiques. Ao lhes proporcionar esse lugar enquanto fiéis católicos, a Irmandade concede aos integrantes dos moçambiques um lugar a partir do qual, podem se posicionar enquanto cidadãos e como pessoas que trabalham no exercício da resistência racial e religiosa, valorizando de maneira sensível, suas vivências e as ações direcionadas ao congado.

Dessa forma, no capítulo 1 discutiremos as origens e a formação do Moçambique Estrela de Ouro; no capítulo 2 apresentaremos a questão da invisibilidade da cultura congadeira em Itumbiara, no capítulo 3 abordaremos as ações e o lugar da cultura congadeira para as pessoas que dela participam. Em seguida, apresentaremos nossa proposta de produto e, em seguida, nossas Considerações Finais.

Em nossa proposta de Produto de Dissertação, propomos um conjunto de ações que incluam a congada no Projeto Político Pedagógico dentro da sequência didática elaborada para professores que evidencia a aplicação da lei 10.639/03 com objetivo de discutir o antirracismo no espaço escolar, em diferentes momentos e não apenas no mês de novembro, com intuito de resgatar os elementos culturais congadeiros/as e combater o racismo e a intolerância religiosa institucionalizada, utilizando possibilidades outras.

Com os nossos ancestrais vieram as suas divindades, seus modos singulares e diversos de visão de mundo, sua alteridade linguística, artística, técnica, religiosa, cultural, suas diferentes formas de organização social e de simbolização do real (...) No processo dinâmico de interação com o outro, transformam-se e reatualizam-se, continuamente, em novos e diferenciados rituais de linguagem e de expressão, coreografando a singularidade e alteridade negras (Martins, 1997. p. 26).

Ao afirmarmos que as experiências educativas são mais efetivas quando integradas às demais dimensões da vida das pessoas, o que queremos reforçar é que, em outras palavras, elas devem fazer sentido e serem percebidas nas práticas cotidianas. Sendo assim os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são também contextos educativos que formam e moldam o seu jeito de ser e estar no mundo.

Instituições e poderes públicos devem mediar todo o tipo de processo de patrimonialização, encaminhando demandas e intervindo em questões pontuais e estratégicas, sempre ser pautado pelo respeito à diversidade sociocultural. Os programas de educação patrimonial, como mais educação e a casa patrimônio, contribui para construir saberes e práticas a partir de fotografias, cartazes interativos, quebra-cabeças e outros materiais didáticos, como por exemplo bens e utensílios da vida de personalidades históricas e ou comunitários (IPHAN, 2014).

Dessa maneira, não só as práticas sociais são apropriadas para nos ensinar, mas também os problemas, as soluções e as situações para as quais eles foram criados, são elementos históricos com grande potencial para a aprendizagem dos saberes e vivências. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento de aprendizagem humana, como domínio de modos culturais, formas de agir, de pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmos.

E, para consolidar esta pesquisa, além da sequência didática para o professor, produzimos um caderno de atividades para alunos de ensino médio, com o objetivo de sensibilizar e valorizar a cultura local congadeira numa perspectiva de construção de uma educação antirracista, que promova a inclusão do Moçambique Estrela de Ouro, no PPP, unindo o ano letivo e o tempo do festejo.

1. ORIGEM E CONSAGRAÇÃO DO CONGADO MOÇAMBIQUE ESTRELA DE OURO

1.1 História dos sujeitos; Ausências e Presenças; da fundação à Reativação da Congada Moçambique Estrela de Ouro.

A fundação de Itumbiara foi realizada pelo interventor constitucional de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, que proferiu as seguintes palavras, “O lugar é uma espécie de éden em pleno sertão brasileiro, já pela beleza surpreendente da paisagem tropicalmente pródiga”. Essa região foi vista pelo interventor, com valor econômico à ser explorado e povoado.

A origem da cidade está relacionada, segundo o advogado e pesquisador Rogério Arédio Ferreira (2009), com a figura do português Marechal Mattos que se instalou no Porto de Santa Rita do Paranaíba, a fim de construir a estrada que ligava Anhanguera GO a Uberaba MG, passando pelo rio Paranaíba e pelo posto de arrecadação de rendas estaduais.

A localização fluvial de Itumbiara, na região sul do Estado de Goiás, pertencente à zona do Meia Ponte que divide os rios dos Bois e Quirinópolis, próximo às cidades Goiatuba, Buriti Alegre e o ribeirão Mendes, sendo tal território muito propício para a agropecuária. Um lugar que transmitia beleza e possibilidades, fator esse que proporcionou para o município um rápido desenvolvimento.

O povoamento de Itumbiara deu-se a partir do crescimento dos estados de São Paulo e Minas Gerais, atraídos pela fertilidade do território e as possibilidades agrícolas e pecuaristas as levam migratórias ocupavam a região. Não demorou e em 1852 foi construída a capela de Santa Rita, o que deu início à organização da vida devocional católica na região. Em 1909 Itumbiara desmembrou-se do município de Morrinhos, em 1915 Itumbiara elevou-se ao status de cidade, amparada pela lei federal nº 518 e em 1918, constituiu-se como categoria de Comarca.

Itumbiara cresceu em meio a uma população de diversas orientações religiosas e, em junho de 1998 o prefeito de Itumbiara, Cairo Ferreira Batista, assina a autorização da aplicação da lei 039/99³ que dispõe sobre a doação de uma área de 734,26m² (setecentos e trinta e quatro metros quadrados e vinte e seis centésimos), localizada na Av. dos Buritys, Qd. 39, Lt. E, Bairro Parque dos Buritys, nesta cidade de Itumbiara-GO, em favor da Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Congados e Moçambique “Estrela de Ouro”.

A lei 039/99 serviu naquele momento como instrumento de garantia de instalação da sede da irmandade, cumprindo com o papel social que a propriedade pública dispõe para a Associação do Estrela de Ouro. Nesse caso, receber essa terra representava a manutenção do

Moçambique, no município de Itumbiara.

Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas. Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver e de se organizar, ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diversificadas, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social. Nessa perspectiva, a cultura não é pensada como curiosidade ou um exotismo, mas enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio da qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades criativas, forjando os processos de mudança social (Khoury, 2001. p. 80).

É importante considerar aqui, a multiplicidade das narrativas, de forma a ampliar o campo das percepções de caráter contraditório e não linear, das ações dos sujeitos em suas vivências, trajetórias e demandas cotidianas. Especificamente sobre essa gestão citada existem diferentes percepções sobre a atuação do prefeito.

O que o arquivo documental indica é que o Moçambique mantinha boas relações com o poder executivo municipal, dessa forma a associação mesmo não sendo a mais antiga da cidade, naquele momento (1998), mesmo existindo outras mais antigas, o Estrela de Ouro foi quem recebeu o benefício de construir uma sede. O que pode refletir a importância de formar alianças políticas em cidades interioranas. Embora tenham existido dificuldades de manter a prática do congado, principalmente pela divergência nos valores estabelecidos e nos significados que envolvem essa prática cultural. A comunidade conquistou esse direito de construção de uma sede.

De acordo com o portal transparência⁴, “a Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Congados e Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara CNPJ 02.547.906/0001-56, fundada em 28/05/1998, está com a situação cadastral ativa na Receita Federal”. Sua atividade econômica principal é atividades de associações de defesa de direitos sociais.

Deve-se incluir tanto a representação histórica dominante no âmbito público quanto procurar ampliar ou generalizar experiências subordinadas ou

⁴ Portal Transparência é um site governamental para ter acesso a dados da controladoria da União. Acesso em: Início - Portal da transparência (portaldatransparencia.gov.br).

privadas. Como todas as disputas deve ter dois lados. Nos estudos concretos, memórias privadas não podem ser facilmente desvinculadas dos efeitos dos discursos históricos dominantes. Muitas vezes são estes que suprem os próprios termos por meio dos quais uma história privada é pensada. Memórias do passado são, como todas as formas de senso comum, construções singularmente complexas parecendo um tipo de geologia, sedimentação seletiva de vestígios do passado (Fenelon, 2005. p. 286).

O Moçambique, cultura manifestada através da congada, articula um espaço de diversidade e pluralidade, dividindo espaço com as disputas e tensões cotidianas da cidade, da população e principalmente da irmandade. Dentro dessas disputas e tensões são evidenciadas dificuldades, limitações compartilhadas no âmbito familiar que refletem diretamente no festejo. Isso levanta a questão do movimento de manutenção dos valores e práticas conflitantes entre a existência da congada e a cidade.

A criação do Moçambique Estrela de Ouro demonstra que a busca de apoio financeiro, fundamenta um panorama de disputa de espaço, referências políticas, modo de vida e modo de luta que são tão importantes quanto as tradições. O presidente da Associação Nossa Senhora do Rosário e São Benedito no momento de criação era Paulo Cesar Ventura da Silva e, atualmente, seu filho Fransérgio Ventura da Silva é o principal mobilizador da reativação do Moçambique na cidade, afinal, como diz E. P. Thompsom “os homens e mulheres também retornam” (Thompsom, 1981, p.182).

Essa permanência de pessoas, famílias e lideranças, pode ser pensada a partir do que observa Guimarães (2001) em sua pesquisa, ao afirmar que o comportamento do eleitorado negro no Brasil possui elementos de força e convencimento do governo de Getúlio Vargas até o fim da Ditadura militar. O autor observa ainda como existem elementos pontuais do passado fazendo conexão direta ou indiretamente com situação política na atualidade.

Entendemos que o meio político deveria ter a capacidade de transformar condições de infraestruturas classistas, mercadológicas, educativas que pudessem superar a escravidão, desconstruir a imagem do negro estereotipada, e o preconceito contra a cultura e as comunidades negras. Para esse entendimento os autores Bolívar Lamounier e Amaury de Souza (2010), no livro ‘A classe média brasileira, ambições, valores e projetos de sociedade’ questionam sobre a condição de negros e brancos se diferenciam em seus comportamentos políticos e isso se relaciona com as desigualdades sociais e que existe um comportamento político coletivo, uma solidariedade racial.

O ponto de vista desse questionamento é de que o Brasil enquanto construção nacional, se nega fortemente a reconhecer a existência de uma questão racial, mesmo com as

marcas de uma nação formada pela diretriz colonizadora, que exerceu e exerce domínio sobre os corpos indígenas e negros. Entendemos que a ideia de que a nação brasileira tenha sido formada por misturas, hibridismo cultural/religioso, diferenças biológicas ditando a democracia racial, seja a raiz do problema.

O Brasil é uma nação marcada pela miscigenação entre brancos, negros e indígenas, formando o que os cétedras especialistas no assunto definem como diversidade étnica, de onde emergem inúmeras manifestações culturais e tradições. Ao passo que, muitas dessas tradições não foram devidamente valorizadas pelo conceito de modernidade, que separou a cultura em 'alta' (ou “de elite”) e ‘popular’. A visão de um Brasil miscigenado, como mencionado, é uma ideia central que permeia as obras de autores e intelectuais do início do século XX, especialmente os que se dedicaram a compreender a formação social e cultural do Brasil.

Gilberto Freyre “Casa-Grande & Senzala” (1933), apresenta a miscigenação como elemento fundamental para a formação da identidade cultural brasileira, analisando as interações entre portugueses, africanos e indígenas no período colonial. Em “Sobrados e Mucambos” (1936) o autor expande a análise para as transformações sociais e culturais no Brasil urbano, destacando o impacto das interações raciais.

Na teoria de Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” (1936): Embora seu foco esteja na formação cultural e política brasileira, Holanda aborda a miscigenação como um fator importante na construção da identidade nacional, destacando a contribuição das culturas indígena, africana e portuguesa.

Já na obra de Caio Prado Júnior “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), trata-se de uma análise marxista da história do Brasil, explorando como a economia colonial baseada na escravidão e na monocultura ajudou a moldar a sociedade miscigenada brasileira.

Essas obras influenciaram amplamente o pensamento social e diversificado no Brasil, sendo frequentemente citadas e debatidas em diversas áreas, como sociologia e história. Pois estas obras exercem uma visão de um Brasil miscigenado foi construída por teóricos como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, além de ter sido amplamente explorada pelas e ciências sociais.

A percepção desse Brasil inventado está diretamente relacionada ao passado colonial escravocrata e à chegada de imigrantes europeus, que foram incentivados a ocupar o mercado de trabalho e receberam privilégios como terras e destaque sociocultural. Assim, enquanto os negros escravizados eram marginalizados, os europeus recém-chegados encontravam acolhimento e formalidade. Isso reflete as diferentes experiências e oportunidades que os grupos étnicos enfrentaram ao longo da história brasileira.

No contexto regional, os negros muitas vezes enfrentam o desafio de lidar com sua cor e, por vezes, adotam uma postura de conformismo social, buscando ascensão e aceitação pública. No entanto, essa postura não deve ser confundida com a militância ativa de grupos que lutam pela identidade racial, como a 'Frente Negra Brasileira'⁵ que se esforça para fortalecer valores comunitários e a identidade racial. Foi uma das mais importantes entidades do movimento negro no início do século XX e se destacou pela sua organização e impacto político. Os objetivos principais da Frente Negra Brasileira era de combater o racismo: A FNB denunciava a discriminação racial em diversos setores, como o mercado de trabalho, a educação e o acesso à cidadania plena. Educação e conscientização: Promovia a alfabetização, cursos profissionalizantes e palestras para a valorização da identidade negra. Participação política: Lutava pela igualdade de direitos para negros e negras, inclusive com o objetivo de influenciar a política nacional. Fortalecer a identidade cultural: Reivindicava o reconhecimento da contribuição afro-brasileira na formação da cultura e da história do Brasil.

As atividades da Frente Negra Brasileira estavam concentradas na criação de jornais e boletins para divulgar suas ideias, como o periódico “A Voz da Raça”, que articulava debates sobre questões raciais e denunciava práticas racistas. Organizava eventos culturais e sociais para a valorização da herança africana. Oferecia serviços de assistência social para a comunidade negra.

Ao longo da trajetória da Frente Negra Brasileira, a organização se transformou em partido político e em 1936, sendo o primeiro partido político voltado para os interesses da população negra no Brasil. No entanto, em 1937, com a implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas, todos os partidos políticos foram dissolvidos, e a Frente Negra Brasileira foi desarticulada.

No que diz respeito a herança histórica, mesmo em sua curta existência, a FNB obteve um papel crucial na articulação de um movimento negro organizado no Brasil, deixando um legado de luta pela igualdade racial que inspirou gerações posteriores. Suas ações contribuíram para o fortalecimento da consciência negra e para a formação de movimentos antirracistas no país.

Apesar das transformações industriais no Brasil, as estruturas de poder continuaram a favorecer os imigrantes europeus, em detrimento dos negros. Com isso, parte da população negra brasileira vive uma dualidade entre o conformismo social e a militância, enquanto buscam

⁵ FNB é uma organização política e social fundada em 16 de setembro de 1931, em São Paulo, com o objetivo de combater o racismo e lutar pela inclusão social, econômica e cultural da população negra no Brasil.

melhorar sua posição na sociedade. Essas questões revelam as complexas relações entre identidade racial, história e sociedade no Brasil.

Neste momento é importante considerar que, durante a Era Vargas, o processo de democratização seguiu um projeto nacionalista tanto no campo econômico quanto cultural. Foi nesse período que tradições africanas e portuguesas, como o carnaval, o samba, a capoeira, o candomblé e outras manifestações culturais, passaram a ser reconhecidas como parte integrante da identidade brasileira.

Ao fazer um paralelo do geral para o específico dessa pesquisa, em uma análise mais local, o ex-prefeito de Itumbiara, Cairo Batista, à vida pública em 2005 como vereador, foi visto como uma figura conciliadora, por sua postura de escuta e observação antes de tomar decisões. Esse perfil, embora visto negativamente por alguns, foi crucial para a formação de alianças e coligações no cenário político local, como apontado pelo memorialista Nilson Freire (2009).

Nilson Freire (2009) destaca que a figura política de Cairo Batista, gerou críticas no cenário político local, principalmente por escutar e observar antes de agir, Batista construiu alianças importantes, mas sua abordagem foi vista por alguns como passiva. A aproximação que a Associação de Senhora do Rosário e São Benedito Congados e Moçambique Estrela de Ouro mantém com Cairo Batista é observado como uma estratégia eficaz para a garantia de políticas afirmativas para o Movimento Negro de Itumbiara.

Em meio a uma série de práticas desenvolvidas cotidianamente, o Congado foi aquele que assumiu maior força nas narrativas produzidas por esses sujeitos. Nesse contexto, é primordial não restringir as movimentações que protagonizam na cidade apenas como tradição ligada ao passado. As questões dos sujeitos em experimentar essa prática cultural exercem força e movimenta a vida, os valores que não são estáticos, que dialoga com suas práticas.

Qualquer trabalho feito com o intuito de valorizar a história de um povo, antes de tudo, precisa ser feito segundo a visão deste povo. Não poderíamos falar da história do centenário de Itumbiara apenas segundo nossa visão, mas conforme a visão das pessoas que fizeram a história de Itumbiara. Por isso, essa edição especial, conta com depoimentos e agradecimentos de cidadãos e por outros que adotaram este município e se “autonaturalizaram” itumbiarenses de coração. Como não poderia faltar, contaremos a história de Itumbiara desde os primórdios das atividades realizadas na região e você poderá entender um pouco mais sobre a importância da viabilização do trecho que uniu o Brasil Central a todo país (Revista Contemporânea, 2009. p. 4).

No âmbito coletivo, a irmandade tem função social, de apoio aos problemas econômicos da comunidade, prestando assistência em caso de doenças, desamparo ou pobreza. A equipe de tesoureiros é quem entra em contato com os representantes políticos da cidade, estabelecendo uma conexão entre o Moçambique e o poder público, que ao atender às diretrizes atuais de inclusão e igualdade racial, vem desenvolvendo negociações e projetos voltados para a negritude no município, fortalecendo a ocupação de espaços, considerados privilegiados que anteriormente não era ocupado pela cultura popular e também a construção de uma tradição de valorização da cultura local.

A cidade de Itumbiara, há muito é um ambiente idealizado pelos políticos da cidade, uma cidade imaginada que estende essa relação com a sua população, a começar pelo espelho da cidade, a Beira Rio, a cidade dos sonhos, o governo dos sonhos que constrói a cidade, a religiosidade majoritariamente cristã. Essa visão idealizada da cidade molda as políticas públicas, a cultura local e a percepção da população, além de explorar as tensões entre a realidade e o imaginário construído pelos governantes.

Essa imagem idealizada molda não apenas o discurso político, mas também influencia diretamente o planejamento urbano e as políticas públicas, voltadas para criar uma cidade que atenda a essa visão utópica. A Beira Rio, como principal símbolo desse 'espelho da cidade', representa um espaço de lazer e convivência que reforça o imaginário de um “projeto perfeito”. No entanto, esse ideal contrasta com os desafios enfrentados por muitos cidadãos que vivem à margem desse sonho, lidando com questões de desigualdade, acesso limitado a serviços essenciais e uma realidade distante das promessas políticas.

Além disso, a religiosidade predominantemente cristã também contribui para essa construção simbólica da cidade, muitas vezes legitimando as ações políticas e sociais em nome de valores morais e espirituais que promovem a harmonia e o bem comum. Assim, Itumbiara se torna um espaço onde as expectativas e desejos de uma comunidade se misturam com a retórica dos líderes políticos, criando uma narrativa de desenvolvimento que nem sempre corresponde às necessidades reais da população.

Nesse contexto, surge uma dualidade: enquanto o “governo dos sonhos” se empenha em construir essa cidade idealizada, as camadas mais vulneráveis da população encontram-se lutando para serem parte desse cenário ideal, enfrentando desafios que muitas vezes são invisíveis no discurso político dominante. A distância entre o ideal e a realidade se revela em questões como habitação, saúde e educação, onde o sonho da cidade perfeita se esbarra nas limitações concretas do cotidiano.

Essa disparidade entre o sonho e a realidade expõe a necessidade de um olhar mais

crítico e inclusivo sobre o desenvolvimento urbano, que leve em consideração as vozes e as necessidades daqueles que ficam à margem desse projeto idealizado. Embora a imagem de uma “cidade dos sonhos” seja sedutora, ela corre o risco de obscurecer as desigualdades e perpetuar um modelo de crescimento que beneficia apenas alguns. Assim, o verdadeiro desafio de Itumbiara como uma cidade que busca se reinventar, é equilibrar o imaginário coletivo com ações concretas que promovam justiça social, igualdade de oportunidades e o bem-estar de todos os cidadãos, independentemente de sua posição social.

1.2 Personalidades e Lugares Históricos, questão de território, pertencimento das tradições congadeiras

Embora não exista homogeneidade identitária entre as pessoas, grupos, famílias e religiões, há um grande conjunto de discursos sobre memória que preservam apenas as vivências de alguns e ao mesmo tempo, podem apagar outros.

Entender esses grupos culturais, religiosos, populares a partir de suas noções de mundo, de vida, de produções e modos de vivências é necessário para não correr o risco de pensá-los como um “popular” folclorizado. Os praticantes congadeiros são sujeitos que dominam as artes do fazer e do saber, não são e não devem ser comparados, de modo algum como “massas” que o tempo todo estão submetidos a outras instâncias de poder e sem capacidades reativas (Brasileiro, 2019. p. 168).

A tese de Jeremias Brasileiro (2019) em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, linha de pesquisa em História e Cultura, com viés de cultura popular, associada à manifestação cultural e religiosa problematiza questões inerentes a essa prática, sem desconsiderar, nessas discussões, o processo histórico no qual estão os sujeitos que são protagonistas desse fazer e viver o sociocultural. “Esses atores não vivem no (e do) passado, eles permeiam suas memórias com ingredientes do presente, articulam suas vidas pensando nas transformações, nas atualizações congadeiras” (Brasileiro, 2019. p. 34).

Nesse entendimento, a Congada não é uma manifestação cultural uniforme, não é um campo simbólico que possa ser tratado apenas pelo viés do pesquisador, é mais que um corpo negro dançante. A congada segundo Jeremias Brasileiro, é o lugar público ou privado de viver o seu sagrado. A congada não é festa, é vida, “é vida que carrega, que tem sentido na história da gente, de nunca deixar acabar” (Brasileiro, 2019. p. ,39). O direito a história, ao lugar, à memória e à presença congadeira na cidade são reivindicações constantes dos sujeitos praticantes dessa manifestação.

O lugar pensado aqui é um lugar que é “específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas (Hall, 2003, *op. cit.* p. 72).

A citação de Stuart Hall (2003) destaca a importância do lugar como um elemento fundamental na formação de identidades individuais e coletivas. O lugar não é apenas um cenário geográfico, mas também um terreno onde as relações raciais, étnicas e culturais se desdobram. A experiência do operariado brasileiro, os desafios enfrentados pelos negros em sua busca por mobilidade social e a formação da 'Frente Negra Brasileira' são todos exemplos de como o lugar influencia as narrativas identitárias.

Hall (2003) argumenta que nossas identidades não são inatas, mas sim construídas através de interações sociais e culturais que ocorrem em lugares específicos. No caso dos negros no Brasil, a busca por ascensão social e o desejo por superar as imagens depreciativas estereotipadas, são moldadas pela dinâmica racial do país, que tem profundas raízes históricas.

Ao considerar a relação entre dinâmica social, racismo e cultura dentro do contexto brasileiro, é fundamental reconhecer a complexidade das identidades construídas em lugares específicos e como essas identidades estão essencialmente ligadas às práticas sociais que ocorrem nesses ambientes. O estudo dessas dinâmicas, segundo Hall (2003), oferece reflexões valiosas sobre as experiências e lutas dos grupos étnicos no Brasil e em outros lugares.

No que se refere a cultura e poder, Hall (2003) acreditava que a cultura não seria apenas uma expressão artística, mas também um campo de luta pelo poder. Ele examinou como as estruturas de poder influenciam a produção, distribuição e consumo cultural. Em sua abordagem, Hall (considerava a cultura como um terreno de batalha ideológico, onde diferentes grupos sociais competem por significados e representações.

A memória cultural, para esse autor, é seletiva e moldada por narrativas dominantes. A memória coletiva desempenha um papel crucial na formação da identidade cultural, mas também é um campo de disputa, onde diferentes grupos lutam para impor suas próprias versões do passado. A memória é vista como uma construção social que pode ser reinterpretada ao longo do tempo, influenciada por contextos contemporâneos e relações de poder.

Por se tratar de um dos precursores dos estudos culturais, a análise Stuart Hall é identificada como pós-estruturalista⁶. Em seu trabalho, entende que a identidade cultural é

⁶ As estruturas são fluidas e em constante transformação.

caracterizada como fluida e dinâmica, em constante processo de transformação. A identidade cultural não é, portanto, uma essência fixa, mas sim formada e reformada através de práticas culturais, influências históricas e relações de poder. A identidade é construída através de narrativas e discursos que são, por natureza, instáveis e contestados.

Ele compreende a tradição como práticas culturais que são continuamente reinterpretadas e renegociadas. As tradições são usadas para legitimar identidades e são frequentemente invocadas em momentos de crise ou mudança cultural. Ele destaca que as tradições podem ser reconstruídas para servir a novos propósitos políticos e sociais, desafiando a noção de que elas são estáticas e imutáveis.

Outro autor que dialoga com a proposta desta pesquisa é Peter Burke (2012) para quem a memória, a história, o esquecimento e a cultura dominam a problemática da identidade e identificação cultural. As práticas culturais extrapolam o viés identitário de passado único, as relações de pertencimento, capazes de transformar os códigos de conduta, as regras da vida social e os valores morais.

Peter Burke (2012) observa em sua obra, a importância da memória e da história na formação da identidade e na compreensão da cultura. A memória histórica é um elemento-chave na construção da identidade cultural, pois ajuda as sociedades a lembrar eventos, tradições e experiências passadas. Ao mesmo tempo, o esquecimento também desempenha um papel importante, pois certos eventos podem ser esquecidos ou negligenciados ao longo do tempo.

Para o autor, existe uma natureza mutável das tradições, que são continuamente reinterpretadas e reinventadas para se adaptarem a novas circunstâncias. As tradições são frequentemente usadas para legitimar identidades e práticas sociais, mas também podem ser desafiadas e subvertidas, construídas através de narrativas históricas e culturais.

As experiências passadas são transmitidas entre gerações através de práticas culturais e educativas. Ele destaca o papel da história oral, da educação formal e das tradições familiares na transmissão de memórias e identidades culturais. Essas experiências passadas são reinterpretadas à luz das mudanças sociais e culturais contemporâneas, sugerindo que a memória coletiva seja um processo dinâmico e em constante transformação.

A teoria de Peter Burke (2012) sobre história e memória apresenta ainda a memória como fato social, ao enfatizar que a memória não é apenas uma lembrança individual, mas também um fenômeno social. Ela é construída coletivamente e influenciada por contextos culturais, políticos e sociais.

Em 2021, Leda Maria Martins escreveu sobre “oralituras” termo esse que une a oralidade e a leitura, vinculado ao simbólico, a uma performance. A poética movimenta os

sentidos e cria espaços para a memória perpetuar o tempo e a devoção religiosa. O som e a dança conversando com o corpo, que por sua vez, cria ritmos. O desenho da voz, o que diz as palavras, o que representa a devoção.

Figura 1 – Tempo do Festejo



Registro Fotográfico retirado do Blog da Maysa Abraão, setembro 2020.

Com base nesses pressupostos teóricos passaremos à análise do tema aqui em estudo (sugiro descrever o congado, personalidade e tradição como enunciado no tópico)

As canções apresentadas no festejo são copiadas ou trocadas entre os capitães, outras cantigas são aprendidas a partir de ouvir os mais velhos, assim como composições elaboradas no repente, em momentos específicos e partilhados em apresentações de Moçambique. No filme/documentário: Atabaque Nzinga⁷, estrelado por Léa Garcia e Taís Araújo, lançado em 24 de novembro de 2006, na modalidade drama, as atrizes protagonizam uma cena em que se diz: “somos imortais e ancestrais”; “Muitos de nós foram calados pelos senhores da terra, mas não conseguiram silenciar o tambor e é o tambor que até hoje nos traz o

⁷ Parte documentário musical sobre a cultura afro-brasileira e parte ficção que conta a história de Ana, uma jovem negra que busca um caminho novo para si como um modo de se libertar da amargura construída com as próprias tristezas e as tristezas de todos os africanos que vieram ser escravizados no Brasil, passando pelo Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, onde são apresentados diversos ritmos e grupos musicais e coreográficos.

contato, a força com nossos ancestrais, com a nossa origem” (Direção e Roteiro de Otávio Bezerra).

Assim como o documentário sinaliza a importância do tambor para transmitir a história negra do Brasil, os sentimentos e ideias presentes nas batidas são eternizados pelas letras dos cânticos. O tambor é capaz de explicar a dimensão do poder ancestral. O axé e o amor santificado pelas representações dos santos de devoção da congada. A dança negra, é louvor, é clamor, é reconexão com sagrado. A dança recebe os comandos divinos para que a oração aconteça. Os sons dos tambores, renova as forças para que a resistência evolua o tempo.

As danças ligadas aos cânticos são experienciadas pelos grupos congadeiros como purificação do corpo, da mente e espírito. “A dança é oração de devoção. O tambor ecoa saudação aos santos, são respostas ancestrais, são pedidos de graça e proteção, são gritos e arrepios de cura, não é só dança, são irradiações de força para a resistência”. Trecho poético de autoria de Arleide Nascimento.

Como a canção: “negro de Angola que fugiu do cativo, correu pros braços de Nossa Senhora. Deus salve o reino de Angola. Sou moçambiqueiro filho de Nossa Senhora”. Esta “oralitura” é cantada pelo capitão em destaque de devoção, ação esta, repetida entre os demais praticantes da congada. É importante considerar que a escrita está de acordo de como se canta e de acordo com a linguagem negra raiz popular.

Ho estrela 2x
 Estrela de ouro acabou de chegar
 Vem louvando a virgem Maria e a senhora do
 rosário Balanceia pra lá e pra cá... o lê lê 2x
 Vem trazendo alegria
 2x Ho estrela...
 (Autor: capitão Daniel Oliveira)

He meu bem ti vi 2x
 ele e da pena dourada 2x
 sem a bênção de meu deus nesse dia eu não sou nada 2x

eu vim berando o rio, eu vim berando o mar
 2x eu sou estrela de ouro he he haaaa
 (Autor: capitão Daniel
 Oliveira) O rei...
 tem coroa Santa 2x

Moçambique estrela chegou com muita fé e
 esperança com a bandeira que canta e patagumeiro
 que balança o rei...

Oi balança, nego, quero ver nego balançar ...2x
 nesta festa do Rosário moçambiqueiro não pode parar....
 (Autor: capitão Daniel Oliveira)

Essas conexões com o sagrado produzidas e vivenciadas por este grupo que possui temporalidades que transpõem a inspiração e originalidade circunscreve o seu sagrado. O tempo, segundo Martins (2021) “inaugura os seres no próprio tempo e os inscreve em suas rítmicas habilidades em executar movimentos” (Martins, 2021 p. 65). Sendo assim, todas as manifestações culturais e artísticas exprimem, de algum modo, a visão de mundo que equilibra o grupo e é neste lugar em que os sujeitos se constituem.

É em canções como essas citadas e outras, que se torna possível expressar o lugar de origem do Moçambique Estrela de Ouro, o que os impulsionaram desde a fundação até a reativação, o que os forma enquanto coletivo, o que os torna um grupo, uma irmandade, uma comunidade, uma manifestação cultural da sociedade itumbiareense. Experimentar as narrativas musicais através da sensibilidade, da percepção dos ritos religiosos nelas manifestadas.

Figura 2 – Tempo do Festejo



Registro Fotográfico - Blog da Maysa Abraão, setembro de 2020.

Ancestralidade, culturalmente é fundamental para as práticas sociais, relações familiares, expressões políticas e comunitárias diversas. Desse modo, as canções, conectam o grupo de congada a vivência da ancestralidade, assim como escreve a singularidade compreendida pela experiência do tempo que concebe o presente e passado da irmandade congadeira.

O canto na congada é iniciada pelo capitão e reproduzido pelo grupo no momento do refrão, as composições descrevem a diáspora africana, o lamento de um povo sequestrado de suas nações. Os cânticos servem para celebrar São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, como também transmitem mensagens de esperança coletiva de um futuro melhor aos seus integrantes.

Os instrumentos de percussão são primordiais nessa manifestação religiosa, pois acompanham os cânticos que são entoados, em linguajar simples, de origem banto⁸ ou iorubá, que na tradição oral, transmite redenção. É preciso ressaltar que as letras não são uniformes; assim como as danças congadeiras representam a coroação do reizado, do cortejo e/ou da guarda, sempre liderados pelo capitão, os cânticos exercem a função de significar a apresentação da congada.

A força vital das canções e das danças na congada fazem parte dos valores filosóficos do pensamento africano e de seus valores civilizacionais, que podem ser observados com dinamismo, originalidade, capitando sensações, simbologias e tradições que consagram a importância de sua devoção. Para muitos pensadores, entre eles Thompson (1977) e Fu-Kiau (2017), a ideia de uma força vital institui a *Sophya Banto* e, como reitera Aguessy (1980), em África, diversos níveis de “existência e diferentes seres encontram-se unidos pela ‘energia vital’”. Esses seres são “o Ser supremo e os seres sobrenaturais, os ancestrais, o universo material, que inclui homens vivos, vegetais, os minerais e os animais, e o universo mágico” (Martins, 2021, p. 60).

Peter Burke (2004) tem um conceito sobre cultura que sugere características como língua, costumes, arte e religião, que desempenham papel fundamental na formação da identidade de um grupo ou indivíduo. A identificação cultural está relacionada à maneira como as pessoas se identificam com uma cultura específica, muitas vezes com base em suas experiências e heranças culturais.

A partir dessa perspectiva, pode-se argumentar que a cultura não apenas molda a identidade individual e coletiva, mas também atua como um meio de interação social e produção de significado. Nesse sentido, os elementos culturais destacados por Peter Burke (2004), como língua, costumes, arte e religião, tornam-se mediadores das relações humanas, influenciando comportamentos, valores e percepções de mundo.

⁸ Banto, s.m. Cada um dos membros da grande família etnolinguística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques etc e que engloba inúmeros idiomas falados, hoje, na África Central, Centro-Occidental, Austral e parte da África Oriental. /// adj. Pertence ou relativo aos bantos ou as suas línguas - Do termo multilinguístico ba-ntu plural de mu-ntu, pessoa, indivíduo. (LOPES, Nei, 2003 p.32).

Figura 3 – Tempo do Festejo



Registro fotográfico - Blog da Maysa Abraão, setembro de 2020.

As práticas culturais podem ir além do aspecto identitário de um passado único. Isso significa que as práticas culturais não se limitam apenas a preservar uma identidade, mas também têm o potencial de transformar códigos de conduta, regras sociais e valores morais. As culturas são dinâmicas e podem evoluir ao longo do tempo. Segundo a abordagem de Peter Burke (2004) sobre a análise de imagens e a compreensão sobre identidade e cultura, a importância da memória histórica, da cultura e das práticas culturais na formação da identidade e na capacidade de transformar a sociedade ao longo do tempo, são cruciais na formação das identidades culturais.

Por isso que singularidade não pode ser confundida aqui como algo simplesmente peculiar. Compreende-se que a manifestação do Congado e da Congada está intimamente relacionada a um jeito de viver distinto, mesmo assim, essa interação precisa ser considerada a partir de uma perspectiva local, dado que essa arte não é homogênea e está intrinsecamente ligada às condições de lugar. (Brasileiro, 2019. p. 72).

Brasileiro (2019) tem como foco central o estudo da permanência do racismo contra o Congado. O autor adota uma abordagem interdisciplinar, combinando conceitos da sociologia, antropologia e estudos culturais para analisar as experiências, memórias e identidades dos praticantes do Congado. Cada um produz em sua época, um código identitário que lhe convém no momento, de acordo com o contexto a ser enfrentado no tempo, na vivência das tramas sociais, como por exemplo: a identidade autodeclarada com resultados contraditórios. Esse pensamento de Michel Agier e Elisa Larkin Nascimento

(2017), em *Eu e o outro e as realidades que nos cercam*.

Há que se pensar que outras realidades possam ter existido, e o propósito não é de focar naquilo que não foi dito, muito menos de querer legitimar o contraditório como realidade absoluta, contudo, necessário se faz, dar ciência de outras versões correlacionadas ao assunto, que por motivações diversas, em determinadas épocas foram ignoradas. Curiosamente nesse contexto, o próprio jornal escrito, sem perceber ou mesmo pensando vangloriar-se diante da cultura religiosa da Congada, deixa transparecer em alguns momentos, essa tênue teia envolvendo Irmandade do Rosário, Igreja Católica e políticos locais (Brasileiro, 2019. p. 96).

A tese em questão é baseada em entrevistas, observação participante e análise de documentos, fornecendo um panorama detalhado do racismo estrutural presente na cidade e como o Congado se torna um espaço de resistência e afirmação das identidades negras. A tese de Jeremias Brasileiro apresenta contribuições importantes para o campo dos estudos raciais e culturais.

Não há como pensar identidades no viés da cultura congadeira e afro-brasileira de descendência africana em Uberlândia, sem considerar o processo histórico do racismo enfrentado pela comunidade negra, quer seja nas relações sociais, nas práticas culturais, nas relações diretas de poder e nas relações institucionais religiosas. Assim, ser negro, congadeiro (a), é também ser portador de um discurso político de resistência, identidade essa, forjada na cultura de ancestralidade, atualizada, redimensionada, nas vivências cotidianas (Brasileiro, 2019. p. 82).

Além disso, a pesquisa aborda de forma consistente a relação entre identidade, memória e resistência no contexto do congado. Brasileiro discute como essa prática cultural se torna um espaço de afirmação e resistência às estruturas de poder e opressão racial. Essa análise oferece uma compreensão mais ampla das estratégias de enfrentamento adotadas pelos praticantes do congado e como eles reinterpretem sua história e tradições para lidar com o racismo cotidiano.

Representações importam de forma considerável. Elas dizem muito sobre as visões de mundo que as pessoas possuem a respeito das suas vivências devocionais e nesse viés, a maneira tradicional de reconhecer e lutar pela visibilidade de uma imagem representativa dessa devoção congadeira à Nossa Senhora do Rosário. É por isso interessante, refletir sobre essas diferentes formas de olhar para essa manifestação através do que pensam os devotos, e de como ocultar uma imagem, ou substituí-la por outra, não passa despercebido para aqueles que identificam qual é a representação de fé mais próxima do real, por meio das cores existentes nas vestimentas de Nossa Senhora do Rosário (Brasileiro, 2019. p. 125).

E, para entendermos melhor a importância do congado nas vidas de seus integrantes, foram realizadas entrevistas com pessoas cujas trajetórias nos revelam muitos elementos característicos das vivências negras e, também, nos revelam muito sobre o lugar do congado em suas vidas.

Dona Luzia Santos Florêncio é escritora, poetiza e autora do livro “Mesmo assim eu sou feliz”, premiada pela academia de letras de Itumbiara, como forma de reconhecimento a sua trajetória no município de Itumbiara. De família em situação de rua, acolhida em alguns lares provisórios, irmã de quinze irmãos, que pelas dificuldades de viver a infância em situação de rua, acabou por perder seis desses irmãos. Passou anos de sua juventude sem moradia fixa até chegar em Itumbiara, aos de 19 anos de idade, ali se casar permanecer.

Dona Luzia Santos Florêncio, publicou seu primeiro livro no mesmo ano que comprou sua primeira casa, aos 50 anos de idade, fato que lhe causa muito orgulho. Constituiu família, criou seus filhos e ensinou seus filhos a valorizar os estudos, mesmo sem ter frequentado instituição escolar, nunca tendo tido um trabalho formal, seja como auxiliar do lar ou no trabalho rural.

Engajada nas causas sociais na cidade, Dona Luzia Florêncio, realiza juntamente com a igreja católica, eventos que refletem na dinâmica municipal e regional. É membro e representante de Itumbiara nos encontros regionais e nacionais das CEBs – Comunidade Eclesiástica de Base. É também catequista da Paroquia Cristo Rei.

Cristiane Pereira da Silva é liderança religiosa da Umbanda, do Centro da “Vó Catarina” situado no Bairro Planalto de Itumbiara. É Presidente da Associação Moçambique Real e Rainha Perpetua da Associação. Tendo como principal atividade a cartomancia, função que ocupa há vinte sete anos. É Vice-Presidente do Conselho Municipal de Igualdade Racial, filha e sobrinha das principais matriarcas do Movimento Negro itumbiarenses, Dona Iracema Pereira da Silva e Dona Luzia Santos Florêncio e filha do Fundador do Primeiro Moçambique da cidade, José Luzia da Silva. É representante legal da guarda documental do Moçambique Real.

Dona Jesuslène Oliveira Silva, mãe de santo, filha de Dona Cecília, líder e fundadora da Congada Beira Mar, leva consigo o legado de sua mãe. Liderança no Movimento Negro Goiano, representa Itumbiara na Secretaria Estadual da Igualdade Racial, membro do Conselho de Igualdade Racial de Itumbiara. Mãe Jesuslène de Oxum é representante das religiões de matrizes africanas (candomblé e Umbanda) além de ser

benzedeira consagrada e Presidente do Quilombo Raízes do Congo.

Ângela de Jesus Araújo é quilombola, sindicalista, congadeira, articuladora de movimentos sociais, mulher política e politizada, ativista, é funcionária pública com o cargo de Agente de Combate às Endemias. Conselheira de Saúde, da Igualdade Racial, Cultural e também atua juntamente ao Conselho municipal da Mulher. Ângela é filha de pessoas assentadas do programa de reforma agrária e engajados nos movimentos sociais, além de irmã de quatro irmãos, mãe de duas filhas.

Ângela de Jesus Araújo, mora em um bairro periférico da cidade de Itumbiara, acredita em seu trabalho como profissional da saúde e um sistema que possa humanizar o cidadão ofertando saúde de qualidade e bem-estar social. Atuante nos Conselhos Municipais que podem ser uma ferramenta em prol da qualidade de vida. Acredita na tolerância religiosa e na convivência da religião católica com as religiões de matrizes africanas.

Raimunda Montelo Gomes, é professora e psicóloga, especialista em psicopedagogia, aprendizagens e diferenças e psicologia social. Ao longo de sua trajetória realizou cursos de aperfeiçoamento nas áreas de cultura e entretenimento, turismo e gestão estratégica orientada para resultados. Mulher negra, feminista e filha de Ogum. Em 1980 iniciou na política de Itumbiara e destacou pelo trabalho realizado em educação e saúde. Nas lutas pela redemocratização do Brasil, atuou na organização social, direito a saúde e escola pública de qualidade, como profissional de carreira na Secretaria Estadual de Educação, desde 1985. Participou da equipe multidisciplinar de combate a AIDS na cidade de Itumbiara, desenvolvendo ações de prevenção, orientação e atendimento psicológico. Atuou na formulação de Políticas Públicas em Educação com foco na Diversidade e Pluralidade Étnico Cultural e Direitos Sexuais Reprodutivos. Membro fundadora da Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Raimunda Montelo coordenou na Cidade de Goiás, o projeto “Gênero, Raça e ressignificação dos processos identificatórios de pais e mães negras adolescentes”, com financiamento da MachArtur Foundation. Inclusive participou integralmente na identificação e validação do Quilombo Córrego do Inhambu, pela Fundação Palmares. Trabalhou na Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, prestando Assessoria Técnica para o Ensino Superior. Teve significativa atuação no SEBRAE em Goiás, quando foi responsável pela formulação e gestão do Projeto Empreendedorismo Étnico-Cultural. Deste projeto resultou uma atuação – nos âmbitos Estadual e Nacional para formulação de políticas públicas destinadas às populações afrodescendentes, etnodesenvolvimento e economia da cultura com recorte racial. Também coordenou a

realização do I, II e III Encontro Afro Goiano, na Cidade de Goiás, evento que visava o reconhecimento e a valorização da cultura afrogoiana. Esses encontros deram visibilidade e relevância à força das comunidades tradicionais, a beleza e a diversidade das manifestações culturais e religiosas e se consolidaram como um espaço de luta pela inclusão social da população negra. Raimunda, compôs a Equipe Multiprofissional da Subsecretaria Estadual de Educação, órgão responsável pelas ações de Educação para a Inclusão e Diversidade Étnico Racial e Educação Sexual, e atuou ainda como colaboradora do Ponto de Cultura Raio de Luz: Sabores, Saberes e Fazeres da Tradição Vilaboense na Cidade de Goiás. Exerceu as funções de Superintendência de Promoção da Igualdade Racial – SUPPIR e Superintendente de Políticas das Mulheres (SUPEM) da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA) e assessora técnica junto à Superintendência de Desenvolvimento Urbano, Políticas Habitacionais e de Saneamento da (SECIMA).

A partir de março de 2017, Raimunda Montelo retorna à cidade de Itumbiara designada as funções de educadora junto à equipe multiprofissional da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUCE), exercendo sua função no Colégio Estadual em Tempo Integral Dom Veloso. Além de articular eventos mobilizadores de cultura e tradições locais.

Fransérgio Divino Ventura da Silva é servidor público, engajado na luta pela causa negra, é um representante legítimo do Quilombo Córrego do Ihambú, onde ocupou a posição de Segundo Secretário, defende a preservação cultural no município de Itumbiara. Ocupou a posição de tesoureiro da Congada Moçambique Real, dirige os eventos de batalha de rima na Beira Rio, é articulador e ativista dos movimentos sociais e culturais do município, com projetos para a juventude negra da cidade, além de líder religioso do Candomblé e membro da diretoria do Moçambique Estrela de Ouro. É também mobilizador da implementação do Conselho Municipal da Igualdade Racial em Itumbiara, faz parte também do Conselho Municipal de Cultura (COMPRIR). Teve grande relevância para a efetivação da Lei de Igualdade Racial Municipal Candidato a vereador e ativista/agitador político, possui boas relações com o poder público local.

Flávio Henrique Ferreira, é motorista de veículo de grande porte, é Presidente e fundador da Associação do Terno Catupé Lua de Cristal, é membro e fundador do Conselho Municipal de Igualdade Racial de Itumbiara (COMPRIR). Foi peça chave para que a Lei Municipal de Igualdade Racial ser aprovada em Assembleia Extraordinária na Prefeitura de Itumbiara. Ele é idealizador e articulador do projeto “vem brincar comigo”, que oferece às crianças e adolescentes do Bairro Norma Gibaldi, um dia de descontração, brincadeiras e lanche compartilhado. O projeto está ativo há vinte anos e inicialmente mobilizou as pessoas da rua e

proximidades, com o passar as edições mobilizou bairro, os bairros vizinhos e chega a alcançar a cidade toda. O projeto “vem brincar comigo” tem como principal objetivo, confraternização entre as pessoas, evidenciando a necessidade de visibilidade social.

Flávio, representa sua família em promover encontros anuais com palestras, orientações de saúde, cuidados com saúde mental, reflexões sobre preservação das tradições culturais de mulheres negras. Esses encontros finalizam com lanches compartilhados, canções e com sorteios de brindes. É também incentivador de outros projetos culturais, principalmente porque ele é um membro do Conselho Municipal de Cultura.

O principal lema de Flávio Ferreira, é a união das irmandades congadeiras de Itumbiara, organizando e apoiando os eventos de leilões e festivais beneficentes dos Ternos e Moçambiques da cidade, bem como participa ativamente das reuniões de lideranças para tratar sobre editais e projetos. Um ponto importante de sua luta tem relação de como a intolerância religiosa, alimentado por lideranças católicas na cidade, e para isso orienta os seus sobre a importância de consolidar as realizações de projetos do Movimento Negro de Itumbiara como uma ação coletiva, sem que exista interesses individuais.

Ana Carla Ventura da Silva, é funcionária pública, é agitadora política, liderança da juventude congadeira, mobiliza projetos que viabiliza o Moçambique Estrela de Ouro em Itumbiara, é membro do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, é Vice-Presidente da Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Moçambique Estrela de Ouro. Seu foco principal é a ação social.

Daniel Rocha de Oliveira, é uma das principais referências para esta pesquisa pois, ele ocupa o cargo de Bábálórìsà⁹ (Balalorixá), pai de santo no Terreiro de Candomblé: “Abassá ty Tatetu Mutakalambô”, é também o Presidente da Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Congados e Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara e Capitão do Moçambique Estrela de Ouro.

Daniel Oliveira é funcionário público comissionado, um dos líderes políticos ocultos da cidade, exerce o papel de orientar e auxiliar as demandas culturais e projetos das congadas de Itumbiara além do Moçambique Estrela de Ouro, articula documentação, escreve em editais municipais, estaduais e federais que amparam a Associação de Nossa Senhora do Rosário. Mobiliza eventos e parcerias culturais na cidade, é também quem produz e faz a manutenção dos instrumentos de percussão utilizados nos ensaios e durante a festa de São Benedito e também compõe as canções do Moçambique Estrela de Ouro.

Núbia Cristina Teodoro é pedagoga e graduada em Artes, funcionária pública, liderança do Conselho Tutelar de Itumbiara, é Presidente do Quilombo Córrego do Inhambú

(Patrimônio Cultural da região de Cachoeira Dourada-GO) reconhecida pela Fundação Palmares. É membro fundadora do conselho da Igualdade Racial, militante ativa que fundamentou a aprovação da Lei Municipal de Igualdade Racial e Tolerância Religiosa. É também, congadeira no Terno de Congada Catupé Lua de Cristal. É membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Itumbiara. Coordena projetos com a juventude negra de Itumbiara, com teatro, musicalidade, dança e encontros com rodas de conversa. Seu trabalho se estende a parcerias com Unidade Escolares da cidade da rede municipal e estadual se apresentando como palestrante sobre questões raciais e vivências quilombolas, cotas raciais e tradições e religiosidade negra em Itumbiara.

Wanderlan Pedro de Oliveira, trabalha atualmente no ramo da construção civil, é experiente domador de cavalo. Frequenta centro de Umbanda e Candomblé desde a infância, aprendeu o caminho da espiritualidade com sua mãe. É integrante de grupos de congada desde a infância, compondo a congada “Pequeninos de São Benedito” da cidade de Tupaciguara Minas Gerais. Cresceu sabendo a importância da ancestralidade e trabalha projetos sociais com a mocidade da congada, ensinando percussão e o significado das canções de congado para jovens e crianças. No congado, ocupa a função de Capital do Estrela de Ouro.

Padre José Luiz de Castro, é Pároco e Vigário-Geral/Assessor no setor administrativo e econômico da Igreja Católica de Itumbiara e professor universitário da (PUC) Universidade Pontifícia Católica de Goiás. Seu ministério devocional é em Santa Rita de Cássia, ativista das questões de valorização e legitimação das religiões de matrizes africanas, associadas ao catolicismo, na luta pela tolerância religiosa no município, além de ser articulador parceiro das lideranças negras de Itumbiara. Mobiliza entre autoridades políticas, a necessidade de representação e visibilidade cultural, tradicional e religiosa, entendendo que manifestação de devoção é um direito do cidadão e que não está associado ao um campo de disputa de poder.

⁹ Em sua etimologia, palavra de origem iorubá formada pela junção de Bábá+lo+Òrisà. Com o aportuguesamento tornou-se "Babalorixá" e "babaloxá", ("baba" + lo (de) + "orixá".

O Padre José Luiz de Castro, constrói em seus discursos o mesmo que o autor Haesbaert (2020) configura em sua análise que “o espaço (não só) começa a ‘ser’ presente/concreto/matéria – condensação do passado e da potência do futuro (espaço aberto) vivenciados simultaneamente, lado a lado, aqui-ali, como presente”. Um espaço esse que anseia pela mudança de perspectiva, relações incorporadas. Cada posição geográfica relativiza e diferencia as relações sociais/culturais e a reflexão pungente é como olhar o mundo a partir do território em que estamos inseridos? A citação a seguir argumenta e analisa esses aspectos.

Territorialidades que se apresentam com o sentido de pertencimento, uso e vivência em um recorte do espaço e que na atualidade se expressam mais em rede (lógica reticular), com a compressão do espaço pelo tempo, do que em zonas contíguas (lógica areal). Compreende assim a configuração de multiterritorialidades pela possibilidade existente na globalização de se poder estabelecer processos de apropriação em pontos distantes do espaço e envolvendo escalas diferentes (dimensão tecnológica, uma cultural e outras referente à instabilidade das geometrias de poder), como os cidadãos globais (globe-trotters) ou as redes terroristas internacionais. Em certo sentido, para aquele que vive no limite de fronteiras econômicas e políticas, existe também a transterritorialidade de compartilhar de valores e códigos culturais de diferentes “mundos” ou territórios alvo de estratégias de contenção e controle (“muros”) típicas das sociedades de segurança (Haesbaert, 2020, p. 20).

A reflexão de Haesbaert (2020) é composta por várias explicações em parêntese pois sua narrativa dialoga com a de outro autor Jean Gottmann (2012) que define o território como “uma porção do espaço geográfico, ou seja, o espaço concreto e acessível às atividades humanas” (Gottmann, 2012, p. 25). O espaço se torna território pela apropriação e dominação social.

Figura 4 - Paróquia São Sebastião e São Benedito



Fonte: Registro Paroquial - 27 setembro de 2022. Localizado na Avenida Osvaldo Cruz, 458, Itumbiara, GO.

Nesta perspectiva, a territorialidade não é apenas algo ligado ao discurso, ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que enquanto imagem ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia política/cultural (Haesbaert, 2010. p. 25). As conotações que a territorialidade adquire são distintas dependendo da escala, com atenção a nível local, cotidiano em contrapartida a nível regional, nacional ou até mesmo supranacional.

É interessante aqui apontar o papel da globalização em permitir a topoligamia, a vivência em diferentes espaços seja: virtuais ou físicas. Nesse caso o multipertecimento territorial faz parte da condição humana, embora se intensifique nos processos de globalização. Isso desarticula, desornamenta redes aglomeradas, identificam limites e fronteiras básicas nos espaços sociais, no cenário natural, político e econômico.

Na figura 4 temos a Igreja de São Sebastião e São Benedito que foi realizada a primeira missa do festejo, marcando a reativação das atividades do Moçambique Estrela de Ouro em 2019. Na figura 5, temos a Paroquia Santo Antônio que realizou no ano seguinte 2020 a segunda missa após um ano de atividade da congada na cidade.

Figura 5 - Paroquia Santo Antônio



Fonte: Registro Paroquial - 25 de janeiro de 2019. Localizada na Praça da Matriz, s/nº Centro.

Em sua obra: Território – Dimensão Funcional e Simbólica, Haesbaert (2004) discute no aspecto funcional, temas como dominação, desigualdade, a situação do território sem territorialidade, abrigo e proteção, fontes de recursos naturais e matérias-primas, assim como no campo simbólico aborda a identidade, o pertencimento e o idealismo.

Com base nas abordagens que Haesbaert produz (2004) Durval Muniz de Albuquerque Junior (2008) aponta algumas críticas iniciais diante das produções historiográficas que entendem os espaços e região, como aquilo que:

“aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, não precisa ser tratado historicamente. A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a- histórico, como um referente identitário que existiria por si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico”. (Albuquerque Júnior, 2008. p. 01).

Figura 6 - Paroquia Cristo Rei



Fonte: Registro Fotográfico Paroquial – 25 de fevereiro de 2020. Localizado na Avenida Santos Dumont 1033, Bairro Santos Dumont.

Albuquerque Júnior (2008) argumenta que a região inicialmente aparece como um recorte espacial naturalizado, não histórico, com referência identitária, recortado então pela natureza e pela política administrativa. Quando a cultura é abordada, está nesse caso separada da história. Como se a história da região acontecesse no interior para além dos limites e não constituídos por ele. O mesmo acontece com as fronteiras regionais.

A noção de região, por exemplo, tem origem militar, vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob comando, que vem da palavra latina *regere*, de uma dada força militar, de uma dada legião romana, um regimento. Ela se confunde muitas vezes, com a noção de província, que vem do latim *vincere*, ou seja, território vencido ou habitado por povos vencidos, submetidos ao domínio romano (Albuquerque Júnior, 2008. p. 57).

Nesse caso a palavra região tem relação ao controle e ao comando em questão de dominação, um espaço de luta, de conquista, de instalação política, estratégias e manobras administrativas, fiscais e militares como cita diretamente Albuquerque Júnior (2008) “As regiões nascem, na antiguidade, à sombra dos exércitos”. As regiões são

acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, lutas, guerras, vitórias e derrotas.

Falar em região é também falar de subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional (Albuquerque Júnior, 2008. p. 58).

Nesse recorte, Albuquerque Júnior (2008) observa que fazer história da região reflete o cartografar as linhas de força, os diagramas de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional. Diversas abordagens direcionam para o entendimento do conceito de região como espaço praticado e vivido.

Figura 7 - Ponte Afonso Pena



Fonte: Registro fotográfico do Diário Folha de Notícias - Dezembro de 2012. Ponte que liga os municípios de Itumbiara e Araporã-MG.

Na figura 7 temos a Ponte Afonso Pena que surge em Itumbiara como espaço praticado e vivido. Pois ela representa a conexão que a cidade de Itumbiara estabelece como status representação de fronteira, do sudeste brasileiro com a capital do país, e com a região norte do Brasil. Tornando um símbolo e que passa a ser um cartão-postal da cidade.

Nesse contexto região “implica investimentos afetivos, emocionais, passionais, pulsionais, imaginários, utópicos em uma dada territorialidade, ou seja, o investimento em uma dada territorialização da existência” (Albuquerque Júnior, 2008. p. 61). A perspectiva regional incluiu tanto aquilo que é produto da vivência, quanto o que é assimilado coletivamente. Região e os modos de viver, sentir, vestir e de outras práticas que perpassam pelo corpo.

Objeto permanentemente em construção e desconstrução. O trabalho do historiador com o regional proposto por Albuquerque Júnior (2008) passa pela ideia de desconstrução, suspeitando de sua experiência natural, colocando em análise as relações de poder e as camadas de saber que vieram a se cristalizar. Necessidade de se ater aos conflitos, “dominações, para as relações de poder, para as alianças e dimensões, para as vitórias e as derrotas, para as lutas e conflitos” (Albuquerque Júnior, 2008. p. 63).

A história local também é reflexo, de uma história mais ampla e essa abordagem implica uma relação de causa-efeito, que pode ser observada a partir da investigação de diferentes objetos: jornais locais, correspondências, fotografias, programas de rádio, documentos oficiais, resoluções, atas da câmara, leis municipais dentre outras referências.

Figura 8 – Construção da Ponte Afonso Pena



Fonte fotográfica: IBGE/2023. Sua construção teve início provavelmente em 1905 e sua inauguração se deu em 1911.

A cidade que se tornara um ponto de entrada do Estado de Goiás, se destaca por sua localização privilegiada no Vale do Rio Paranaíba, sua economia é baseada na agricultura, na prestação de serviços no ramo industrial e comercial. O principal monumento histórico da cidade é a Ponte Afonso Pena, que inicia também a composição da Orla da Beira Rio, que liga o Palácio 12 de Outubro¹⁰ até o Palácio das Águas¹¹.

¹⁰ Sede da Prefeitura Municipal de Itumbiara.

¹¹ Espaço Público de Eventos do Município de Itumbiara.

Figura 9 – Palácio das Águas



Registro fotográfico do Diário Folha de Notícias Agosto/2020. Espaço de Eventos Públicos de Itumbiara-GO.

A construção da Avenida Beira Rio em Itumbiara, é assunto discutido em plenária legislativa municipal desde 1955. O prefeito que inicia o projeto foi Modesto de Carvalho durante os anos entre 1973 e 1976 período de sua gestão. O prefeito Radivair Miranda Machado, em seu governo municipal elabora investimentos no paisagismo do projeto. Modesto de Carvalho volta a exercer o cargo máximo do executivo e inaugura a Avenida na data de aniversário da cidade dia 12 de outubro de 1976.

...a reabilitação ambiental das APPs urbanas deve ter como princípio fundamental a criação de um sentido de lugar, de um espaço onde é possível exercer a cidadania, privilegiando projetos e desenhos urbanos que estejam interrelacionados aos processos naturais dos rios e dos sistemas de áreas verdes. Assim é possível conciliar a promoção da qualidade de vida à conservação dos recursos naturais (Servilha *et al.*, 2006. p. 5-6).

A reabilitação ambiental das Áreas de Preservação Permanente Urbanas contribui para a criação de espaços que promovem a cidadania. Essa abordagem conecta as pessoas ao meio ambiente, estimulando o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva. A integração de sistemas naturais, como rios e áreas verdes, nos projetos urbanos não apenas conserva recursos naturais, mas também proporciona benefícios diretos à qualidade de vida urbana, como controle de enchentes, melhoria do microclima e oferta de espaços recreativos.

O que contribui para a sustentabilidade ao alinhar objetivos ambientais, sociais e econômicos. A recuperação desses espaços deve ir além de ações técnicas e englobar o

envolvimento das comunidades locais no planejamento e execução dos projetos, garantindo maior adesão e manutenção dos resultados.

As iniciativas de renaturalização de rios em cidades ou criação de parques lineares. O próprio conceito de "sentido de lugar" pode ser aplicado em estratégias de urbanismo sustentável que respondam às demandas sociais e ambientais contemporâneas. Portanto, a importância de projetos integrados que considerem o meio ambiente como um componente essencial do espaço urbano, comprometidas com o bem-estar da população e conservação do meio ambiente.

Figura 10 – Praça das Águas
PRAÇA DAS ÁGUAS



Maquete do Projeto de Arquitetura - Outubro/ 2009. Projeto da Grupo Quatro Arquitetura Arq^a. Maria Cecília Barbieri Gorski e Arq^a. Maria Cecília Martins Souza.

Já em 1997, depois de mais de vinte anos da construção, o Governo Cairo Batista fez a primeira intervenção na Avenida desde o Ribeirão Água Suja até o Ribeirão Trindade. A obra foi inaugurada em 12 de outubro de 1999. Durante o governo Luiz Moura, a obra teve mais uma etapa com pouco mais de 500 metros. É justamente neste local que foi construído o farol, entre em 2013 e 2020. Por meio de uma emenda da bancada parlamentar goiana de mais de R\$11 milhões, o governo José Gomes da Rocha completou o trecho do calçadão ao longo de 2 km da orla do Rio Paranaíba.

As obras urbanas desempenham um papel central na atribuição de referências de modernidade às cidades, por meio de imagens e espaços cujas linhas arquitetônicas evocam uma visão contemporânea. Esta escolha reflete o interesse dos gestores em associar suas administrações a um imaginário de progresso e futuro, frequentemente em detrimento das tradições e representações do passado. Essa estratégia evidencia a intenção de moldar a identidade urbana com base em narrativas de inovação e

transformação.

No que se refere aos objetivos e princípios, a construção de uma memória coletiva emerge como um processo fundamental para promover a apropriação dos espaços pela população. Essa valorização dos ambientes urbanos estimula a admiração e o reconhecimento de seus significados simbólicos e históricos.

Nesse contexto, o território pode ser concebido como um espaço educativo e um documento vivo, cuja integração com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, palácios, pontes e monumentos, amplia seu potencial pedagógico. As ações educativas, orientadas para a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento da identidade local, devem ser fundamentadas em estratégias múltiplas e participativas, que promovam experiências de aprendizagem coletivamente construídas.

Figura 11 – Torre do Farol



Registro fotográfico do Diário Folha de Notícias Agosto/2020. Orla da Avenida Beira Rio, na cidade de Itumbiara Goiás - a partir da Torre do Farol.

Essas intervenções urbanas têm como objetivo conferir à cidade referências de modernidade, por meio de imagens e espaços cujas linhas arquitetônicas evocam uma estética contemporânea. Nesse caso, esta abordagem reflete a intenção dos gestores de associar suas administrações a uma visão de progresso e futuro, em detrimento das tradições, dos espaços e das representações vinculadas ao passado histórico.

No que trata os objetivos e princípios, a construção de uma memória coletiva, permite que as pessoas se apropriem desse espaço, admirem esse espaço e passem a valorizar seus significados. O território como espaços educativos e como documentos vivos leva importância de integrar os espaços tradicionais de aprendizagem e equipamentos públicos, como centros comunitários e bibliotecas públicas, praças, palácios, pontes, monumentos,

entre outras formas. As ações educativas como recurso fundamental para valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente.

Essa perspectiva ressalta que a apropriação dos espaços urbanos pela comunidade não ocorre de forma passiva, mas exige iniciativas que promovam o diálogo entre os cidadãos e os valores simbólicos e históricos incorporados nesses territórios. Nesse contexto, ações educativas desempenham um papel estruturante, pois possibilitam a articulação entre memória coletiva e práticas culturais, potencializando o uso dos espaços como instrumentos de inclusão social e fortalecimento da identidade local.

Portanto, que a valorização dos territórios urbanos como espaços educativos depende de uma abordagem que integre planejamento urbano, educação e cultura. A construção de uma memória coletiva alinhada à diversidade cultural e às dinâmicas locais exige processos participativos e contínuos, capazes de transformar o espaço público em um lugar de significação e pertencimento. Dessa forma, é possível não apenas preservar o patrimônio cultural e histórico, mas também fomentar um desenvolvimento urbano que respeite as identidades e promova o bem-estar coletivo.

2 INVISIBILIDADE CULTURAL NA CIDADE DE ITUMBIARA

2.1 Obstáculos e falta de infraestrutura para manutenção da Irmandade da Congada Estrela de Ouro

O estudo das festas e práticas religiosas negras pode nos dar preciosas pistas sobre aspectos até então pouco estudados da negritude brasileira. A participação de escravizados e negros libertos nos cultos católicos é visto no século XIX por Nina Rodrigues, intelectual, médico e etnologista baiano como “ilusão da catequese”.

Na atualidade é possível analisar a vida religiosa da população negra por outros conceitos. Mary Karasch e John Thornton (2000) propõem o “catolicismo africano” que se trata do conjunto de práticas, saberes e memórias religiosas que atravessa o Atlântico e em terras brasileiras foi revivido e modificado pelos africanos de acordo com as condições do cativeiro.

O modelo ritualístico da religiosidade cristã possibilita uma nova realidade de compreender a formação das irmandades e das comemorações negras no catolicismo que afasta a ideia de “fingimento” e se aproxima da devoção. A ideia de “fingimento”, de acordo com Ronaldo Vainfas (1995), possui uma visão do culto como instrumento de conversão dos africanos e seus descendentes para a análise das reapropriações possíveis da devoção no universo colonial.

Segundo o historiador João José Reis (1996), mesmo que as irmandades, tenham sido idealizadas por brancos como um mecanismo de domesticação de negros, as vivências transformaram as irmandades em instrumentos de identidade e coesão coletiva, fundamentais, diante da violência e das privações causadas pela experiência da escravidão.

A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (Reis, 1996. p. 4).

As irmandades eram associações religiosas que permitiam aos negros se reunir com autonomia que permitiam aos negros de se reunir para manifestação de devoção aos santos católicos. Dentro do marcador temporal, o século XVII, as irmandades eram locais em que se

criavam laços de solidariedade e ajuda mútua entre seus integrantes. Homens e mulheres, libertos e cativos, africanos, crioulos e mestiços podiam ingressar numa irmandade com o pagamento de uma determinada quantia.

Após o ingresso, contribuía com taxas anuais que eram usadas em muitos serviços prestados aos irmãos: assistência aos doentes, sepultamentos e funerais, festejos para santos de devoção e, eventualmente, ajuda para a compra da alforria de irmãos cativos. Esses recursos eram administrados pelo juiz da irmandade, que cuidavam da organização das festas, da coleta de esmolas e da administração das capelas e dos cultos.

Muitas irmandades de negros e pardos possuíam capelas próprias, o que era extremamente valorizado, pois isso dava a elas maior independência em suas tarefas diárias. Quando a irmandade não tinha recursos suficientes para adquirir um terreno e construir uma capela, a saída era ocupar os altares laterais das igrejas que já existiam. Um exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro abrigava em sua sede outras congregações pequenas, devotadas a diferentes santos.

Esse arranjo nem sempre era satisfatório, pois a divisão de um mesmo espaço frequentemente gerava conflitos entre os membros das diferentes irmandades. Os conflitos podiam ser motivados por diversas questões: pequenos furtos, imagens de santos quebradas, falsificações nos registros de contabilidade ou disputas por sepulturas.

Embora aparentemente corriqueiras, essas ocorrências podiam ser o sinal de conflitos étnicos mais profundos. Afinal, a maioria das irmandades de negros se organizava a partir de critérios de origem, algumas aceitavam apenas africanos, cor e etnia. Com uma observação atenta, a estrutura das irmandades, assim como outros aspetos da sociedade escravista, é possível perceber que os negros nem sempre estavam unidos em torno dos mesmos ideais. Com desejos, motivações, objetivos e opiniões diferentes, não eram uma coisa só. Compreender esta particularidade, esclarece a complexidade da sociedade escravista.

Nenhuma outra classe se entregava com maior devotamento às demonstrações religiosas que os negros, particularmente lisonjeados com o aparecimento, de vez em quando, de um santo de cor ou de uma Nossa Senhora preta. “Lá vem meu parente”, exclamou certa vez um negro velho que se achava perto de nós quando viu surgir em meio à procissão a imagem de um santo de cabelo encarapinhado e lábios grossos; e no seu transporte de alegria, o velho exprimiu exatamente os sentimentos visados com tais expedientes. (Oliveira, 2007, p.237).

O termo “lá vem meu parente” era uma expressão de uso comum no Brasil durante a colonização. As irmandades negras foram responsáveis por boa parte das festas de devoção

que ocorreram ao longo de todo o período escravista (1530 – 1888). Dentro e fora das irmandades, a defesa da liberdade, segundo Larissa Viana (2012), para promoção de festas foi uma das marcas da formação e consolidação das comunidades negras brasileiras.

Outras maneiras de nomear as festas negras, principalmente entre as autoridades, se caracterizavam de “batusques”, “folias”, “vozerias” ou “tocadas de pretos”. Esses termos eram debatidos para qualificar as diferentes manifestações negras no Brasil, sobretudo no século XIX. Existia duas visões sobre as festas negras, por um lado poderia servir para organizar revoltas e por outro lado, trata a festa como um momento de descanso da rotina exaustiva. Utilizada como recurso para evitar rebeliões.

A congada é uma festa de devoção difundida no Brasil Imperial (1822 – 1889), no século XIX. A festa começava com a eleição anual entre os membros da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de um rei, uma rainha e uma corte festiva. Após a eleição e a coroação, festa principal da irmandade, os eleitos seguiam para as ruas, realizando desfiles, cantos e danças dramáticas, nos quais eram geralmente encenados enredos que recontavam a história da conversão do reinado do Congo para o cristianismo, período que retrata a invasão portuguesa na África Central no fim do século XV.

Figura 12 - Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros



(Autoria: Johann Moritz Rugendas. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil)

A imagem acima foi produzida pelo artista germânico Rugendas que esteve no Brasil entre 1822 e 1825 e registra uma congada em Minas Gerais. Ao centro da imagem estão

os reis negros coroados, saudados de joelhos por um dos membros do cortejo festivo. A representação dessa imagem parte da ideia de uma comunidade negra cristianizada.

A trajetória histórica das congadas proporciona novos sentidos e identidades reivindicadoras que manifesta elementos importantes para desenvolver adaptações da festa negras, do tempo da escravidão até os dias atuais. Parte significativa dos registros sobre o festejo, registradas no século XX se desenvolveu de maneira folclórica, resultado da mestiçagem cultural e que são passivas ao desaparecimento.

Em contrapartida, as festas negras não desapareceram, estruturas dinâmicas têm possibilitado que novos conteúdos pudessem protagonizar o movimento negro no Brasil, a resistência política, étnica, comunitária, religião e devoção ultrapassa os séculos e transforma a cultura negra um símbolo, um patrimônio imaterial em luta pela igualdade racial.

A Secretaria de Estado e Negócios do Ministério do Reino Português, nas primeiras décadas do século XIX, ao tomar providência sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com intuito de popularizar a devoção à Santa, elabora uma carta que posteriormente torna-se documento que legitima a criação dos Ternos de Congada, a carta foi redigida Joaquim Guilherme da Costa Sosser¹². Nesse contexto foi apresentado o compromisso da irmandade, a ordem religiosa, o tribunal de desembargo, dentre outros assuntos pertinentes as funções da irmandade.

Artigo 1º - Sob a denominação de Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Congado e Moçambique “Estrela de Ouro” de Itumbiara – GO; Associação moldada no código civil brasileiro, e uma entidade sem fins lucrativos, de Assistência Social, de costumes folclóricos e do congado, cultivando a devoção a seus excelsos patronos. Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, com sede na cidade de Itumbiara-GO; e com fora na comarca desta cidade, regendo-se pelo presente Estatuto.

Artigo 2º - São fins da entidade:

- a) – Desenvolver entre seus membros, os sentimentos de fé, obediência, e respeito às autoridades eclesásticas legitimamente constituídas;
- b) – Manter as tradições folclóricas do congado e moçambique, desenvolvendo os costumes as outras gerações;
- c) – Promover a Assistência Social, a idosos, menores carentes, escola profissionalizante, arrimando-se ao verdadeiro espírito da caridade cristã.

Artigo 3º - A entidade, fundada em 01 de maio de 1998, terá prazo de duração indeterminado, de acordo com o Estatuto.

De um modo geral. o Estatuto que regia as irmandades católicas, os compromissos documentos eram juridicamente reconhecidos, com regulação, normativas, deveres e

¹² Representante da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no ano de 1820, além de redator da carta enviada a família real portuguesa.

obrigações institucionais, considerando as especificidades. O culto a Nossa Senhora do Rosário, se popularizou através de São Domingos de Gusmão durante o século XIII, na República Dominicana. O estabelecimento da irmandade com função devocional é formalizado na capital de Portugal, durante o século XV. Prática religiosa difundida por toda extensão continental da África e América.

De acordo com Scarano (1978), no Brasil a irmandade dos Homens Pretos se formula no limiar do século XVI, popularizada pelos jesuítas e franciscanos, estruturando como uma poderosa ferramenta de evangelização e controle populacional da classe pobre e do grupo religioso dirigente. As irmandades do Rosário costumavam ser compostas por brancos e negros, sendo os brancos ocupando posições administrativas e de liderança. Ao longo do tempo, negros passaram a ser maioria nas irmandades do Rosário, articulando os cultos, liturgias e festividades dos santos: São Benedito e Nossa Senhora do Rosário.

É papel da irmandade prestar assistência à escravizados e libertos, deliberar diante das dificuldades e doenças, assegurar enterros sagrados, garantir missas e orações póstumas para as almas. Um ponto importante a se considerar que escravizados eram enterrados em covas rasas e coletivas, sem ritos fúnebres, ao passo que era elaborado um calendário festivo, interativo, integrando a construção de vínculos familiares que foram dissolvidos pela escravização africana. A irmandade estabelece a sociabilização e a formação de redes de apoio e auxílio aos vulneráveis socialmente.

O sincretismo de elementos da cultura africana com a religião católica, articula uma religiosidade particularmente brasileira, reflexos disso são as festas, o sagrado entre reis e rainhas, danças, musicalidade, desfile de grupos congadeiros, missas e procissões. Como consta na passagem do arquivo analisado do Arquivo Nacional - História Luso-Brasileira:

As irmandades em geral, mas sobretudo as do Rosário e de santos negros, ajudaram a promover um importante elo entre os irmãos que ajudavam na reconstrução das identidades na nova terra e significavam também formas de existir e resistir na sociedade e suportar os suplícios da escravidão, a miséria e o abandono dos governos (Arquivo Nacional, 2021, p 08).

A representação se aproxima das realidades, mas não explica o que é realmente vivido. Os teóricos catedráticos não explicam os problemas que a população negra vivenciava em sua profundidade. A memória pode ser modificada pelas novas gerações, pois hoje, cria-se uma sociedade, uma cultura em perspectiva pós-colonial. Dentro desse movimento epistêmico, esta pesquisa busca outras bases para explicar a realidade do Moçambique Estrela de Ouro.

Como argumenta Joseph Ki-Zerbo (1972) a história começa a partir do desenvolvimento da cultura. O pensamento decolonial entende que é preciso fazer isso na educação, por se tratar de uma luta coletiva, que são por sua vez, muito potentes. As coisas precisam existir para que possamos pensar nelas. As raízes da negritude estão fincadas em temporalidades diferentes.

A história começa a partir do desenvolvimento da cultura, uma visão que pode ser desdobrada em várias possibilidades de análise. Para Ki-Zerbo (1972), a cultura é um conjunto de práticas, crenças, costumes, conhecimentos e artes que definem uma comunidade ou sociedade. A cultura é a expressão da vida cotidiana das pessoas e reflete suas interações com o mundo ao seu redor. A história, por sua vez, é o registro e a interpretação dessas práticas e interações ao longo do tempo. A história, portanto, emerge da cultura, uma vez que é a cultura que fornece o material e o contexto para a narrativa histórica.

A cultura é essencial para a formação da identidade coletiva de um povo. Antes que a história possa ser registrada, deve haver um senso de identidade e comunidade compartilhada. A cultura fornece os símbolos, mitos, linguagens e tradições que unificam um grupo de pessoas e lhes dão uma identidade comum. Sem essa base cultural, não há um "nós" coletivo cuja história possa ser contada.

Assim, a cultura precede a história ao criar as condições para a formação de identidades coletivas que se tornam objetos de estudo histórico. Joseph Ki-Zerbo (1972) acredita que o início da história acontece a partir do desenvolvimento da cultura, o autor destaca a interdependência entre esses dois conceitos.

A cultura fornece os fundamentos para a formação da identidade coletiva, a memória coletiva e o desenvolvimento humano, todos os quais são essenciais para a construção da narrativa histórica. Ao entender essa relação, podemos apreciar como a cultura e a história se entrelaçam para moldar a experiência humana ao longo do tempo.

Durante a pesquisa documental do registro civil de pessoas jurídicas, títulos e documentos e tabelionato de protestos, foi identificado, nos arquivos de pessoas jurídicas o protocolo nº 13.311, registro sob o nº 0971 em 20/05/1998, contendo 6 páginas, transcrito na íntegra e também a ata da Assembleia Geral de Criação da Associação de Nossa do Rosário e São Benedito, Congados e Moçambique “Estrela de Ouro” de Itumbiara Goiás.

Ao dia 01 de maio de 1998, as 19:00 horas na rua II, nº 229, reuniram as seguintes pessoas: Paulo César Ventura da Silva, Carlos Nunes dos Santos, Vilas Boas Dias de Amorim, José Carlos de Oliveira, José Mesquita de Almeida, Maria Vicente Pereira, Maria Célia de Carvalho, Maria Abadia Silva, Helena Maria Ventura da Silva, Edinamar de Oliveira, Elismar Ventura da Silva, Eline Nascimento Dias, Antônio Ferreira, Edina Oliveira Ricardo,

Quitéria Maria Rodrigues, Paulo Roberto de Oliveira, Alessandro Ventura da Silva e Dorico Borges.

A reunião foi presidida pelo senhor Paulo César Ventura da Silva, com a finalidade de criar uma entidade civil, sem fins lucrativos, à caráter de Assistência Social, com objetivo de desenvolver entre os membros, os sentimentos de fé, obediência, e respeito às autoridades eclesiásticas constituídas e vigorar sob os costumes folclóricos e religiosos dos congados e moçambique, cultivando a devoção a seus excelsos patronos, “Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

No pronunciamento do líder e presidente Paulo Cesar Ventura foram esclarecidos os motivos da reunião e abriu-se para que os presentes pudessem se manifestar, logo após foi deliberado a nomeação da entidade e as ações do projeto foram apresentadas e inseridas no Estatuto. Foi eleita também diretoria e conselho fiscal em um mandato de quatro anos. Como vice-presidente: José da Silva, secretário: Carlos Nunes dos Santos, segundo-secretário: Vilas Boas Dias Amorim, primeiro tesoureiro: Josué Carlos de Oliveira, segundo tesoureiro: José Mesquita de Almeida, conselho fiscal efetivo: Maria Vicentina Pereira e Maria Célia Carvalho, Maria Abadia Silva, suplentes do conselho fiscal: Maria Helena Ventura da Silva, Eliana de Oliveira Ricardo e Antônio Ferreira.

Associações de classe são agremiações fundadas para a defesa comum dos interesses de seus participantes. Em sua maioria, representam categorias profissionais, seja de trabalhadores ou patronais. A partir delas os trabalhadores e empresários podem discutir e expor suas propostas, sugestões e possíveis melhorias, requerer exigências e negociá-las, uma vez que o representante dos sindicatos e cooperativas fala pelos seus integrantes e associados.

Os princípios da igualdade e da cidadania, reconhece a pluralidade étnica que marca a sociedade brasileira e a fundação de Associações, valoriza a comunidade afro-brasileira, destacando o seu papel histórico e contribuições. Nesse caso, existe uma profunda contradição entre que se reconhece socialmente como religiosidade e o que de fato é mobilização sociocultural.

Em meio ao esforço por evitar os eurocentrismos, compreender africanos e afro brasileiros enquanto sujeitos históricos ativos e valorizar a cultura de matriz africana, os temas ligados à religiosidade africana e afro-brasileira tem continuado silenciados nas salas de aula. Os avanços em relação a uma “história política” do Afro-Brasil, que daria visibilidade aos grandes personagens negros e aos acontecimentos considerados mais notáveis da luta pela liberdade, não tem sido acompanhado no âmbito cultural. No currículo de história, poucas referências são feitas aos aspectos culturais africanos e

afro-brasileiros, e quase nenhuma ultrapassa a superficialidade do caráter exótico de danças e máscaras que aparecem no ambiente escolar na semana do dia 20 de novembro, de forma que tais manifestações remetem a um tempo longínquo, distante da realidade dos estudantes e totalmente desconectadas de um contexto histórico (Souza, 2016, p.12).

Em se tratando da infraestrutura da cidade de Itumbiara, para acolher a Associação de Congados e Moçambiques Estrela de Ouro, estabeleceu-se um silenciamento educacional sobre intolerância religiosa. O que leva a refletir a questão de território na cidade a se integrar e fazer parte das reuniões de decisão sobre a necessidade de fundar uma instituição que possa atender as necessidades de um grupo socialmente apagado historicamente.

Pensando nisso, o tempo de desativação possa ser compreendido como resultado de esvaziamento de importância dessa mobilização coletiva em discutir questões relacionadas ao Estrela de Ouro, já que as reuniões passaram a ser consideradas apenas como eventos familiares que em dados momentos celebravam a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, sem que isso esteja ligado diretamente a uma manifestação religiosa.

Desse modo, a preocupação da segunda geração em revitalizar as tradições e ensinar as crenças recebidas de seus pais, enquanto eram jovens, crianças, para seus filhos e netos, motivou a reativação, compondo nova diretoria, projetos e mobilização social e cultural na cidade. Promoção de feijoadas, leilões, almoços de comemorações, reuniões confraternizadoras entre a irmandade de grupos de congadas da cidade.

A validação da Lei Aldir Blanc para o fomento à cultura, aprovada em 08 de julho de 2022, a fim de democratização a promoção e acesso à cultura, federal, estadual e municipal. garantir o financiamento para as ações, os projetos, as políticas e os programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura tem como beneficiários os trabalhadores da cultura e as entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuem na produção, na difusão, na promoção, na preservação e na aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive o patrimônio cultural material e imaterial.

I - Estimular ações, iniciativas, atividades e projetos culturais, por meio de apoio e de fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - garantir o financiamento e a manutenção de ações, de espaços, de ambientes e de iniciativas artístico-culturais que contribuam para o pleno exercício dos direitos culturais pelos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e os insumos necessários para a produção, o registro, a gestão e a difusão cultural de suas práticas e seus saberes, fazeres, modos de vida, bens, produtos e serviços culturais;

II - democratizar o acesso à fruição e à produção artística e cultural nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, inclusive em suas áreas periféricas, urbanas e rurais;

IV - garantir o financiamento para as ações, os projetos, as políticas e os programas públicos de cultura previstos nos planos de cultura dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

V - Estabelecer diretrizes para a prestação de contas de projetos culturais, inclusive audiovisuais, realizados no âmbito das leis federais, estaduais, municipais e distritais de incentivo à cultura.

Se valendo da compreensão da lei, principalmente dentro do artigo 3º no que trata os princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura:

I - Eficiência, racionalidade administrativa e desburocratização;

II - universalidade no atendimento às áreas de atuação previstas nesta Lei;

III - descentralização dos recursos de que trata esta Lei;

IV - respeito à diversidade cultural;

- Gestão democrática e compartilhada dos poderes públicos entre si e entre eles e a sociedade civil;

V - universalização, padronização e simplificação dos procedimentos e dos mecanismos de repasse, de contrapartidas e de prestação de contas relativos à aplicação dos recursos de que trata esta Lei;

VI - desconcentração por beneficiários na destinação de recursos de que trata esta Lei;

VII - estímulo à participação e ao controle social das políticas públicas de cultura, por meio dos órgãos e instâncias competentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VIII - direito de qualquer pessoa física ou jurídica de candidatar-se a receber benefício oriundo de recursos de que trata esta Lei oferecido por Estados, por Municípios ou pelo Distrito Federal.

Nesse movimento, aos quinze dias do mês de junho de 2021 às 17:00 horas em primeira chamada e as 17:30 horas em segunda chamada, na Rua Nova Iguaçu de Goiás, número 159, no Bairro Morada dos Sonhos II, Município de Itumbiara – GO, CEP 75528-113, foi realizada uma Assembleia de eleição da nova Diretoria Executiva e outras deliberações de interesse da Associação dos Congados e Moçambique de Itumbiara.

Foi deliberado, registrado em Ata, as alterações no Estatuto da Associação, eleição e posse da nova diretoria. Nesse momento, o Sr. José da Silva, Presidente até a data do dia quinze de junho de 2021, esclareceu sobre o edital publicado na imprensa local da cidade de Itumbiara e por essa razão antecipou a convocação da Assembleia para ser realizado uma nova eleição, seguido de alteração na Diretoria do Moçambique Estrela de Ouro.

O interesse individual do Sr. José da Silva o motivou a se afastar da Presidência da Associação, em seu discurso relatou descreveu a insatisfação sobre o trabalho dos membros da diretoria, que descumpriam o Estatuto, indicando a pessoa do Daniel Rocha de Oliveira

para a função de Presidente da Associação. Sr. José aponta a trajetória cultural e religiosa de Daniel, assim como sua qualificação e os conhecimentos.

Embora o Estatuto indicasse a necessidade de eleições, o grupo aprovou por unanimidade a passagem da presidência para Daniel Rocha de Oliveira, que nesse momento apresentou novas atividades, projetos e ações planejadas a serem desenvolvidas pela Associação. Daniel deu destaque a conexão entre a instituição congadeira e à assistência social, apoio às tradições de matrizes africanas e Congadas e Moçambiques de Itumbiara.

Durante a reunião, Daniel Rocha de Oliveira, fez um discurso refletindo a importância de valorizar as religiões de matrizes africanas na cidade e sugeriu que fosse incluído cargos de suplentes na diretoria, prevendo assim possíveis adversidades no cumprimento das atribuições e responsabilidades, estendendo autoridade para que suplentes eleitos pudessem assumir as funções em caso de afastamento dos membros eleitos para diretoria.

Nesta mesma reunião, salvo em Ata, os novos empossados e os cargos, inclusive os salvaguardados pelas alterações do Estatuto. Presidente: Daniel Rocha de Oliveira. Vice-Presidente: Ana Carla Ventura da Silva. Primeira Secretária: Ângela de Jesus Araújo. Segunda-Secretária: Ana Maria Nascimento. Suplente de Secretário: Juliene de Oliveira Santos. Primeiro Tesoureiro; Fransérgio Divino Ventura da Silva. Segundo Tesoureiro: Welviscley Silva Bueno. Suplente de Tesoureiro: Fransinei Jorge Ventura da Silva. Primeira Conselheira Fiscal: Silmara Aparecida Franco. Segundo Conselheiro Fiscal: Heliamar Ventura da Silva. Terceiro Conselheiro Fiscal: Eduardo Henrique Ventura da Silva. Suplente de Conselheiro Fiscal: Luciana Maria Xavier.

A Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito Congados e Moçambique Estrela de Ouro de Itumbiara – CNPJ: 02.547.906/0001-56 ao primeiro mês de fevereiro de 2022, às 18:00 horas em primeira chamada e as 18:30 horas, em segunda chamada, na Rua Avenida Cícero Marques, N. 399, Q. 39, L.139, Bairro Parque dos Buritys I, no município de Itumbiara, CEP 75516-290, foi realizada uma assembleia extraordinária e outras deliberações de interesse da Associação, tendo sido deliberado seguintes assuntos: informações sobre caso da sede da associação, situação dos arquivos e materiais encontrados dentro da sede.

Outro assunto importante a ser tratado, tem relação com a rescisão de antigos contratos em nome da Associação, decidir local de ensaios alternativos, instrumentos fabricados para o grupo. O Presidente do Moçambique Estrela de Ouro Daniel Rocha de Oliveira como primeiro ato como Presidente, agradeceu a presença de todos e se desculpa pela

reunião acontecer ao lado de fora da sede, por ela estar cheia de objetos e caixas e por existir problemas relacionais entre a nova diretoria do Moçambique com a antiga diretoria da Associação.

No documento de Ata consta que a reativação do grupo de congada foi aceito, mas que a posse da sede não seria aceita e que essa situação seria resolvida nos tramites legais/judiciais. A antiga diretoria desejava retornar e compor à diretoria novamente, e se negavam a entregar as chaves da sede, por essa razão e dentro do seu direito como Presidente salvo por documentação, foi solicitado o trabalho de um chaveiro para abertura da sede.

Dentro da sede, constava inúmeros materiais alheios a proposta da Associação Cultural, e uma das medidas da liderança, contou com a formalização de entrega desses materiais de dentro da sede mediante notificação. Outra situação a ser resolvida refere-se a vigência de um contrato de locação do imóvel que impedia que o espaço fosse destinado as atividades culturais planejadas pela nova diretoria, foi pedido a rescisão imediata de qualquer contrato que não atendesse os interesses da Irmandade.

Ficou decidido, a partir desse momento que os ensaios e reuniões aconteceria na residência do casal Ana Carla e Fransérgio, por lá já ser um espaço de devoção, um Terreiro de Candomblé que para os seus, é a força que reconstrói as famílias marcadas pelo apagamento histórico, um território que abriga, e acolhe as dores das pessoas e vai gerando laços de Irmandade. Por essa razão os instrumentos fabricados, e os tecidos para confeccionar os uniformes estavam lá também para as devidas providências, por ser um espaço de convivência, longe das rupturas temporais.

2.2 Legalidade da Irmandade e Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial

A lei nº 5.306, de julho de 2023, institui a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial - PMPIR, cria o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR e o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial – FUMPIR, e dá outras providências.

A lei nº 5.306/2023 articula os princípios e propostas de ação governamental para promoção da igualdade racial no município. Seu objetivo geral é reduzir as desigualdades raciais do município, com ênfase na população negra e em outras etnias minoritárias, mediante a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazo, com reconhecimento das demandas imediatas, bem como das áreas de atuação prioritárias.

Os objetivos específicos da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial,

observa os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da transversalidade, da centralização e da gestão democrática:

- I – Garantir o respeito à dignidade de todo ser humano e o direito do cidadão à autonomia e à convivência comunitária;
- II – Garantir a não discriminação de qualquer natureza no acesso a bens ou a serviços públicos e privados;
- III – Afirmar o caráter multiétnico da sociedade local;
- IV – Reconhecer e garantir o respeito às religiões de matriz africana, em consonância com o princípio constitucional da liberdade religiosa;
- VI – Contribuir para implantar, no currículo escolar, a pluralidade étnico-racial brasileira, nos termos da legislação federal;
- VII – Contribuir para a regularização de documentos, terrenos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, de modo a assegurar aos remanescentes das comunidades quilombolas e a outras de matrizes africanas, a propriedade de suas terras;
- VIII – Implantar ações que assegurem, de forma eficiente e eficaz, a proibição da discriminação, do preconceito racial e do assédio moral em ambientes de trabalho e de educação, dentre outros, respeitando a liberdade de crença no exercício dos direitos culturais ou de qualquer direito ou garantia fundamental;
- IX – Enfrentar as desigualdades raciais e promover a igualdade racial como premissa e pressuposto a ser considerado no conjunto das políticas de governo;
- X – Sustentar a formulação e o monitoramento da política de promoção da igualdade racial, por meio de ações que visem à eliminação das desvantagens de acesso a bens e serviços públicos existentes entre os grupos raciais;
- XI – Planejar, organizar, executar e avaliar as atividades, as ações e os programas de políticas públicas de promoção da igualdade racial, os quais terão caráter intersectorial, de modo a garantir a unidade da ação política dos vários órgãos municipais;
- XII – Descentralizar e regionalizar as ações e os recursos na execução das políticas de promoção da igualdade racial.
- XIII – Contribuir para que as instituições da sociedade assumam papel ativo como protagonistas na formulação, na implantação e no monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial.

Em uma associação de negros, grande parte, congadeiros e congadeiras, os aspectos citados na lei, assume importância de manutenção. A diretriz garante o exercício de proteção, amparo e defesa dos direitos dos cidadãos negros itumbiarenses, mantendo as tradições e ritos da negritude como cultura local, com intuito de protagonizar as necessidades do Movimento Negro na cidade.

Toda documentação é socialmente construída, é fundamental que exista equilíbrio entre a análise documental e a fonte oral, pois são de fato complementares. Como defende Michel Pollak (1992) ao analisar o papel do historiador em mediar esses elementos históricos, destaca a importância da memória como fonte tradutora da realidade. As irmandades possuem,

em seus compromissos, um conjunto de normas que visam organizar as manifestações de fé, seja no espaço privado da igreja e ou nos espaços públicos.

A criação de um Conselho Municipal de Direitos e Promoção da Igualdade Racial é uma medida essencial para garantir o enfrentamento das desigualdades raciais no nível local. A existência de uma lei que institua esse conselho tem uma importância prática e simbólica, pois formaliza um espaço de participação democrática, articulação de políticas públicas e fiscalização das ações governamentais voltadas à promoção da equidade racial.

A base legal e institucionalização dá respaldo jurídico à existência do conselho, garantindo sua continuidade e protegendo-o contra descontinuidades administrativas, define a composição, competências, atribuições e o funcionamento do conselho, assegurando clareza nos processos e objetivos. Fortalece a máquina democrática participativa ao permitir que representantes da sociedade civil, especialmente da comunidade negra e outros grupos étnico-raciais, participem das discussões e formulação de políticas públicas.

As leis estabelecidas, garante um canal de diálogo entre governo e sociedade para construir soluções conjuntas. Promove políticas públicas efetivas. Por exemplo: o conselho pode identificar demandas específicas relacionadas à desigualdade racial no município, propondo políticas alinhadas às necessidades locais. Pode também, atuar no monitoramento da implementação de leis e programas voltados à igualdade racial, como o Estatuto da Igualdade Racial. Além de combater o racismo estrutural. Fomentando ações para enfrentar o racismo em áreas como educação, saúde, emprego e segurança pública.

A existência de Conselho Municipal que trate as questões raciais, contribui para a conscientização e sensibilização da população e dos gestores públicos sobre a importância da diversidade racial e cultural. Alinhado às políticas nacionais e internacionais e isso reforça o cumprimento de diretrizes estabelecidas por documentos como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

É possível aqui exemplificar as atribuições de um conselho, que diz respeito a elaborar e acompanhar planos municipais de igualdade racial. Promover campanhas educativas contra o racismo. Monitorar a implementação de cotas ou ações afirmativas no município. Receber e encaminhar denúncias de discriminação racial. Em resumo, a lei que cria um Conselho Municipal de Direitos e Promoção da Igualdade Racial é um instrumento para institucionalizar a luta contra o racismo e promover a inclusão social, dando à comunidade um meio concreto de participação e transformação local.

3. MOBILIZAÇÃO SOCIAL DOS GRUPOS DE CONGADA - COM PODER DA PALAVRA

O objetivo deste capítulo, é observar o potencial das falas de nossos entrevistados e entrevistadas, seus relatos de vivências, para o trabalho com uma literatura antirracista e com o ensino de história. Nas redes de solidariedade existentes na cidade, nos autores congadeiros, que dialogam com os entrevistados, na ampliação do entendimento de disputa de espaços em Itumbiara, as experiências individuais permitem um diálogo com determinados assuntos e as subjetividades dos membros da irmandade, no pilar de suas experiências.

As entrevistas foram guiadas através de momentos dialogados com intuito de coletar as memórias dos entrevistados, memórias relacionadas as práticas e ritos do Moçambique e as tradições estabelecidas pelo grupo de Congada Moçambique Estrela de Ouro. Estabelecemos três critérios para a seleção de pessoas: primeiro critério foi a escolha de pessoas com funções de liderança do Moçambique. Segundo critério foi o de evidenciar pessoas que ocupassem cargos de confiança e que fossem figuras públicas na cidade. E o terceiro critério, entrevistar pessoas que representassem as três gerações do Moçambique Estrela de Ouro.

O questionário foi estruturado e guiado pelo conjunto de perguntas dialogadas através do roteiro: inicialmente foi perguntado sobre a trajetória do entrevistado (a) e sobre a sua devoção em Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, seu pertencimento e sua posição no grupo de Congada. Pergunta seguinte foi sobre a importância de manter as tradições da congada nos dias atuais e como acontece a partilha dos saberes tradicionais entre as gerações da constituição familiar (avós, pais, filhos e netos). Abrindo espaço para perguntar sobre as dificuldades e facilidades para elaborar e executar projetos no município de Itumbiara que atenda as necessidades das irmandades religiosas negras e na formação e manutenção dos grupos congadeiros na cidade de Itumbiara Goiás.

Perguntamos sobre a formação da Lei Municipal e criação do Conselho de Igualdade Racial na Cidade de Itumbiara e qual o papel exercido do entrevistado nesta mobilização do Movimento Negro Municipal. Pontuou-se no questionário dialogado sobre como é possível perceber a aplicação da lei 10.639 nas escolas municipais da cidade, e as dificuldades enfrentadas por seus filhos, netos e sobrinhos diante ao racismo e a intolerância religiosa e como são diretamente impactados ou assegurados pelo ensino de história e africanidades. Perguntamos ainda, sobre os impactos relacionados a intolerância religiosa. E finalmente sobre como o ensino de história poderia incluir as tradições congadeiras no espaço

escolar a fim de amenizar os impactos do racismo e da intolerância religiosa.

As entrevistas foram autorizadas pelo Conselho de Ética UFU. A partir dos dados das entrevistas foi possível fundamentar os saberes congadeiros previstos para a construção do 3º capítulo da dissertação de mestrado do programa ProfHistória UFU. Surgiu assim, a possibilidade de elaborar uma proposta pedagógica voltada para o ensino de história antirracista, que possa ser aplicada em sala de aula com público-alvo, alunos do Ensino Fundamental com foco na tolerância religiosa e nos saberes ancestrais na rede pública de educação do Estado de Goiás, na localidade de Itumbiara.

A proposta pedagógica consiste em elaborar materiais de níveis diferentes de complexidade, respeitando, a possibilidade educacional de diferentes turmas e competências. Com intuito de valorizar os princípios da negritude e da estética negra, levando os alunos compreenderem que a congada é de origem católica, pontuando a necessidade de combater a intolerância religiosa e o racismo no território de sala de aula. Bem como a importância de se conhecer a história da cultura afro-brasileira para superar a intolerância e o racismo.

A metodologia a ser utilizada para aplicação do produto da dissertação: será realizada, roda de conversa, aula dialogada com membros da comunidade congadeira de Itumbiara, aplicação de atividades argumentativas e objetivas, após a aplicação de trechos do documentário intitulado Anel de Tocum, no qual duas comunidades congadeiras de Itumbiara compõe o enredo, em procissão e celebração a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, congadas essas que são o Congo Beira Mar e o Moçambique Real. E por fim, realizar com os alunos a atividade de relato de experiência.

O objetivo principal da dissertação verticaliza a realização das entrevistas que possibilitaram o compartilhamento de saberes e tradições congadeiras a partir das vivências do grupo de congado familiar intitulado Moçambique Estrela de Ouro. Essas entrevistas foram realizadas e concluídas durante os meses de abril e maio de 2024, assim como transcritas e corrigidas durante o mês de maio, junho e julho.

Os entrevistados compartilharam, sua trajetória de vida, lutas sociais, trabalhos e projetos realizados, vida religiosa e sua relação com a igreja católica, assim como com as religiões de matrizes africanas. Em algumas entrevistas, foi possível acessar detalhes sobre os símbolos religiosos da congada, sua estruturação estatutária e documental, a tradição sagrada do festejo, planejamento e articulação financeira para que a festa possa acontecer no último domingo do mês de setembro, amparado por lei municipal e apoiado pela secretaria de cultura da cidade e a finalidade social do grupo, as conexões religiosas entre a religiosidade negra e o catolicismo. Como pode ser acompanhado em diversos momentos nesse relato que estão

expostos em partes ou trechos, que utilizamos como material para nossas reflexões sobre a temática da pesquisa.

3.1 Redes de Solidariedade atuante na cidade de Itumbiara

A nação brasileira sintetiza, multiplicidade étnica, racial, cultural, linguística com diversidade. As influências indígenas, europeias e africanas são evidenciadas na composição das músicas, na produção de alimento, no imaginário ritualístico, na arte, no artesanato e nas festividades regionais. No Estado de Goiás, o desenvolvimento sociocultural é resultado do povoamento indígena, da exploração aurífera, invasão e colonização dos bandeirantes paulistas, escravismo indígena e africano, coronelismo e a construção de Brasília no Planalto Central. Já a influência caipira de Goiás, advém de Minas Gerais.

Para mim, a igualdade racial não é nós, indivíduos negros, querer ser melhor que os outros, mas sim ser tratado igual, tendo nossa cultura e o nosso jeito ser, respeitada. O nosso jeito caipira de ser diferenciado é a nossa atitude, o jeito que a gente fala alto e porque respeito é tão bom que cabe em qualquer lugar. A igualdade racial veio para mostrar que nós todos somos iguais, perante a Deus, e por que não perante os homens? (Ventura, Fransergio, Entrevista II, 2024).

De acordo com Capistrano de Abreu (1963) a historiografia goiana, diante da mineração, a presença de escravizado e alforriados no território se tornou uma constante, como também a presença de exploradores auríferos, de origem europeia e seus descendentes, que além do extermínio indígena e da ocupação de terras se ocupavam ainda dos cargos políticos e religiosos. A ocupação de Goiás, trouxe muitos migrantes que traziam consigo traços culturais e identitários. As expressões culturais desses grupos recriaram costumes diversos.

Tanto no passado quando na história presente, é possível perceber a acentuada presença da população negra no Brasil Central, da colonização à construção das capitais Goiânia e Brasília, a construção da Ponte Afonso Pena em Itumbiara. A herança cultural persistente, cultiva as memórias, os saberes, as práticas religiosas, que vão da congada, a capoeira, o samba e as manifestações religiosas de origem africana que são destaques do repertório sociocultural goiano.

Nós somos aqui de Itumbiara o sul de Goiás então a nossa cultura é uma cultura embranquecida. Os negros, os pretos da cidade através da congada, começaram a aparecer, porque se não fosse esse pequeno movimento que nós iniciamos, liderados por mim, juntamente com os ternos de congada que tem

mais de sessenta anos de resgatar a nossa história, a do meu povo, da minha história. (Teodoro, Núbia. Entrevista III, 2024).

A solidariedade é um elemento fundamental no movimento negro, desempenhando um papel crucial na luta contra o racismo e a opressão. Este tópico articula a importância da solidariedade dentro do movimento negro, destacando como ela se manifesta e contribui para a resistência coletiva e a promoção da justiça social.

O movimento negro, em suas diversas formas e manifestações ao longo da história, tem sido uma resposta organizada às condições de opressão racial e social impostas às pessoas negras. Desde os tempos da escravidão até os movimentos contemporâneos, a solidariedade tem sido um pilar essencial. Solidariedade, neste contexto, refere-se à coesão social e ao apoio mútuo entre indivíduos e grupos que compartilham experiências e objetivos comuns de resistência e emancipação.

Além do Dia da Consciência Negra que o secretário de cultura, convida para desfiles cívicos da cidade onde podemos levantar nossa bandeira com garra da união dos ternos e descer as com orgulho as nossas congadas, com projetos escolares na rede municipal em que nossas crianças estudam. (Pereira, Cristiane, Entrevista I, 2024).

A solidariedade no movimento negro manifesta-se de diversas maneiras, incluindo a formação de redes de apoio comunitário, a organização de caminhadas e manifestações, e a criação de espaços seguros para a expressão cultural e política. Essas ações são frequentemente caracterizadas por um senso de coletividade e interdependência, onde o bem-estar de um é visto como elemento que integra o bem-estar de todos.

As redes de apoio comunitário são uma das formas mais visíveis de solidariedade no movimento negro. Estas redes fornecem suporte emocional, financeiro e logístico, especialmente em momentos de crise. Exemplos históricos incluem os clubes de mulheres negras no século XIX e XX, que ofereciam serviços educacionais e de saúde, e as organizações de direitos civis, que forneciam assistência legal e proteção contra a violência racial.

O quilombo precisou muito que retomássemos as nossas atividades, principalmente para garantir o acesso à educação, saúde e seguridade social a nós quilombolas. Então, precisávamos voltar, trazer esses segmentos para caminharmos juntos. É papel do Quilombo, do tambor batendo, o acolhimento das pessoas, a saúde, a educação dos nossos pequenos e o combate do preconceito, do racismo para ponderar nossas crianças, nossas mulheres dentro do Quilombo. (Teodoro, Núbia. Entrevista III, 2024).

A criação de espaços culturais e políticos onde as pessoas negras podem se reunir, expressar suas identidades e discutir estratégias de resistência é uma outra manifestação de solidariedade. Estes espaços promovem um senso de pertencimento e fortalecimento, enquanto fomentam a conscientização e o engajamento político. Centros comunitários, igrejas e festivais culturais são exemplos de tais espaços. A solidariedade no movimento negro não só fortalece a coesão interna do grupo, mas também desempenha um papel vital na construção de alianças interseccionais com outros movimentos sociais.

A interseccionalidade, um conceito desenvolvido por Kimberle Crenshaw, destaca como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, se interrelacionam e se sobrepõem. A solidariedade interseccional permite que o movimento negro colabore com outros grupos marginalizados, ampliando o alcance e a eficácia de suas ações.

Assim, entendemos a solidariedade como uma força vital no movimento negro, fornecendo a base para a resistência coletiva e a busca por justiça social. Ao analisar suas manifestações históricas e contemporâneas, podemos apreciar como a solidariedade fortalece a coesão do grupo, promove a interseccionalidade e enfrenta desafios internos e externos. O futuro do movimento negro depende, em grande parte, da capacidade de cultivar e renovar essa solidariedade em um mundo em constante transformação.

Embora as redes de apoio e solidariedade constituídas pela sociedade sejam atuantes, existem na cidade instituições de assistência, mantidas pelo poder público. Itumbiara, mantém uma Fundação de Solidariedade intitulada de Funsol. Que consiste em uma rede de proteção social, fundada no início de 1990, responsável por realizar a gestão municipal das questões sociais, realizar o controle, o monitoramento, a orientação e fiscalização no que se refere as ações, programas e serviços de assistência social.

A Funsol (Fundo Social de Solidariedade) é um órgão, vinculado a prefeitura de Itumbiara para atender a população vulnerabilizada, pessoas em risco social, garantindo a universalização dos direitos humanos. O atendimento ofertado pela Funsol promove, dentro do município, a cidadania e um dos grupos de atendimento prioritário, estão os grupos étnicos, dentre eles, população quilombola, cigana e indígenas. A Fundação realiza um trabalho de acolhimento com refugiados e pessoas em situação de rua.

Os programas que são executados pela Funsol inclui o Bolsa Família, direcionado as famílias de baixa renda, com utilidade de acesso a serviços essenciais, tais como saúde, educação e alimentação. Existe também o Benefício de Prestação Continuada, que atente a

população vulnerável, é um programa de segurança financeira, ofertados às pessoas que por questões de saúde, são impossibilitados de trabalhar.

O Centro de Referência de Assistência Social também é vinculado a Funsol de Itumbiara, orienta e oferece possibilidades de benefícios vinculado a assistência social, tais como, acompanhamento de vulnerabilidade financeira, convivência e fortalecimento de vínculos. Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, atende famílias e pessoas que estão em risco social ou violação de direitos. Esses dois órgãos trabalham a promoção de direitos e proteção social da população marginalizada, através de ações socioeducativas.

O projeto Projovem, é um programa nacional que apoia a juventude no processo de escolarização, no município de Itumbiara o órgão competente em exercício do projeto é a Funsol. Jovens que por algum motivo não finalizou o ensino básico tem a oportunidade de concluir e se profissionalizar e entrar no mercado de trabalho. O programa dispõe de acolhimento, nivelamento educativo e certificação.

O Vila Vida é um conjunto residencial mantido pela Funsol e reservado para população idosa, vulnerável, oferta moradia, equipe multidisciplinar, com aulas de hidroginástica, aeróbica, jogos de xadrez, dama e cartas, acompanhamento médico e alimentar, bem como manutenção de saúde mental.

O albergue municipal de Itumbiara, busca oferecer dignidade e abrigo para pessoas em situação de rua, andarilhos. O albergue dispõe de alimentação, higiene pessoal, dormitório, de forma imediata. É atribuição da gestão encaminhar os usuários para clínicas de recuperação, atendimento médico, mediação familiar, ou direcionar as pessoas vulneráveis a suas origens. As instalações são geridas pela Funsol.

e assim as crianças são muito agredidas na escola, discriminada. E eu estou sempre olhando para apoiar eles dessa discriminação são muito forte. E desde criança as crianças já crescem, os brancos com dom de discriminar os negros, e os negros de passar por discriminação. Eu fui atrás para buscar esse tipo de coisas, sabedoria para saber o que fazer com minhas crianças, para as crianças da nossa família não se deixar cair, que tem muitas crianças, muitos jovens que crescem com aquela mágoa de estar sendo discriminado e muitos desenvolve depressão com eles a vida toda e não sabe porquê. Ele vai para o outro lado, vai para o lado das drogas, “todo mundo da família fica caçando porque, na família não tinha isso, agora tem”, mas não sabe o que ele passou na escola, na juventude dele. (Oliveira, Jesuslène, Entrevista V, 2024.)

A Funsol executa projetos locais em oferecer aluguel social, é um programa do

Estado de Goiás, mediante inscrição no site da Agência Goiana de Habitação, oferece à pessoas em situação de moradias improvisadas, estudantes da Universidade do Estado de Goiás ou bolsistas do programa universitário do bem, com bolsas integrais ou parciais no auxílio de jovens vulneráveis financeiramente, a possibilidade de receber, por dezoito meses, possível ser prorrogado mediante análise por mais dezoito meses o valor de 350,00 reais, tendo como obrigatoriedade o cadastro único atualizado.

As pessoas, as crianças se despertam para um estudo mais aprofundado, por um trabalho que às vezes não tinha nem conhecimento. às vezes surge um trabalho que vai trazer uma valorização pessoal e com isso dissemina nos outros e a gente tem pessoas buscando ser mais feliz, é uma das razões que eu vejo o quanto é mágico, o quanto é forte a devoção um congadeiro, um Moçambiqueiro, eles têm a fé e a devoção na veia, eles respeitam, eles têm as tradições dentro da congada. (Teodoro, Núbia. Entrevista III, 2024).

A casa da mulher, núcleo de proteção e acolhimento de mulheres e meninas vítimas de violência, mantida pela Funsol, conta com uma equipe multidisciplinar de advogadas, assistentes sociais, pedagogas, psicólogas. Que promove orientação, oficinas, palestras, assessoria jurídica e atendimento psicológico. Além de um departamento policial exclusivo para o atender mulheres e meninas vítimas de violência.

Depois eu consegui fazer uma formação de educadores, trabalhando projeto com a uma ONG de Goiás que era de feminista, é e aí gente fez a formação para educação sexual nas escolas, fez a formação dos professores para dar a trabalhar a educação sexual porque era muito grave crianças pobres e adolescentes que eram constantemente violentadas (Montelo, Raimunda, Entrevista IV, 2024).

Apesar de sua importância, a solidariedade no movimento negro enfrenta desafios significativos. A diversidade dentro da comunidade negra, em termos de classe, gênero, e outras identidades, pode gerar tensões e divisões. No entanto, a capacidade do movimento de reconhecer e abordar essas diferenças é crucial para manter a unidade e a eficácia. Além disso, a solidariedade precisa se adaptar às mudanças tecnológicas e sociais do século XXI. Os programas sociais, por exemplo, oferecem novas oportunidades para a organização e mobilização. Portanto, requer uma ação estratégica e consciente.

3.2 Moçambique Estrela de Ouro no Bairro Parque dos Buritys na Cidade de Itumbiara - GO

O espaço urbano é construído por uma estrutura fragmentada. A cidade como construção social de territórios, setores, bairros apropriados coletivamente, constitui-se vinculada aos desejos e necessidades humanas, com o entendimento do espaço como condição, meio e produto da ação dos sujeitos. O objetivo desse tópico é estabelecer um paralelo entre o bairro Parque dos Burrytis, onde se estabeleceu o Moçambique Estrela de Ouro, e as discussões sobre o espaço da cidade como lugar de disputa de poder.

A disputa por espaços na cidade é um tema central na geografia urbana e nos estudos sobre territorialidade, pertencimento e exclusão social. A cidade, enquanto espaço físico e simbólico, é palco de intensas negociações e conflitos sobre quem tem o direito de ocupá-la e de como ela deve ser utilizada. Autores como Rogério Haesbaert, Milton Santos, Richard Sennett, Ana Luiza Martins, Michel de Certeau e Nilton Freire oferecem diversas perspectivas sobre essas dinâmicas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e crítica dos processos urbanos contemporâneos.

Rogério Haesbaert (2014), desenvolve o conceito de multiterritorialidade, que sugere que os indivíduos e grupos sociais não se vinculam a um único território, mas a múltiplos espaços simultaneamente. Na cidade, isso se manifesta na forma de diferentes grupos sociais que compartilham e disputam espaços urbanos, cada um com suas próprias práticas e significados. Haesbaert (2014) argumenta que essa multiplicidade de territorialidades reflete a complexidade da vida urbana e as diversas formas de apropriação e resistência que emergem em resposta às dinâmicas de exclusão e gentrificação.

Uma perspectiva inovadora sobre a relação entre indivíduos, grupos sociais e os espaços que eles ocupam e atravessam. A territorialidade, segundo Haesbaert (2014), é a expressão espacial do poder e da identidade. Ela se refere ao controle ou influência que indivíduos ou grupos exercem sobre um determinado espaço. Este controle pode ser simbólico, cultural, econômico ou político, e envolve a delimitação e a defesa de um território. A territorialidade é, portanto, uma forma de organização social que permite aos grupos estabelecerem fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas, para proteger seus interesses e afirmar sua identidade.

Dentro das dimensões da territorialidade, Haesbaert (2014) classifica a territorialidade individual e refere-se ao espaço controlado por um indivíduo, como uma casa ou um quarto. Territorialidade coletiva, envolve grupos sociais que compartilham e controlam um espaço comum, como uma comunidade ou um bairro. Territorialidade institucional diz respeito ao controle de espaços por instituições, como o governo ou corporações. Territorialidade simbólica, envolve a atribuição de significados culturais e identitários a

determinados espaços.

O conceito de multiterritorialidade é central na teoria de Haesbaert (2014) e representa uma ampliação do entendimento tradicional de territorialidade. Em um mundo globalizado, os indivíduos e grupos sociais não se relacionam com um único território de maneira exclusiva, mas se conectam simultaneamente a múltiplos espaços. Essa multiplicidade de pertencimentos territoriais reflete a complexidade das identidades contemporâneas e a dinâmica das redes sociais, culturais e econômicas.

As características da multiterritorialidade, de sobreposição de territórios onde os indivíduos e grupos podem pertencer a vários territórios ao mesmo tempo, como uma comunidade local, uma cidade, uma nação e espaços virtuais. No que diz respeito a mobilidade e fluxos, a multiterritorialidade é marcada pela mobilidade, onde pessoas, ideias e mercadorias circulam entre diferentes espaços, criando conexões e interdependências.

Quando se trata de hibridização cultural, a interação entre diferentes territórios promove a hibridização cultural, onde elementos de várias culturas se combinam e transformam mutuamente. Já a resistência e reapropriação, partindo da multiterritorialidade, também envolve práticas de resistência, onde grupos marginalizados reapropriam espaços e reivindicam seu direito à cidade e à territorialidade.

No especto das políticas e planejamento urbano, a multiterritorialidade desafia os modelos tradicionais de planejamento urbano que se baseiam em uma visão fixa e monolítica do território. Reconhecer a multiterritorialidade implica desenvolver políticas urbanas mais flexíveis e inclusivas, que considerem a diversidade de pertencimentos e as necessidades dos diferentes grupos sociais.

É emoção foi muito forte quando a gente chega em um lugar que todo mundo é igual não tem ninguém sendo tratado de forma diferente então a emoção de participar da festa de congada em Canápolis, Centralina, Ituiutaba e Uberlândia. Tivemos em outras cidades aqui em Goiás e até em São Paulo, cada festa de congada, cada região ou cidade é uma emoção diferente. É muito importante, isso de poder ver que a gente não está sozinho nesse movimento. (Ventura, Fransergio, Entrevista II, 2024).

No que diz respeito às identidades e cultura, a multiterritorialidade ajuda a compreender as identidades contemporâneas como complexas e fluidas, em constante transformação através das interações com múltiplos territórios. Essa perspectiva é crucial para estudos sobre migração, diáspora e hibridização cultural. No contexto de conflitos e resistência, os conflitos territoriais não são mais vistos apenas como disputas por espaço físico, mas como

lutas simbólicas e políticas por reconhecimento e justiça social. A multiterritorialidade oferece ferramentas para analisar como grupos marginalizados utilizam táticas de resistência e reapropriação para afirmar seus direitos e identidades.

Sendo assim, a globalização e localização, para Haesbaert (2014), oferece uma lente crítica para entender a relação entre globalização e localização. A globalização tende a homogeneizar espaços e culturas, mas a multiterritorialidade mostra como as pessoas localizam e adaptam práticas globais em seus contextos específicos, inovando formas de territorialidade.

A observação de Haesbaert (2014) sobre territorialidades e multiterritorialidade oferece uma compreensão rica e multifacetada das dinâmicas espaciais contemporâneas. Ela desafia as visões tradicionais de território, destacando a complexidade e a multiplicidade das relações entre indivíduos, grupos e espaços. Ao reconhecer a multiterritorialidade, podemos desenvolver abordagens mais inclusivas e adaptativas para políticas urbanas, estudos culturais e análises sociais, refletindo a verdadeira natureza das interações humanas no mundo globalizado.

Milton Santos (1994) centraliza seu estudo no espaço urbano. Ele propõe que a cidade é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde a técnica e o tempo desempenham papéis fundamentais. Santos (1994) argumenta que a urbanização, impulsionada pela globalização e pela revolução tecnológica, transforma os espaços urbanos em territórios fragmentados, onde os grupos sociais disputam o acesso e o controle sobre os recursos e infraestruturas. A "cidade como meio técnico-científico-informacional" é, portanto, um campo de batalhas entre diferentes atores sociais, cada um buscando afirmar seu direito à cidade.

Realiza análises complexas sobre o espaço geográfico e suas inter-relações com a técnica e o tempo. Como essas dimensões se entrelaçam para moldar a organização espacial e a vida social, econômica e política nas cidades contemporâneas. Onde, o espaço geográfico não é apenas um palco onde ocorrem os eventos humanos, mas um ator ativo e dinâmico. Ele define o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Esses sistemas interagem constantemente, configurando a realidade social e econômica.

Os sistemas de objetos são os elementos físicos e materiais do espaço, como infraestrutura, edificações, tecnologias e recursos naturais. Eles formam a base material sobre a qual a vida social e econômica se desenvolve. Os sistemas de ações, por outro lado, envolvem as práticas, comportamentos e relações sociais dos indivíduos e grupos que utilizam e modificam o espaço. Essas ações são influenciadas pelas estruturas de poder, pelas políticas públicas e pelas relações econômicas e culturais.

Nós somos aqui de Itumbiara o sul de Goiás então a nossa cultura é uma cultura embranquecida. Os negros, os pretos da cidade através da congada, começaram a aparecer, porque se não fosse esse pequeno movimento que nós iniciamos, liderados por mim, juntamente com os ternos de congada que tem mais de sessenta anos de resgatar a nossa história, a do meu povo, da minha história (Teodoro, Núbia. Entrevista IV, 2024).

A técnica, para Milton Santos (1994), é um elemento central na organização do espaço. Ele vê a técnica como um conjunto de instrumentos e métodos utilizados pelos seres humanos para interagir com o ambiente e entre si. A técnica inclui desde ferramentas simples até complexas infraestruturas tecnológicas e sistemas de comunicação. A técnica transforma o espaço ao introduzir novas possibilidades de uso e interação. Por exemplo, a construção de estradas e redes de transporte altera as dinâmicas espaciais, facilitando o fluxo de pessoas, mercadorias e informações. A técnica também estabelece novos espaços, como cidades planejadas e áreas industriais, e redefine as funções dos espaços existentes.

A adoção e o controle das técnicas são frequentemente monopolizados por grupos ou instituições que detêm o poder econômico e político. Isso cria desigualdades no acesso aos benefícios da técnica e influencia a organização espacial, favorecendo determinados territórios e marginalizando outros. O tempo é outra dimensão crucial na teoria de Milton Santos (1994). Ele vê o tempo não apenas como uma sequência cronológica, mas como uma variável que interage com o espaço e a técnica de maneiras complexas.

Já o conceito de ritmos, que são os padrões temporais das atividades humanas e naturais. Os ritmos podem variar amplamente, desde o tempo rápido das transações financeiras globais até os ciclos lentos da agricultura tradicional. A coexistência de diferentes ritmos no mesmo espaço cria tensões e desigualdades. A técnica modifica os ritmos temporais ao acelerar processos produtivos, reduzir distâncias e transformar a organização do trabalho e da vida cotidiana. A globalização e as tecnologias de comunicação, por exemplo, criaram um "tempo rápido" que caracteriza a economia contemporânea, onde as decisões e transações ocorrem em tempo real, muitas vezes à custa das tradições e práticas locais.

Milton Santos (1994) oferece uma análise crítica da globalização ao examinar como espaço, técnica e tempo interagem em escala global. Ele argumenta que a globalização, impulsionada pela revolução tecnológica e pelas políticas neoliberais, intensifica a desigualdade espacial e social. O conceito de "meio técnico-científico-informacional" para descrever a fase atual do desenvolvimento capitalista, onde a técnica, a ciência e a informação desempenham papéis centrais na organização do espaço. Este meio é caracterizado pela presença de infraestruturas avançadas, tecnologias de informação e comunicação, e uma rede

global de fluxos de capitais e mercadorias.

O projeto quilombola trouxe reconhecimento para o nosso povo e que muita gente não sabe o que é uma comunidade quilombola. Pensa que Quilombo é igual há muitos anos atrás, como se fosse Palmares de antigamente, não vê que o Quilombo hoje tem uma nova roupagem, a congada veio fortalecer a nossa história. Eu passei a ver que realmente Itumbiara tem culto afrobrasileiro, tem festa de santos Reis, tem as pessoas que têm os seus cânticos, tem artesanato, tem os grupos de capoeira que eu só conhecia e que hoje estou inserida no grupo, não como praticante viu, eu sou mais da parte administrativa. Sou a primeira secretária do Abadar Associação de Capoeira. (Jesus, Ângela, Entrevista VIII, 2024).

A globalização promove simultaneamente a fragmentação e a homogeneização do espaço. Por um lado, há uma homogeneização das práticas e padrões de consumo, impulsionada pela difusão global de tecnologias e cultura. Por outro lado, a globalização fragmenta o espaço ao criar desigualdades extremas entre diferentes regiões e grupos sociais, aumentando a segregação e a exclusão.

O autor defende então, a ideia de uma cidadania múltipla, onde os indivíduos possam reivindicar seus direitos e exercer sua cidadania em múltiplos níveis, do local ao global. Ele acredita que a verdadeira justiça social só pode ser alcançada quando os indivíduos têm acesso equitativo aos recursos e benefícios proporcionados pela técnica e quando suas vozes são ouvidas em todos os níveis de governança.

Para Milton Santos (1994), o espaço, técnica e tempo oferecem uma perspectiva abrangente e crítica sobre a organização espacial contemporânea. A importância de entender o espaço geográfico como um sistema dinâmico de objetos e ações, moldado pela técnica e ritmado pelo tempo. Sua análise da globalização revela as profundas desigualdades que caracterizam o mundo moderno e aponta para a necessidade de políticas que promovam a equidade e a justiça social. Ao integrar espaço, técnica e tempo, que são ferramentas teóricas poderosas para compreender e transformar a realidade urbana e regional em busca de um mundo mais justo e sustentável.

Na obra "O Declínio do Homem Público", discute a importância do espaço público como arena de interação e convivência urbana. Richard Sennett (2001) argumenta que a vitalidade da vida urbana depende da qualidade e acessibilidade dos espaços públicos, onde os cidadãos podem se encontrar, interagir e expressar suas diferenças. No entanto, a privatização e a mercantilização desses espaços têm levado à exclusão de grupos marginalizados, reforçando desigualdades sociais e limitando a participação cívica. A disputa por espaços públicos é central para a construção de uma cidade mais inclusiva e democrática.

Sennett (2001) define o espaço público como um lugar físico onde as pessoas podem se reunir, interagir e observar umas às outras. Estes espaços incluem praças, ruas, parques, cafés e outros locais acessíveis ao público em geral. Ele argumenta que o espaço público é essencial para a vida urbana porque promove a sociabilidade, a diversidade e a democracia. O espaço público permite que indivíduos de diferentes origens, classes e culturas se encontrem e interajam. Esta interação é crucial para a coesão social e a construção de uma comunidade urbana.

Espaços públicos são arenas para a expressão política e a participação cívica. Protestos, manifestações e debates públicos frequentemente ocorrem nesses locais, permitindo que os cidadãos exerçam seus direitos e influenciem as políticas públicas. Ao reunir pessoas diversas, o espaço público pode promover a tolerância e o entendimento mútuo. Sennett (2001) destaca que a exposição à diversidade no espaço público ajuda a combater preconceitos e estereótipos.

A privatização de espaços públicos, como a criação de shopping centers e comunidades fechadas, limita o acesso e exclui certos grupos sociais. Sennett (2001) critica a tendência de transformar espaços públicos em áreas controladas por interesses privados, o que reduz as oportunidades de interação e participação cívica.

O aumento da preocupação com a segurança e o medo do crime levaram à fortificação dos espaços urbanos. Medidas como a vigilância constante, a instalação de câmeras de segurança e a presença de seguranças armados criam ambientes hostis que desestimulam o uso dos espaços públicos. Sennett (2001) argumenta que essa securitização excessiva contribui para o isolamento e a desconfiança entre os cidadãos.

A globalização e a padronização cultural também afetam negativamente os espaços públicos. Sennett (2001) observa que a uniformidade dos espaços comerciais e de entretenimento reduz a diversidade cultural e a riqueza das interações sociais. Cidades ao redor do mundo estão se tornando cada vez mais parecidas, perdendo suas características únicas e sua capacidade de promover encontros significativos entre diferentes culturas.

a congada para nós além da religiosidade ela tem um cunho cultural, tem um cunho econômico, nós temos um empreendedorismo dentro da congada onde a gente precisa dos instrumentos, os próprios Capitães dos termos fabricam os seus instrumentos, aqueles que não conseguem precisam comprar. A economia que a gente trabalha dentro da congada também é um doando uma quantia, um valor, ou outro doando o material para ser construído esses instrumentos para a gente estar levando a nossa fé, a nossa história aí resgatando e não deixando acabar, não deixando morrer (Teodoro, Núbia. Entrevista IV, 2024).

Para Sennett (2001), a convivência urbana vai além da simples coexistência de indivíduos em um mesmo espaço. Ela envolve a construção de relações sociais significativas e a participação ativa na vida comunitária. A convivência urbana é um processo dinâmico que requer comunicação, negociação e compromisso entre os cidadãos.

Na obra "Juntos: Os Rituais, os Prazeres e a Política da Cooperação", Richard Sennett (2001) identifica três virtudes essenciais para a convivência urbana. O diálogo é fundamental para a construção de uma comunidade urbana. Ele permite que as pessoas expressem suas opiniões, ouçam as dos outros e encontrem soluções comuns para os problemas coletivos. O diálogo verdadeiro requer abertura, respeito e disposição para compromissos.

Fazer parte da congada é muito importante para manter a família unida, com ensinamentos e explicações de como dançar, como pular. Nós temos ensaios para ensinar a tocar. Isso é muito importante, os pais trazem os filhos para participar e quando alguém falta eu sinto muito eu acho muito ruim porque realmente nós somos uma família. (Pereira, Cristiane. Entrevista I, 2024).

A empatia é a capacidade de compreender e compartilhar os sentimentos dos outros. Na convivência urbana, a empatia ajuda a criar laços de solidariedade e a superar as diferenças culturais e sociais. Sennett (2001) destaca que a empatia é cultivada através da interação cotidiana e do engajamento com a diversidade. A flexibilidade é a disposição para adaptar-se às mudanças e às necessidades dos outros. Cidades dinâmicas e vibrantes exigem cidadãos que sejam capazes de se ajustar às novas situações e de colaborar para o bem-estar coletivo.

Pontua a importância de práticas cotidianas que promovam a convivência urbana. Algumas dessas práticas incluem. Frequentar praças, parques e mercados contribui para a vitalidade do espaço público e facilita a interação social. Sennett (2001) incentiva os cidadãos a usarem e valorizarem esses espaços para fortalecer a vida comunitária. Participar de reuniões comunitárias, associações de bairro e movimentos sociais são formas de exercer a cidadania e influenciar as políticas urbanas. O engajamento cívico fortalece a democracia e promove a justiça social. A convivência urbana exige o reconhecimento e o respeito pelas diferenças culturais, sociais e econômicas. Sennett (2001) sugere que a educação e a sensibilização cultural são essenciais para promover a tolerância e a inclusão.

O autor também identifica vários desafios para a convivência urbana, incluindo a segregação socioespacial, a desigualdade econômica e a fragmentação social. Richard Sennett (2001), argumenta que políticas públicas inclusivas e o fortalecimento dos espaços públicos são essenciais para enfrentar esses desafios e promover uma convivência urbana saudável. Oferece

uma perspectiva crítica e profundamente humana sobre a vida nas cidades.

Alerta para os perigos da privatização, da securitização e da homogeneização dos espaços públicos, e destaca a importância da interação social, do diálogo, da empatia e da flexibilidade para a construção de comunidades urbanas vibrantes e democráticas. Ao valorizar e proteger os espaços públicos, e ao promover práticas de convivência inclusivas, podemos criar cidades mais justas, acolhedoras e resilientes.

Ana Luiza Martins (2003) contribui para a discussão sobre a cidade através do estudo da memória e do patrimônio urbano. Ela enfatiza a importância de reconhecer e preservar os espaços que carregam significados históricos e culturais para diferentes comunidades. A disputa por esses espaços muitas vezes envolve conflitos entre interesses econômicos e a necessidade de manter vivas as identidades coletivas e o sentido de pertencimento socioespacial. Martins (2003) alerta para os riscos da gentrificação, que pode apagar memórias e histórias locais em favor de projetos de modernização urbana.

Na atualidade a gente não faz a parte das rezas, tá se perdendo muito como a mocidade e também porque tá tudo se tornando público e a gente tem certas restrições, porque existem rituais que passam, quem tem que passar e as pessoas que estão presentes, estão porque já passaram, sabe? Então a gente vai deixando de fazer certos movimentos certos ritos, certas manifestações porque tá ficando muito abrangível. Não dá para se fazer certos tipos de reza, por exemplo, primeiro que é dentro da igreja, o padre vai excomungar a gente como era no Brasil colônia e ela ainda existe preconceito sabe? E segundo porque está todo mundo filmando o nosso segredo, nosso famoso Eró, nosso Ewó, sabe? Mas isso nos fere. A gente compartilha o que tem que ser compartilhado a gente compartilha o axé, a gente compartilha a força vital sabe? É algo que a gente deseja, mas o nosso Ewó, não. E a gente vai deixando de fazer algumas coisas por causa disso, mas a grosso modo é isso. (Oliveira, Vanderlan. Entrevista X, 2024).

Sua teoria examina como a preservação e a valorização do patrimônio histórico nas cidades contribuem para a formação da identidade coletiva e para a construção de uma memória urbana que reconhece e celebra a diversidade cultural e histórica. A memória urbana refere-se às lembranças e narrativas coletivas associadas a determinados lugares, eventos e figuras históricas de uma cidade. A memória urbana é fundamental para a identidade dos cidadãos e para a coesão social. A preservação da memória através do patrimônio urbano permite que as gerações atuais e futuras compreendam e valorizem sua história e cultura.

Envolve as experiências pessoais e as lembranças dos indivíduos que habitam ou frequentam a cidade. Refere-se às narrativas e lembranças compartilhadas por grupos sociais, como comunidades, bairros ou cidades inteiras. Inclui a preservação formal de documentos,

monumentos e edificações históricas por parte de instituições públicas ou privadas.

O patrimônio urbano é constituído por edificações, espaços públicos, monumentos e outros elementos materiais que têm valor histórico, cultural ou arquitetônico. Ana Luiza Martins (2003) vê o patrimônio urbano como um recurso crucial para a manutenção da memória e da identidade coletiva nas cidades. O patrimônio urbano serve como uma ferramenta educativa, ajudando os cidadãos a aprenderem sobre sua história e cultura. Visitas a locais históricos e museus, por exemplo, permitem uma compreensão mais profunda das origens e evolução da cidade.

A preservação do patrimônio urbano reforça a identidade coletiva e o senso de pertencimento dos cidadãos. Ao reconhecer e valorizar suas raízes históricas, as pessoas se sentem mais conectadas ao lugar onde vivem. O patrimônio urbano também tem um valor econômico significativo, atraindo turistas e contribuindo para a economia local. A valorização de sítios históricos pode impulsionar o desenvolvimento sustentável e criar oportunidades de emprego. A valorização do patrimônio urbano pode levar à gentrificação, onde o aumento do valor imobiliário desloca os residentes originais e altera o caráter social e cultural dos bairros. Martins (2003) alerta para a necessidade de políticas que equilibram a preservação com a justiça social.

A autora enfatiza a importância de políticas públicas e investimentos adequados para a conservação do patrimônio. A preservação do patrimônio urbano muitas vezes entra em conflito com interesses econômicos e de desenvolvimento urbano. É crucial encontrar um equilíbrio entre a conservação e o crescimento econômico. A preservação do patrimônio urbano deve ser integrada a políticas públicas abrangentes que considerem a importância histórica, cultural e social desses bens.

Martins (2003) sugere várias estratégias para a gestão eficaz do patrimônio urbano em criar e manter um inventário detalhado dos bens patrimoniais urbanos é fundamental. Esse inventário deve incluir edificações, espaços públicos, monumentos e outros elementos significativos, além de suas histórias e contextos. Programas educativos que promovam a conscientização sobre a importância do patrimônio urbano são essenciais. Isso inclui atividades escolares, campanhas de sensibilização pública e a promoção de visitas a sítios históricos. Envolver a comunidade local no processo de preservação é crucial para garantir que as intervenções sejam sensíveis às necessidades e desejos dos cidadãos.

A criação de leis e regulamentos que protejam o patrimônio urbano é fundamental. Além disso, políticas de incentivo, como subsídios e isenções fiscais, podem encorajar a preservação por parte de proprietários privados. Colaborações entre o setor público e privado

podem ser eficazes na mobilização de recursos para a preservação do patrimônio. Essas parcerias podem incluir financiamentos, gestão compartilhada e projetos de desenvolvimento sustentável que integrem a conservação patrimonial.

A memória e a identidade podem ser construídas e preservadas nas cidades. Em áreas urbanas que mantêm sua arquitetura e traçado original. Em elementos que comemoram eventos ou figuras históricas importantes, que desempenham um papel crucial na narrativa urbana e na construção da identidade coletiva. Construções que representam períodos significativos da história urbana, ajudam a manter viva a memória das transformações sociais, culturais e econômicas da cidade. Praças e parques históricos, locais onde a memória coletiva é celebrada e onde a convivência urbana é promovida.

Aqui se destaca a relação entre memória, identidade e espaço urbano, propõe estratégias práticas para a gestão eficaz do patrimônio. Ao promover políticas públicas inclusivas e participativas, Martins (2003) defende que é possível equilibrar a preservação do patrimônio com o desenvolvimento urbano sustentável, garantindo que as futuras gerações possam se conectar com sua história e cultura de maneira significativa e enriquecedora.

Michel de Certeau (1998), em "A Invenção do Cotidiano", explora como as práticas cotidianas dos indivíduos subvertem e reapropriam os espaços urbanos. Ele distingue entre estratégias, utilizadas por aqueles em posições de poder para controlar o espaço, e táticas, empregadas pelos indivíduos comuns para resistir e reivindicar seu direito à cidade. Certeau (1998) argumenta que as táticas cotidianas, como a maneira como as pessoas caminham, ocupam e utilizam os espaços, são formas de resistência que revelam a criatividade e a resiliência dos grupos marginalizados na disputa por espaços urbanos.

A obra "A Invenção do Cotidiano", propõe uma visão inovadora sobre como os indivíduos comuns interagem com os espaços e estruturas de poder que os cercam. De Certeau (1998) foca em como as práticas cotidianas – ações aparentemente banais e rotineiras – podem ser formas de resistência e subversão. Existe uma diferença entre "estratégias" e "táticas" para descrever como as pessoas navegam e utilizam os espaços urbanos.

Estratégias são ações planejadas e deliberadas realizadas por instituições e estruturas de poder. Essas ações visam organizar e controlar o espaço de acordo com seus interesses. As estratégias são associadas a grupos ou entidades que possuem uma posição de poder e autoridade, como governos, corporações e planejadores urbanos. As estratégias são utilizadas para impor ordem e controle sobre o espaço urbano. E isso incluem a criação de zonas comerciais, a implementação de políticas de urbanização e o planejamento de infraestrutura.

As estratégias definem e delimitam espaços específicos para diferentes usos, como

áreas residenciais, comerciais e industriais. Essa divisão espacial reflete e reforça as relações de poder existentes. As estratégias envolvem a regulamentação e vigilância dos espaços urbanos, utilizando leis, normas e tecnologias de controle para monitorar e dirigir o comportamento dos cidadãos.

As táticas, são as práticas cotidianas improvisadas e criativas usadas pelos indivíduos para navegar e resistir às estratégias impostas. Embora os indivíduos possam não ter o poder de mudar as estruturas macro, eles podem subverter e reinterpretar esses espaços de maneiras sutis e significativas. As táticas envolvem o uso criativo e não previsto dos espaços urbanos. Por exemplo, o uso de atalhos, a criação de jardins comunitários em terrenos baldios e a ocupação temporária de espaços públicos.

São formas de resistência silenciosa e discreta. Elas não desafiam abertamente as estruturas de poder, mas subvertem-nas de maneira sutil. Exemplos incluem a reapropriação de espaços públicos por moradores de rua e a prática de comércio informal. As táticas refletem a capacidade humana de inovação e adaptação. As pessoas encontram maneiras de contornar as restrições e transformar o espaço urbano de acordo com suas necessidades e desejos.

Michel de Certeau (1998), compreende as práticas cotidianas como formas de apropriação dos espaços impostos pelas estratégias de poder. Os indivíduos não são meramente passivos nas estruturas sociais, mas ativamente reconstroem e ressignificam esses espaços através de suas ações diárias. A resistência também é exercida através das narrativas e histórias que as pessoas contam sobre os espaços urbanos. A maneira como os indivíduos falam sobre os lugares e suas experiências contribui para a construção de uma memória coletiva que pode desafiar as narrativas dominantes.

As histórias e memórias coletivas dos indivíduos e comunidades representam formas de resistência ao discurso oficial. Ao compartilhar suas experiências e perspectivas, eles criam uma contra narrativa que questiona as interpretações hegemônicas dos espaços urbanos. As narrativas pessoais e coletivas podem ressignificar espaços urbanos, atribuindo-lhes novos significados e valores. Por exemplo, um parque que foi palco de manifestações populares pode ser lembrado como um símbolo de resistência e luta social.

As tradições orais e as histórias transmitidas de geração em geração desempenham um papel crucial na preservação da memória coletiva e na resistência às tentativas de homogeneização cultural. A ideia de "andar na cidade" como uma prática de resistência. Argumenta que o ato de caminhar pela cidade é uma forma de se apropriar do espaço urbano e subverter as intenções dos planejadores urbanos. Ao caminhar pela cidade, os indivíduos criam seus próprios percursos e rotas, desafiando a lógica imposta pelos planejadores urbanos. Eles

exploram e redescobrem a cidade de maneiras que não estavam previstas nas estratégias de controle.

Tudo tem fundamento, tem uma história, tem uma raiz, a raiz da história da congada, veio junto com os navios negreiros, da construção das igrejas, os escravizados que cultuaram a música, a dança e os seus santos, na congada um sincretismo todo, a gente tem os nossos santos, temos a nossa religiosidade, as religiões de matrizes africanas, a congada tem esse sincronismo, para cultuar os próprios santos. É muito evidente que a congada não é apenas religião, ela é a cultura dos nossos antepassados, e podem ter católicos, evangélicos, espíritas, budistas, todas as religiões podem participar de uma festa de congada, podem tocar, podem cantar com a gente, podem ir para a nossa Romaria. É isso que queremos, levar a nossa cultura, a cultura do nosso povo preto, do nosso povo africano, desde a origem, até o dia a dia de hoje, para não se perder. Fazer um resgate dos quilombos, buscar essa história e não deixar se perder no caminho. As pessoas falam: “Quilombo, hoje em dia não tem isso”, tem sim, nós existimos, em Goiás tem muitos quilombos. Nossa história não foi apagada não. É a nossa resistência e se nós estamos aqui até hoje, foi por causa deles [escravizados] a cultura do meu povo, o jeito que eles viviam, como eles viviam, e é o que a gente não quer deixar acabar (Teodoro, Núbia. Entrevista IV, 2024).

Andar pela cidade permite a descoberta de espaços ocultos, a interação com diferentes comunidades e a vivência de experiências únicas. A caminhada proporciona uma perspectiva íntima e personalizada da cidade, contrastando com a visão abstrata e impessoal dos planejadores. Cada caminhada gera uma narrativa pessoal, uma história única baseada nas experiências e observações do caminhante. Essas narrativas pessoais contribuem para a construção da memória coletiva e para a criação de uma visão plural e diversificada da cidade.

As práticas cotidianas e resistência oferecem uma reflexão ao observar como os indivíduos comuns interagem com os espaços urbanos e as estruturas de poder. Ao destacar a importância das táticas diárias e das narrativas pessoais, com evidências da capacidade humana de subverter, ressignificar e transformar o espaço urbano de maneiras significativas. Mesmo na simplicidade, há potencial para resistência e criatividade, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa, inclusiva e dinâmica.

Nilton Freire (2010) aborda a questão da segregação socio espacial, destacando como as cidades são organizadas de maneira a reproduzir e reforçar desigualdades sociais. Freire (2010) argumenta que a segregação não é apenas uma consequência das dinâmicas econômicas, mas também um processo intencional de exclusão que beneficia determinados grupos em detrimento de outros. A luta pelo direito à cidade, segundo Freire (2010), envolve a contestação dessas estruturas segregacionistas e a promoção de políticas urbanas que garantam

o acesso equitativo aos espaços e recursos urbanos.

Para geografia urbana, particularmente a segregação socioespacial e a desigualdade são os objetos de estudo de Nilton Freire (2010). Sua teoria analisa como a estrutura das cidades contribui para a marginalização de determinados grupos sociais e a perpetuação da desigualdade. A segregação socioespacial refere-se à separação física e social de diferentes grupos sociais dentro do espaço urbano. Segundo Nilton Freire (2010), essa segregação é uma manifestação visível das desigualdades sociais e econômicas que caracterizam as cidades contemporâneas.

A economia capitalista urbana, baseada na propriedade privada e na maximização dos lucros, contribui para a segregação. A especulação imobiliária e a busca por áreas valorizadas levam ao deslocamento das populações de baixa renda para áreas periféricas. As políticas públicas, como o planejamento urbano e a legislação de zoneamento, frequentemente favorecem os interesses das classes mais altas e das grandes corporações. Isso resulta em uma distribuição desigual dos recursos urbanos, como infraestrutura, serviços e oportunidades de emprego.

A discriminação baseada em raça, etnia, classe social e outras identidades também desempenha um papel crucial na segregação socioespacial. As práticas discriminatórias no mercado imobiliário e no acesso aos serviços urbanos contribuem para a exclusão de grupos marginalizados. A segregação socioespacial leva a uma desigualdade no acesso a recursos urbanos essenciais, como educação, saúde, transporte e segurança. As áreas marginalizadas frequentemente carecem de serviços públicos de qualidade, exacerbando a vulnerabilidade de seus habitantes.

A segregação espacial contribui para a fragmentação social, criando barreiras físicas e simbólicas entre diferentes grupos sociais. Isso dificulta a formação de uma coesão social e o entendimento mútuo, alimentando preconceitos e tensões sociais. A segregação perpetua o ciclo de pobreza, pois os residentes de áreas marginalizadas têm menos oportunidades de mobilidade social e econômica. A falta de acesso a empregos de qualidade e a educação adequada limita as perspectivas de melhoria de vida.

A desigualdade urbana, segundo Nilton Freire (2010), é uma consequência direta da segregação socioespacial e das dinâmicas econômicas e sociais que moldam a cidade. Ele argumenta que a cidade é um espaço onde as desigualdades estruturais se manifestam de maneira explícita. A desigualdade econômica é evidente na disparidade de renda e riqueza entre diferentes áreas da cidade. As regiões centrais e áreas de alto padrão possuem uma concentração de riqueza, enquanto as periferias abrigam populações de baixa renda com acesso limitado a

oportunidades econômicas.

A desigualdade social se manifesta nas diferenças de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e segurança. As populações marginalizadas enfrentam maiores desafios para acessar esses serviços, resultando em disparidades significativas na qualidade de vida. A desigualdade espacial refere-se à distribuição desigual dos recursos e infraestruturas urbanas. As áreas centrais e privilegiadas são bem servidas por transporte público, saneamento básico e equipamentos urbanos, enquanto as periferias são frequentemente negligenciadas.

As políticas habitacionais muitas vezes favorecem a construção de moradias de alto padrão em áreas valorizadas, enquanto as políticas de habitação social são insuficientes e mal implementadas. Isso reforça a segregação e a desigualdade. A especulação imobiliária e a valorização de terrenos nas áreas centrais contribuem para a expulsão das populações de baixa renda, que são forçadas a se deslocar para áreas periféricas e menos valorizadas.

A distribuição desigual de recursos públicos, como escolas, hospitais e transporte, reforça a desigualdade. As áreas centrais recebem mais investimentos e atenção, enquanto as periferias são negligenciadas. Nilton Freire (2010) também analisa as formas de resistência e luta contra a segregação socioespacial e a desigualdade urbana. Ele destaca a importância dos movimentos sociais urbanos e das iniciativas comunitárias na busca por justiça espacial.

Grupos que lutam pelo direito à moradia digna, como movimentos de sem-teto e ocupações urbanas, desafiam as políticas habitacionais excludentes e buscam garantir acesso a moradias adequadas para todos. Organizações que defendem o direito à cidade, como acesso igualitário aos serviços urbanos, mobilidade urbana e inclusão social. Esses movimentos promovem a participação cidadã e a democratização das políticas urbanas.

Projetos locais, como hortas comunitárias, cooperativas de trabalho e programas de educação popular, fortalecem as comunidades marginalizadas e promovem a autossuficiência e a solidariedade. A inclusão da participação cidadã no planejamento urbano é crucial para garantir que as necessidades e interesses das comunidades sejam considerados. Freire (2010) defende a criação de mecanismos de participação democrática nas decisões urbanas.

Políticas de reforma urbana que busquem redistribuir os recursos e infraestrutura de maneira mais equitativa são essenciais para combater a desigualdade. Isso inclui investimentos em transporte público, saneamento básico e serviços sociais nas áreas marginalizadas. Leis que protejam os direitos dos moradores de áreas vulneráveis e que regulem o mercado imobiliário são fundamentais para evitar a especulação e garantir moradia digna.

Em suma, a segregação socioespacial e desigualdade oferecem uma análise crítica e abrangente das dinâmicas urbanas contemporâneas. Revelando como as estruturas

econômicas, políticas e sociais contribuem para a marginalização de grupos específicos e para a perpetuação das desigualdades urbanas. Ao destacar a importância das lutas sociais e das políticas inclusivas, Freire (2010) propõe caminhos para a construção de cidades mais justas, igualitárias e inclusivas. Sua obra nos desafia a reconsiderar as formas como pensamos e planejamos nossas cidades, enfatizando a necessidade de um compromisso coletivo com a justiça espacial e a igualdade social.

A disputa por espaços na cidade é um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores econômicos, sociais, culturais e políticos. Autores como Haesbaert, Milton Santos, Sennett, Ana Luiza Martins, Michel de Certeau e Nilton Freire oferecem contribuições valiosas para a compreensão dessas dinâmicas, cada um a partir de suas perspectivas teóricas e metodológicas. Em conjunto, eles revelam a complexidade das relações espaciais urbanas e a importância de promover uma cidade mais justa e inclusiva, onde todos os cidadãos possam exercer seu direito ao espaço e ao pertencimento socio espacial.

3.3 Ações realizadas através do incentivo cultural assegurado pelas Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo

As ações realizadas pelo Moçambique Estrela de Ouro estão relacionadas à instrumentalização e equipagem, principalmente no que diz respeito no feitiço das caixas de percussão, na forja das patagumes e na gunga do Capitão. O Incentivo financeiro possibilitou a compra de tecido para confeccionar as indumentárias de todos os membros do grupo, assim como fazer camisetas, que identifique o Moçambique. A confecção da bandeira de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, a montagem, do altar de devoção e ajuda de custeio para viagens com finalidade de cortejo para devoção, alugando ônibus, pagando diária para motorista, bem como alimentação do grupo.

A economia que a gente trabalha dentro da congada também é um doando uma quantia, um valor, ou outro doando o material para ser construído esses instrumentos para a gente estar levando a nossa fé, a nossa história aí resgatando e não deixando acabar, não deixando morrer. Hoje na nossa cidade tem é um dia instituído para a congada, nós conseguimos através da Câmara Municipal de Itumbiara, o dia dos congadeiros, o dia da festa da congada que é instituída todo último domingo de setembro. É um projeto de lei, votado na Câmara que todo último domingo de setembro é o dia da festa de congada de Itumbiara (Teodoro, Núbia. Entrevista IV, 2024).

Relacionando as duas leis: Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo, percebe-se que há uma

gama de projetos já executados e em execução das ações que foram e são respaldados pelos editais, situação oposta àquela dos anos em que o Moçambique Estrela de Ouro esteve desativado e havia a preocupação das lideranças congadeiras e membros da diretoria, em promover ações que destacassem a recuperação do tempo em que as atividades do Moçambique estiveram suspensas.

Os ensinamentos que ser congadeiros me proporciona humildade, união, família respeito aos mais velhos e aos mais novos, aprendizagem do dia a dia então uma vez congadeiro você está sempre aprendendo dia após dia isso é muito importante principalmente que a Juventude de hoje.

A parceria com a escola ou com instituição já é uma coisa complicada porque eles só procuram a gente duas vezes no ano que na data de 13 de maio e no dia 20 de novembro, mas nosso movimento está aí o ano inteiro, querendo mostrar para a população e chegar até o os alunos que ainda não tem acesso a nossa cultura. Nós ficamos frustrado por causa da gente só ser visto as vezes no ano. Mas quando nos convidam a gente vai fazer a nossa parte. O que não podemos é deixar a nossa tradição morrer (Ventura, Fransergio. Entrevista III, 2024).

É preciso esclarecer que as Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc são legislações brasileiras criadas para apoiar o setor cultural, especialmente em resposta aos desafios impostos pela pandemia de COVID-19. Cada uma delas tem características e objetivos específicos. A Lei Complementar nº 195, conhecida como Lei Paulo Gustavo, foi sancionada em 8 de julho de 2022. A lei foi nomeada em homenagem ao ator e humorista Paulo Gustavo, falecido em 2021. A principal motivação da lei é mitigar os impactos da pandemia de COVID-19 no setor cultural, garantindo recursos para a manutenção e desenvolvimento das atividades culturais.

Essa lei se trata de fundo nacional de cultura e prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para apoiar ações emergenciais no setor cultural. Uma vez que os recursos são descentralizados, sendo destinados diretamente aos estados, municípios e ao Distrito Federal. O recurso de R\$ 3,862 bilhões direcionado para o setor cultural. Esse valor é dividido entre ações de apoio ao audiovisual e outras atividades culturais. A aplicação desse recurso financeiro pode acontecer em diversas áreas, incluindo produções audiovisuais, preservação de patrimônios culturais, capacitação, fomento a projetos culturais e apoio a espaços artísticos e culturais.

No caso do Moçambique Estrela de Ouro, a participação ativa da comunidade congadeira nas atividades culturais da cidade, palestras ministradas e direcionadas a pasta do social foram ações que promoveram oficinas de aquilombamento da população negra e periférica de Itumbiara. Com os equipamentos de percussão foi possível realizar oficinas e

encontros em que crianças e adolescentes pudessem aprender a manusear os equipamentos e a tocar. Desfile cívico e encontros culturais na praça, marcaram as principais ações da aplicação da lei.

Fazer parte da congada é muito importante para manter a família unida, com ensinamentos e explicações de como dançar, como pular. Nós temos ensaios para ensinar a tocar. Isso é muito importante, os pais trazem os filhos para participar e quando alguém falta eu sinto muito eu acho muito ruim porque realmente nós somos uma família.

Além do Dia da Consciência Negra que o secretário de cultura, convida para desfiles cívicos da cidade onde podemos levantar nossa bandeira com garra da união dos ternos e descer as com orgulho as nossas congadas, com projetos escolares na rede municipal em que nossas crianças estudam (Oliveira, Cristiane. Entrevista I).

Já a Lei nº 14.017, conhecida como Lei Aldir Blanc, foi sancionada em 29 de junho de 2020, em homenagem ao compositor e escritor Aldir Blanc, falecido em maio de 2020. A lei foi criada em resposta à crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19, visando oferecer auxílio emergencial ao setor cultural.

A lei prevê a concessão de auxílio emergencial para trabalhadores do setor cultural que tiveram suas atividades interrompidas devido à pandemia. Esse auxílio foi inicialmente de R\$ 600,00 mensais. Prevê a concessão de subsídios mensais para a manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram suas atividades interrompidas.

Eu fico chateada por sermos lembrados só em datas comemorativas, porque a trabalhamos o ano inteiro, mobilizamos as pessoas para fazer parte do nosso congado para que ele cresça para e tenha visibilidade, é uma coisa bonita e ainda tem tanta gente que discrimina por ser de matriz africana, eu fico muito triste.

Seria importante que as escolas abrissem as portas para nós enquanto família durante o ano que quando chegasse as datas comemorativas os alunos pudessem nos receber com amor, com carinho e respeito. Por já saberem o que é a congada e porque está sendo apresentado (Ventura, Ana Carla. Entrevista II).

Os recursos podem ser utilizados para a realização de editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos voltados ao desenvolvimento de atividades culturais e artísticas. A lei promove a descentralização dos recursos, destinando-os a estados, municípios e ao Distrito Federal. No total, foram disponibilizados R\$ 3 bilhões para ações emergenciais de apoio ao setor cultural.

A regulamentação e a operacionalização dos recursos ficam a cargo dos estados,

municípios e Distrito Federal, garantindo que as particularidades locais sejam consideradas no processo de distribuição do auxílio. As duas leis representam um esforço significativo do governo brasileiro para apoiar o setor cultural durante uma crise sem precedentes. Elas destacam a importância da cultura como setor econômico e como elemento fundamental da identidade e coesão social. A implementação dessas leis possibilitou a continuidade de atividades culturais, a preservação de empregos e a manutenção de espaços culturais em todo o país.

A Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc são marcos importantes na política cultural brasileira, destacando o compromisso do país com a preservação e o fomento da cultura em tempos de crise. Elas representam um reconhecimento da cultura como um setor vital para a economia e para a sociedade, merecendo apoio e investimento contínuos. Vale aqui ressaltar que essas leis mobilizaram a reativação do Moçambique Estrela de Ouro, assim como movimentou os outros grupos de congada da cidade em articular uma associação e irmandade congadeira em Itumbiara.

3.4 Estruturação e Aplicação de Planejamento de Inclusão de Atividades Antirracistas nas Instituições de Ensino Parceiras da Congada Moçambique Estrela de Ouro - Itumbiara GO

A educação antirracista é um componente vital na luta contra a discriminação racial e na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para efetivamente abordar e combater o racismo, as práticas educativas devem ser abrangentes, inclusivas e transformadoras. A seguir, descrevo algumas atividades e práticas educativas que foi trabalhado na Unidade de ensino que faço parte em estão presentes o antirracismo.

Desde que eu cheguei, eu trabalho consciência negra no primeiro ano que eu trabalhei aqui a gente fez um trabalho grande na escola como foi o trabalho se a gente discutiu durante o ano o aí depois no final foi a nossa da tal culminância, teve várias apresentações e eu fiz umas bonequinhas negras, fiz bordada para aí a gente entregou de lembrança. A resistência povo resistência, depois veio com discurso da tal “consciência humana” aí eu comecei a questionar, eu falei que coisa da questão racial não é minha não é da escola, que tem uma lei, tem obrigatoriedade de falar e eu fui para cima da questão do escravo de ser um gatilho para a gente olhar a história: ele estava escravo ou condição escravizada? Quando a pessoa é racista como ela mesma vai trabalhar o racismo? Na escola você acha que você consegue desenvolver a Consciência Negra como ela deveria ser cotidianamente? Não! (Montello, Raimunda. Entrevista X, 2024).

A aplicação das atividades do Moçambique Estrela de Ouro, ao longo do ano de 2023, se deu em parceria com o Colégio Estadual da Polícia Militar do Estado de Goiás - CEPMG Dionária Rocha e a Escola Municipal Rosa Arantes. Com atividades durante as aulas do Itinerário Formativo, nas Trilhas Toda Forma de Poder 5 e 6 e com ensaios da peça teatral sobre as heroínas da independência do Brasil, com foco na personalidade de Maria Felipa, na quadra da Escola Municipal Rosa Arantes.

O teatro histórico foi roteirizado pelos próprios alunos da trilha do itinerário formativo Toda Forma de Poder. No ano de 2024, essa modalidade de Ensino que fazia parte do projeto Novo Ensino Médio deixa de existir, uma vez que foi entendido que existem outras maneiras de contar histórias de mulheres que lutaram por um Brasil independente e historicamente foram apagadas e subalternizadas. O teatro intitulado pelos alunos de a Heroína da Independência da Bahia não teve continuidade, mas seu registro permanece, na memória do grupo de teatro e nas páginas do arquivo construído pelos próprios alunos.

Título da Peça: "Maria Felipa: A Heroína da Independência da Bahia"

Gênero: Drama Histórico

Introdução: A peça "Maria Felipa: A Heroína da Independência da Bahia" é uma emocionante narrativa teatral que conta a história inspiradora de Maria Felipa de Oliveira, uma mulher negra e destemida que desempenhou um papel crucial na luta pela independência da Bahia durante o período colonial. A peça celebra sua coragem e determinação enquanto ela lidera um grupo de mulheres e homens na resistência contra as forças coloniais portuguesas.

Cena 1: A Vida de Maria Felipa

O cenário representa a vila de Santo Amaro, na Bahia, no início do século XIX. Maria Felipa, uma mulher negra de meia-idade, é apresentada como uma pescadora corajosa e líder comunitária. Mostra-se sua relação com a comunidade e a opressão que enfrentam sob o domínio colonial português.

Cena 2: O Despertar

Maria Felipa testemunha os abusos dos soldados portugueses contra os habitantes locais. Ela decide que é hora de tomar medidas e começa a organizar um grupo de resistência. Introdução de personagens secundários, incluindo sua filha, amigos e aliados.

Cena 3: O Plano

Maria Felipa e seu grupo desenvolvem um plano para atacar uma embarcação portuguesa que está reabastecendo uma fortaleza. Eles fazem

planos meticulosos e preparam-se para a batalha.

Cena 4: A Batalha

A ação se desloca para a beira do mar, onde o grupo liderado por Maria Felipa se esconde.

Uma emocionante batalha naval acontece, com o grupo surpreendendo os soldados portugueses e infligindo danos à embarcação inimiga.

A determinação de Maria Felipa e de sua equipe é evidenciada.

Cena 5: A Vitória

O grupo de Maria Felipa consegue afundar a embarcação portuguesa e capturar alguns soldados.

A comunidade local celebra sua vitória, vendo isso como um sinal de esperança para a independência da Bahia.

Maria Felipa é elogiada como uma heroína.

Cena 6: O Legado

A peça termina com uma cena que retrata a influência duradoura de Maria Felipa na luta pela independência.

Seu legado é lembrado e sua história inspiradora é passada de geração em geração.

Conclusão: "Maria Felipa: A Heroína da Independência da Bahia" é uma peça que homenageia uma figura histórica notável e pouco conhecida. Ela oferece um vislumbre emocionante da coragem e da determinação de Maria Felipa, destacando sua importância na luta pela independência da Bahia. Através desta história inspiradora, a peça celebra a força das mulheres e a resistência do povo baiano contra a opressão colonial. Maria Felipa continua sendo um símbolo de coragem e perseverança na história do Brasil.

CARACTERÍSTICAS E DETALHES DO CENÁRIO DA PEÇA

"Maria Felipa: A Heroína da Independência da Bahia"

Cena 1: A Vida de Maria Felipa

(Santo Amaro, Bahia. Maria Felipa está pescando na beira do mar enquanto conversa com sua filha, Joana.)

Maria Felipa: (olhando para o mar com determinação) Joana, minha filha, você sabe que nossa gente sofre sob o domínio dos portugueses. Não podemos mais tolerar essas injustiças.

Joana: (preocupada) Mas, mãe, o que podemos fazer?

Maria Felipa: (com resolução) Precisamos nos unir, minha filha. Vamos organizar nossa comunidade e resistir contra a opressão.

Cena 2: O Despertar

(O grupo de Maria Felipa se reúne secretamente em uma cabana.)

Maria Felipa: (motivada) Companheiros, todos vocês viram o que aconteceu hoje. Não podemos mais ficar de braços cruzados.

Amigo 1: (determinado) Maria Felipa, estamos prontos para lutar ao seu lado.

Maria Felipa: (planejando) Então ouçam atentamente. Temos um plano para atacar a embarcação portuguesa que reabastece a fortaleza. É a nossa chance. **Cena 3: O Plano**

(O grupo se reúne em uma mesa com mapas e planos estratégicos.)

Maria Felipa: (explicando o plano) Vamos atacar ao amanhecer, quando estiverem menos alertas. Precisamos ser rápidos e precisos.

Amigo 2: (com confiança) Conseguiremos fazer isso, Maria Felipa.

Cena 4: A Batalha

(O grupo se esconde nas margens do mar e a batalha começa.)

Maria Felipa: (gritando) Às armas, amigos! Hoje, lutamos pela nossa liberdade!

(Segue uma cena de ação com sons de luta e confronto.)

Cena 5: A Vitória

(Os sobreviventes comemoram a vitória em uma reunião na comunidade.)

Maria Felipa: (orgulhosa) Com a graça de Olorum, conseguimos! Afundamos a embarcação inimiga e mostramos que somos mais fortes juntos.

Comunidade: (vibrando) Maria Felipa! Maria Felipa!

Cena 6: O Legado

(A cena final mostra uma representação simbólica de Maria Felipa sendo homenageada por gerações futuras.)

Narrador: (com emoção) O legado de Maria Felipa vive em nossos corações. Sua coragem inspirou a luta pela independência da Bahia e a esperança de um futuro melhor.

(Efeitos especiais destacam a importância duradoura de Maria Felipa na história.)

Conclusão: "Maria Felipa: A Heroína da Independência da Bahia" é uma peça que celebra a coragem e a determinação de Maria Felipa, com falas que destacam a luta pela liberdade e a inspiração que ela trouxe para sua comunidade e para o povo baiano como um todo.

ROTEIRO

Cena 1: **A VIDA DE MARIA FELIPA**

Joana Angélica aproxima-se de Maria Felipa, enquanto ela pescando. Ao ver Joana Angélica:

Maria Felipa diz:

- Joana Angélica, minha irmã! Como tem sido sua vida no convento nestes tempos de conflito?

Joana Angélica responde com preocupação:

-Irmã Maria, a invasão portuguesa trouxe inquietação ao nosso convento. As tropas estão por toda a parte, mas pelo menos temos um refúgio sagrado.

Cena 2: **O DESPERTAR**

Maria Felipa fala com determinação:

-NÃO TEMA IRMÃ!! Estamos todas juntas nessa luta, cada uma de nós temos um papel a desempenhar e acreditar que tudo irá dar certo.

Cena 3: **O PLANO**

O grupo liderado por Maria Felipa, se reúne, incluindo Maria Quitéria. Maria Felipa, apresentando o plano:

Precisamos atacar, afundar as embarcações portuguesas e enfraquecer as forças inimigas. Com ajuda de todos, conseguiremos!

Maria Quitéria:

Maria Felipa, permita-me lutar ao seu lado, seria uma honra, além disso, juntas somos mais fortes. Deixarei de lado meu disfarce e mostrarei meu verdadeiro espírito de guerreira.

Cena 4: **A BATALHA**

Joana Angélica e outras freiras observam a batalha à distância, enquanto Maria Quitéria luta com o grupo de Maria Felipa.

Joana Angélica se preocupa:

-Que Deus proteja Maria Felipa e Maria Quitéria que estão lutando na batalha. Suas ações corajosas nos inspiram a resistir, mesmo nas horas mais sombrias.

Cena 5: **A VITÓRIA**

Depois da vitória, Joana Angélica e Maria Quitéria se juntam à celebração.

Maria Felipa demonstra gratidão:

-Graças a todos, conquistamos essa vitória. Joana Angélica, sua fé nos sustentou, e Maria Quitéria, sua bravura nos inspirou.

Joana Angélica responde com emoção:

-Honraremos os que lutaram conosco e aqueles que fizeram sacrifícios, em nome da liberdade.

Como a irmã Joana, que deu sua vida, dizendo a seguinte frase: “Para trás, bandidos! Respeitai a casa de Deus! Só entrarão passando por cima do meu cadáver! Protegendo suas irmãs com ato de bravura e coragem.

Cena 6: **O LEGADO**

Na cena final, Joana Angélica e Maria Quitéria se juntam à comunidade para refletir sobre o legado da luta pela independência.

Maria Quitéria:

Nossa luta não foi em vão. A coragem de Maria Felipa e a fé de Joana Angélica e o espírito guerreiro dos valentes que deixaram um legado de liberdade.

Joana Angélica fala inspirada:

Que o Brasil e a Bahia sigam sendo livres e unidos, lembrando sempre de todos aqueles que sacrificaram suas vidas pela liberdade, por uma causa tão nobre.

Essas atividades envolveram os alunos do Ensino Médio mediante a minha tutoria e as lideranças Congadeiras. Cabe aqui ressaltar que existiram diversos momentos com os articuladores jovens da congada e os alunos do grupo de teatro, ocorreram durante os ensaios alguns diálogos em o antirracismo foi a pauta, atividades de criação e elaboração do cenário do teatro e seleção do figurino.

No entanto o projeto do teatro não teve permissão do Comandante Diretor do CEPMG Dionária Rocha (um colégio militar) para ser apresentado, no interior das instituições de ensino envolvidas e nem mesmo no evento da pasta da cultura municipal chamada de “Quarta na Praça” que ocorre mensalmente na Praça São Sebastião no centro da cidade de Itumbiara. A alegação diz respeito a proibição de alunos do CEPMG Dionária Rocha usarem outra vestimenta que não seja os uniformes do colégio, sendo proibida também qualquer divulgação de imagem de alunos sem uniforme durante os ensaios do teatro.

Dos congados que existiam há anos, que estavam adormecidos, quietinho, que não queriam mexer com nada, como o caso do Moçambique Estrela de Ouro é um terno muito antigo mas estava na gaveta, ressurgiu assim como o Santa Marta, que são muito bonitos e os que tinham mais antigo era dois o Moçambique Real e o Congo Beira-Mar e o Catupé surgiu para poder movimentar, fez barulho, apareceu, e eles por ser mais velhos, fez com que eles acordassem e hoje graças a Deus Itumbiara tem 5 ternos ativos (Fonseca, Flávio Henrique. Entrevista VII, 2024).

Durante as aulas da Trilha Toda Forma de Poder foi elaborado textos poéticos chamados de Slam¹³ de Resistência. Esse projeto foi apresentado por alguns alunos junto ao

encontro do Conselho Municipal de Igualdade Racial na Casa de Acolhimento da Mulher. Essa ação apesar de ter sido realizada no espaço escolar do CEPMG Dionária Rocha, os alunos que fizeram a leitura poética no referido evento, não estavam representando o colégio, foram como membros da juventude do Conselho Municipal de Igualdade Racial.

Durante as aulas de história e sociologia da trilha aconteceram um ciclo de quatro aulas para o estudo do Apostilado Goiás sem Racismo, que contém atividades sobre como as manifestações culturais podem influenciar, o destino e o lugar dos sujeitos na sociedade brasileira, em razão da carga de preconceito e discriminação aos quais estão submetidos, os grupos negros no Brasil, em Goiás e em Itumbiara.

Nesse momento, fazer parte do mestrado profissional UFU foi determinante, uma vez que ser orientada por uma professora, formadora e pesquisadora em educação antirracista foi importante. O desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovem a inclusão e a valorização da diversidade diário no espaço escolar. Com foco na educação inclusiva, onde todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, têm o direito de participar ativamente das atividades escolares. A escola deve ser um espaço acolhedor e adaptável para todos os estudantes.

Valorizar a diversidade cultural, social e individual dos estudantes. Perceber que as diferenças devem ser vistas como riquezas que contribuem para o ambiente de aprendizagem, e não como obstáculos. Onde a educação deve preparar os alunos para viverem e trabalharem em uma sociedade pluralista. A formação de professores é fundamental para a implementação de práticas inclusivas.

O projeto de governo para Educação do Estado de Goiás estabelece para os profissionais da educação nos alunos de (2023 e 2024) um auxílio aprimoramento no valor de 500 reais para realizações de cursos formativos, capacitação e formação continuada.

¹³ Poesias de Resistência

Alinhado a essa proposta de ensino e para cumprir com o estabelecido pela secretaria de Educação do Estado de Goiás, pude participar de cursos, oficinas e eventos de formação contínua de capacitação de educadores para lidar com a diversidade e a implementar estratégias pedagógicas inclusivas.

Infelizmente os CEPMG não proporcionam grandes aberturas curriculares, e para que a educação antirracista aconteça, o currículo deve ser flexível e adaptável às necessidades dos alunos. Isso significa que o currículo não deve ser rígido, mas sim ajustável para acomodar diferentes estilos de aprendizagem e ritmos de desenvolvimento. A adaptação curricular é uma estratégia essencial para a inclusão.

A participação da comunidade no processo educativo é extremamente importante. A escola precisa trabalhar em parceria com as famílias e com outras instituições comunitárias para criar um ambiente de suporte e colaboração. A participação ativa da comunidade é um elemento-chave para o sucesso da educação inclusiva.

Os métodos de avaliação devem reconhecer e valorizar a diversidade dos alunos. Em vez de avaliações padronizadas e uniformes, a utilização de múltiplas formas de avaliação que possam captar as diferentes habilidades e progressos dos alunos. Avaliações formativas e continuadas são preferidas às somativas e ou formal. Infelizmente, o CEPMG segue a normativa do comando de ensino militar e os métodos avaliativos são somativos e padronizado em prova bimestral, simulado de redação, simulado de conhecimentos gerais e atividade complementar.

3.5 Relação Institucional entre os ternos de Congada e as transformações do corpo negro no espaço da cidade

A intencionalidade desse tópico é tratar o corpo negro como protagonista no movimento de congada em Itumbiara. Estabelecendo interlocução com as reflexões sobre as transformações do corpo, do espaço e das tradições congadeiras. Esse tópico pretende se apoiar nas obras de Leda Maria Martins, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Mirian Garrido, e algumas teses de doutoramento que aprofundam as discussões sobre a temática, do mesmo modo que as entrevistas coletadas e apresentadas, que aproximam a teoria à prática.

Leda Maria Martins (2003) reflete a educação cultural, aprofundando principalmente nas manifestações culturais afro-brasileiras. A performance, a oralidade, a memória e a diáspora africana são suas palavras-chave. São elementos são fundamentais para a compreensão da identidade e da resistência cultural africana no Brasil.

Esses elementos, oralidade e performance, são retratas como formas de resistência

cultural e preservação da memória coletiva nas comunidades afro-brasileiras. A performance, em suas diversas manifestações (teatro, dança, música, rituais), são associadas a um espaço de afirmação identitária e de resistência contra a opressão e a marginalização.

A performance é uma forma de conhecimento que vai além da mera expressão artística. Ela é um meio pelo qual as comunidades africanizadas transmitem suas histórias, valores e conhecimentos, muitas vezes suprimidos ou marginalizados pela historiografia oficial.

A maioria dos congadeiros mais antigos você tem que absorver alguma coisa deles ao natural, eles não chegam para você e fala ó “é assim, é assado”. Para você absorver alguma coisa deles, você tem que ficar atento a qualquer movimento deles, a qualquer fala deles, para você absorver. Tem alguns que já fala alguma coisa, eles não ensinam movimentos, você tem que prestar atenção mesmo, quando está junto com eles, é difícil absolver uma coisa, eles não chegam e falam “faz isso, e isso”, é um aprendizado para mim fazer parte do congado (Fonseca, Flávio Henrique. Entrevista VII, 2024).

A oralidade é considerada por Martins (2003) um "arquivo vivo", onde as tradições, narrativas e saberes ancestrais são preservados e transmitidos de geração em geração. Através da oralidade, as comunidades negras mantêm vivos os seus legados culturais e históricos. A memória ocupa um lugar central de análise, principalmente no que diz respeito à construção e afirmação da identidade negra. A memória não é apenas uma lembrança do passado, mas um processo ativo de construção de identidade e resistência.

A memória é um ato político, pois através dela, as comunidades marginalizadas reivindicam suas histórias e resistem à invisibilidade imposta pela sociedade dominante. Nesse caso, as diásporas africanas são fundamentais para a formação da identidade afro-brasileira. A memória da diáspora é marcada por uma complexa rede de perdas e recriações, onde os afrodescendentes renegociam constantemente suas identidades e pertencimentos.

A observação das práticas culturais afro-brasileiras como formas de resistência e contestação das políticas de exclusão e racismo estrutural. Percebe essas práticas não apenas sobrevivem, mas também se transformam e adaptam em resposta às condições sociais e políticas. A cultura afro-brasileira, em suas múltiplas expressões, funciona como uma forma de resistência cotidiana contra a opressão racial e social. As práticas culturais afro-brasileiras são, portanto, formas de resistência ativa e criativa.

As políticas culturais no Brasil, as instituições e o Estado recebem as manifestações culturais negras com estranheza. As políticas públicas existentes tentam “domesticar ou folclorizar” essas manifestações, argumentando a favor de um reconhecimento genuíno e inclusivo das contribuições culturais afrodescendentes. A estética e a poética negra, são formas

de expressão e afirmação identitária. A estética negra se define como um conjunto de práticas e expressões artísticas que refletem a visão de mundo, os valores e a “cosmologia” das culturas africanas, caracterizada pelo sincretismo, improvisação e a inter-relação entre diferentes formas de arte.

Sendo assim, Martins (2003) analisa a poética da oralidade, com destaque a tradição oral, a riqueza de ritmos, metáforas e imagens, constituindo então uma forma de resistência e reinvenção cultural. A poética da oralidade é vista como uma forma de reescrever a história e afirmar a identidade afro-brasileira. Com uma abordagem interdisciplinar e inovadora proporciona uma compreensão profunda da performance, da oralidade, da memória e da resistência cultural como elementos fundamentais para a construção da identidade negras. De forma a desafiar narrativas hegemônicas e promover uma visão mais inclusiva e diversa da cultura nacional.

Kabengele Munanga (2004) é fundamental para aprofundar os conhecimentos sobre as relações raciais no Brasil. A questão da identidade, o racismo estrutural e a construção de políticas de igualdade racial, são protagonizadas em suas obras. A identidade é uma construção dinâmica e passível de variadas interpretações, e acaba sendo influenciada por diversos fatores históricos, sociais e culturais. Munanga (2004) reflete sobre noção de identidades fixas e homogêneas, propondo uma compreensão mais complexa e inclusiva das identidades culturais.

Uma etnia é um conjunto de indivíduos possuindo em comum uma língua, uma cultura, uma história, um território e não necessariamente uma unidade política. Seus membros desenvolvem preconceitos culturais quando manifestam tendências de valorizar sua visão do mundo e de menosprezar a das outras etnias: etnias africanas, diversos grupos de emigrados nos Estados Unidos etc.

Uma comunidade religiosa é um conjunto de indivíduos que partilham a mesma religião. Nasce o preconceito religioso quando os membros da comunidade acreditam que sua religião é a melhor ou a única verdadeira. Os conflitos políticos podem enxertar-se nos conflitos religiosos: árabes cristão e árabes mulçumanos no Líbano, católicos e protestantes na Irlanda etc. (Munanga, 1990. p. 53).

A proposta de conceituar de identidade híbrida da negritude, resultado de um processo histórico de mestiçagem e intercâmbio cultural. Podemos compreender que a identidade negra no Brasil é marcada pela confluência de múltiplas culturalidades. Essa diversidade cultural recebe um valor essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Mas é preciso estar atento as tentativas de homogeneização cultural, que desconsideram a riqueza e a complexidade das diferentes culturas.

Munanga (2004) realiza uma análise sobre racismo estrutural no Brasil. Onde o racismo não é apenas uma questão de preconceito individual, mas uma estrutura sistemática que permeia todas as esferas da sociedade. O racismo estrutural é caracterizado como um conjunto de práticas, normas e instituições que perpetuam a desigualdade racial e a discriminação. Essas práticas estão enraizadas nas estruturas sociais, econômicas e políticas do Brasil.

Outro ponto a ser refletido, é a política de branqueamento, com formato eugenista incentivada e premiada no Brasil no início do século XX, que visava "melhorar" a população brasileira através da miscigenação com europeus, na tentativa de apagar as características africanas e indígenas. Por essa razão, é importante defender a existência de políticas de ação afirmativa como instrumentos essenciais para combater as desigualdades raciais. Essas políticas são necessárias para corrigir as injustiças históricas e promover a inclusão da população e indígena no Brasil.

Ação afirmativa é considerada por Munanga (2004) como um conjunto de medidas que visam garantir a equidade de oportunidades para grupos historicamente marginalizados. E que implementação de cotas raciais nas universidades e no mercado de trabalho como uma forma de promover a justiça social. Por essa razão a educação é um diferencial significativo na luta contra o racismo. Inclusive é necessário que exista nos currículos educacionais a inclusão de conteúdos sobre a história e a cultura africana de forma a promover a consciência racial e que valorize as contribuições da população negra para a construção social dessa nação.

Kabengele Munanga (2004) amplia sua discussão aos termos: afrocentricidade e a decolonização do conhecimento. Trazendo uma abordagem que valorize as perspectivas e os conhecimentos tradicionais negros, desafiando a hegemonia do conhecimento eurocêntrico. Adotando a afrocentricidade como uma perspectiva que coloca a experiência e a cultura africana no centro da análise, permitindo uma compreensão mais completa e equilibrada da realidade dos afrodescendentes.

A necessidade de descolonizar o conhecimento, promover a valorização dos saberes e práticas culturais africanas e afro-brasileiras. Munanga (2004) faz duras críticas à permanência historiográfica de conhecimento eurocêntrico nas universidades e instituições de ensino de um modo geral, defende em suas escritas, uma educação mais inclusiva e antirracista. Com abordagem interdisciplinar e crítica, capaz de proporcionar uma compreensão rica e complexa das questões raciais, promovendo a valorização da diversidade cultural e a inclusão de comunidades excluídas na sociedade. O autor ataca as narrativas hegemônicas e eurocêntricas, propõe uma visão mais justa e equitativa para a construção de uma sociedade

verdadeiramente democrática e plural.

A teoria de Nilma Lino Gomes (2010) compreende as questões de gênero, raça e educação no Brasil. A interseccionalidade dessas questões, no contexto das mulheres negras, e na promoção de uma educação antirracista e emancipatória. A interseccionalidade verticaliza as experiências das mulheres negras, a opressão racial e de gênero para Gomes (2010) não podem ser compreendidas de forma isolada, pois essas dimensões estão profundamente interligadas e se influenciam mutuamente.

É importante destacar que o conceito de interseccionalidade, foi desenvolvido primeiro por Kimberle Crenshaw, uma advogada norte-americana, defensora dos direitos civis, uma das principais estudiosas da crítica racial dos Estados Unidos. Seus estudos mapearam a problemática das diferentes formas de opressão (raça, gênero, classe) que se sobrepõem e criam experiências significativas de marginalização e resistência.

Dentro dessa abordagem, as mulheres negras são sujeitas de análise, e suas experiências são marcadas por uma dupla discriminação, tanto racial quanto de gênero. Daí surge a importância de políticas públicas e as práticas educativas para o entendimento da interseccionalidade na construção de realidades em que a igualdade de gênero, classe e raça sejam de fato efetivas.

Tais contribuições defendem uma educação antirracista como uma ferramenta primordial no combate do racismo estrutural e na promoção da inclusão social. A proposta conduz uma reestruturação dos currículos escolares e das práticas pedagógicas para incluir a história e a cultura afro-brasileira. Dentro da legalidade Constitucional Brasileira, dando visibilidade para o Projeto de Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Essa lei como um passo significativo para a promoção da educação antirracista no Brasil.

Defender uma educação antirracista no Brasil é uma necessidade, e para isso, é extremamente necessário construir um currículo inclusivo que reflita a diversidade racial e cultural da sociedade brasileira. Isso inclui a incorporação de conteúdos que valorizem as contribuições negras, centralizando o respeito à diversidade. A formação de professores é o primeiro passo para essa construção.

A formação continuada sobre as questões raciais em sala de aula, envolve a sensibilização, a capacitação técnica para implementar práticas pedagógicas antirracistas e ensino humanizado sobre os grupos que foram historicamente explorados, vulnerabilizados economicamente e socialmente, excluídos e marginalizados.

Eu fico triste do pessoal não ter visto a coisa do bem comum, da coletividade, da sustentabilidade, eu pelejei para a gente tentar construir um Instituto, alguma coisa, mas o pessoal não entendeu. Desde que eu cheguei, eu trabalho consciência negra no primeiro ano que eu trabalhei aqui a gente fez um trabalho grande na escola como foi o trabalho se a gente discutiu durante o ano o aí depois no final foi a nossa da tal culminância, teve várias apresentações e eu fiz umas bonequinhas negras, fiz bordada para aí a gente entregou de lembrança. A resistência povo que tem resistência em aprender, depois veio com discurso da tal “consciência humana” aí eu comecei a questionar, eu falei que coisa da questão racial não é minha não. É da escola, que tem uma lei, tem obrigatoriedade de falar e eu fui para cima da questão do escravo de ser um gatilho para a gente olhar a história: ele estava escravo ou condição escravizada? Quando a pessoa é racista, como ela mesma vai trabalhar o racismo? Na escola você acha que você consegue desenvolver a Consciência Negra como ela deveria ser cotidianamente? Não! Eu separei todo o material, material maravilhoso, organizei na biblioteca uma prateleira só de africanidades. O material da biblioteca muito completo tem muita coisa interessante, não trabalharam. Tem muita queixa de intolerância religiosa e os alunos por saber que eu sou do candomblé gostam de conversar sobre o peso na escola que a gente vive, fere e trata como tabu, preconceito e proibição. (Montelo, Raimunda. Entrevista VII, 2024).

Para a autora, Nilma Lino Gomes (2010) defender as políticas de ação afirmativa são mecanismos essenciais para promover a igualdade racial e combater as desigualdades históricas enfrentadas pela negritude brasileira. Essas políticas são necessárias para garantir a justiça social e a inclusão dos grupos marginalizados. A ação afirmativa é então um conjunto de políticas e medidas que visam corrigir as desigualdades raciais e promover a inclusão de grupos historicamente discriminados. Isso inclui, por exemplo, as cotas raciais no ensino superior. A justiça social, que permite o acesso a oportunidades de educação e emprego que historicamente foram negadas.

Gomes (2010) discute como o empoderamento e a emancipação dos indivíduos e comunidades negras com acesso educacional é um instrumento de transformação social. Que empodera e promover sua autonomia. Nesse processo, os indivíduos e comunidades negras adquirem o poder e a capacidade de tomar decisões, de participar ativamente na sociedade. Para as mulheres negras, significa a capacidade de resistir às opressões e afirmar suas identidades.

Quando se trata da emancipação como o objetivo final da educação, em que os indivíduos se tornam capazes de superar as barreiras impostas pela sociedade e alcançar uma verdadeira liberdade, a educação emancipatória deve promover o pensamento crítico e a consciência social. A interseccionalidade compreende as questões de raça, gênero e educação, dentro da perspectiva antirracista, com políticas de ação afirmativa e promoção do empoderamento e da emancipação de pessoas negras.

Nilma Lino Gomes (2010) elabora contribuições fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Questiona as estruturas de poder existentes e propõe uma transformação eficaz na forma como a educação é aplicada e praticada. Sua proposta,

assim como esta dissertação é uma denúncia da necessidade de incluir e valorizar as histórias, as culturas e as experiências religiosas da população negra brasileira.

A proposta dissertativa de Mirian Cristina de Moura Garrido Ribeiro (2011) discute as contribuições que políticas públicas, educação e desigualdades sociais, das pessoas negras e marginalizadas no Brasil escravocrata. Sua pesquisa realiza uma análise crítica das políticas públicas e educacionais, uma vez que frequentemente falham em abordar as necessidades desses grupos sociais.

As políticas públicas, para serem eficazes, devem ser formuladas e implementadas devem considerar os aspectos de raça, gênero e classe. As políticas públicas devem ser inclusivas e sensíveis às realidades diversas e ter como ponto de atenção as desigualdades estruturais, e assim ser possível combater, esse entendimento parte da ideia de que o conhecimento promove possibilidades de solução de problemas sistêmicos.

Ainda, dentro dessa ideia, de que políticas universais são suficientes para abordar desigualdades específicas. A existência de políticas específicas e direcionadas são necessárias para garantir a equidade. A educação é o objeto de estudo de Ribeiro (2016), pois o sistema educacional brasileiro perpetua desigualdades sociais e raciais, o que torna sua produção significativa são as propostas de reformas educacionais para criar um sistema educativo mais justo e inclusivo.

Desse modo, Ribeiro (2011 e 2016) contribui ativamente na elaboração teórica do produto pedagógico nesta dissertação. Pois assim como todos os autores apresentados nesta pesquisa, acreditam e defendem uma educação emancipatória que capacite os alunos a questionarem e desafiar as estruturas de poder existentes. A educação como um meio de promover a consciência crítica e a transformação social.

Para tanto a inclusão educacional deve ir além do acesso à escola. E isso inclui a garantia de condições adequadas de aprendizagem, para que o sucesso acadêmico dos estudantes seja possível, independentemente de sua origem socioeconômica, racial ou de gênero. Por isso é tão necessário compreender a existência de diferentes formas de opressão, que desenvolve experiências múltiplas de marginalização de grupos vulnerabilizados. A argumentação valida as políticas e práticas que reconhecem e abordam práticas eficazes. Dessa forma as políticas públicas devem ser formuladas para atender às suas necessidades específicas, principalmente quando se trata de mulheres negras.

“A democracia verdadeira só pode ser alcançada com a participação ativa e significativa de todos os segmentos da sociedade”, afirma Ribeiro (2016). A participação cidadã é essencial para a construção de políticas públicas eficazes e inclusivas. Os mecanismos para

garantir que as vozes marginalizadas e vulnerabilizadas sejam ouvidas e consideradas nos processos de tomada de decisão, são: democracia participativa, justiça social e promoção da equidade.

Para que esses três princípios sejam postos em prática, é fundamental criar espaços e oportunidades para a participação direta dos cidadãos nos processos políticos e nas decisões que afetam suas vidas. Identificar e combater as desigualdades estruturais que afetam diferentes grupos. Garantir direitos iguais e acesso equitativo a recursos e oportunidades para os indivíduos objetivando reduzir as desigualdades e promover a inclusão social. E assim, valorizar as vozes e experiências das populações marginalizadas.

PRODUTO

Sequência Didática direcionado aos professores de História nível Ensino Médio

O objetivo da sequência didática para professores é de promover formação sobre como combater ao racismo institucional, como identificar violências, preconceito e discriminação racial. Disseminando as tradições congadeiras como subsídios que garantam o respeito e tolerância religiosa no ambiente escolar, a dignidade e redução de desigualdades. A sequência didática é amparada pela Lei nº12.228, de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, que garante à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

A Lei nº 10639/03 que símbolo de avanços da luta antirracista empreendida pelo movimento negro no Brasil. Esse dispositivo legal introduziu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/96 a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ela assegura e valoriza vínculos históricos e culturais que constituíram e constroem o nosso país, refazendo ideias cristalizadas em seus currículos, em projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, visando uma educação antirracista.

A lei nº 11.645/08 criada para combater as ideias preconceituosas e estereotipadas em relação às comunidades indígenas. Desse modo, torna-se obrigatório as escolas introduzirem em seus currículos, os conhecimentos, saberes, modos de vida e organização social dos povos afro-brasileiros e indígenas.

Será apresentado a legalidade do tema e as manifestações culturais que influenciaram, o destino e o lugar dos sujeitos na sociedade brasileira em razão da carga de preconceito e discriminação aos quais estão submetidos os grupos racializados no Brasil, em Goiás e em Itumbiara. Apresentar aos professores a compreensão de etnia, um grupo de pessoas que consideram ter um ancestral comum e compartilham da mesma língua, religião, cultura, das tradições, visão de mundo, território ou condições históricas.

Apresentar também aos professores sobre as tradições congadeiras, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam o mesmo território e recursos naturais como condição para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas desenvolvidas e transmitidas pela tradição. Assim como apresentar dados estatísticos que denunciam a violação legal de direitos educativos da população negra brasileira, goiana e itumbiarense.

Pretendo apresentar aos professores a importância de conhecer para valorizar, e que as leis existem por tratar de assuntos que são marcas históricas que devemos superar, pois de acordo com Frantz Fanon “não devemos ignorar que o futuro permanecerá fechado enquanto a consciência do povo for rudimentar, primaria ou opaca”, desse modo a sequência didática pretende estender pontes entre o ensino de história e o antirracismo, o ensino de história e a tolerância religiosa, o ensino de história e as tradições culturais de um povo.

Caderno de Atividades direcionados aos alunos do nível Ensino Médio

O objetivo do caderno de atividades para alunos de ensino fundamental, acompanha a sequência didática dos professores com dois formatos, o primeiro consiste em realizar, sob mediação dos educadores, rodas de conversa sobre como combater o racismo estrutural, levantar hipóteses e dialogar sobre o tema. Realizar seminários sobre intolerância religiosa, violências identificadas e discriminação racial, com pessoas convidadas que estejam inteiradas sobre as temáticas. Realizar diálogos formativos sobre dados estatísticos da realidade da população negra no Brasil, em Goiás e em Itumbiara.

Uma escola antirracista é aquela que se empenha em combater o racismo e promover a equidade dentro e fora da sala de aula. Para construir uma escola antirracista com o apoio da congada, podemos considerar algumas estratégias:

1. Formação e Sensibilização: formação contínua para educadores e gestores, abordando a história e cultura afro-brasileira, bem como a importância da educação antirracista. Sensibilização de toda a equipe escolar sobre a relevância do tema, incluindo a congada como expressão cultural afro-brasileira.
2. Currículo e Material Didático: revisão do currículo para incluir conteúdos que valorizem a história e cultura afro-brasileira, bem como a congada. Seleção de materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial, evitando estereótipos e apagamentos.
3. Participação das Famílias: envolver as famílias no processo educativo, convidando-as a participar das atividades relacionadas à congada e à cultura afro-brasileira. Promover diálogo com as famílias sobre a importância da educação antirracista.
4. Protagonismo dos jovens estudantes: Incluir os estudantes como agentes ativos e participativos nas ações relacionadas à congada e à cultura afro-brasileira.
5. Promover atividades que estimulem o respeito à ancestralidade e a valorização da diversidade étnico-racial. Parcerias e Recursos: buscar parcerias com educadores e pesquisadores que trabalham com a temática racial.
6. Desenvolver um projeto específico para a escola, alinhado ao Projeto Político Pedagógico (PPP), que valorize a congada e a cultura afro-brasileira. Promover vivências em africanidades por meio de rodas de conversa.

Portanto a construção de uma escola antirracista é um processo contínuo e coletivo, que envolve toda a comunidade escolar. A congada pode ser uma ferramenta poderosa para promover

a valorização da cultura afro-brasileira e o combate ao racismo. No que diz respeito, a construção de uma escola antirracista, um aspecto que deve ser entendido como um processo contínuo e coletivo, que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, estudantes e suas famílias.

Nesse contexto, a congada, enquanto manifestação cultural afro-brasileira, apresenta-se como uma ferramenta pedagógica de grande potencial para fomentar o reconhecimento e a valorização das contribuições históricas, sociais e culturais da população negra no Brasil. Ao incorporar a congada no currículo e nas práticas escolares, é possível ampliar o repertório cultural dos estudantes, promover o respeito à diversidade e desconstruir estereótipos raciais, alinhando a educação aos princípios de igualdade e justiça social.

Além disso, ao estabelecer conexões entre a congada e outras disciplinas, como história, literatura e artes, a escola cria oportunidades para aprofundar o conhecimento sobre a riqueza das tradições afro-brasileiras e sua relevância na formação da identidade nacional. Por meio dessas iniciativas, a escola não apenas combate ao racismo estrutural, mas também reforça sua missão de formar cidadãos críticos e comprometidos com a equidade social.

O produto dessa dissertação tem uma palavra em destaque, a inclusão, inclusão de conteúdos que reflitam a diversidade racial e cultural da sociedade. Essa essencialidade inclui a história, cultura, literatura e contribuições de pessoas marcada pelo recorte racial e étnico. A proposta dessa dissertação se concentra na elaboração de uma sequência didática que inclui narrativas de grupos raciais historicamente marginalizados.

Para que possa ocorrer essa integração pedagógica de inclusão de histórias e experiências de comunidades congadeira de Itumbiara, será necessário capacitar os educadores dentro da proposta antirracista, apresentar autores que se debruçam a discutir temas raciais e educacionais, destacando a presença de personalidades locais que são figuras relevantes na comunidade negra local, capazes de realizar projetos em parcerias com as escolas municipais e estaduais do município de Itumbiara.

Manter uma rotina de estudos e formação continuada é essencial no processo de capacitação de professores. O produto introduz obras literárias e desenhos artísticos e a apresentação de lideranças negras de Itumbiara que promovem projetos com engajamento de crianças, adolescentes e jovens negros em idade escolar, em atividades de relacionada a musicalidade e percussão que são elementos fundamentais dentro das congadas.

A formação de educadores para a diversidade, é sinalizado aqui pois é necessário estar preparados para lidar com questões raciais e promover um ambiente inclusivo e respeitoso. Com práticas possíveis que possa garantir capacitação continuada sobre educação para diversidade, equidade e inclusão, com sensibilização e conscientização que possam realizar atividade de escuta ativa sobre racismo estrutural e microagressões.

Proporcionar momentos de diálogo que incentive educadores compartilhar sobre suas próprias percepções e preconceitos, de forma a promover um espaço seguro para reflexão crítica. Com ambientes onde estudantes e educadores possam discutir abertamente sobre raça e racismo. Grupos de discussão são fundamentais para que ocorra o compartilhamento de experiências e pontos de vista. A partir disso, articular projetos e seminários de debates focados em temas relacionados ao racismo e à diversidade cultural, com foco nos grupos de congada do município que inclusive são os articuladores do Conselho Municipal de Igualdade Racial.

A implementação de práticas educativas antirracistas exige um compromisso contínuo com a promoção da justiça, da equidade e da inclusão. Ao adotar uma abordagem abrangente e integrada, as escolas e instituições de ensino podem desempenhar um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso envolve a revisão constante de práticas pedagógicas, a formação de educadores, a criação de espaços seguros para discussões, a proposta do produto dessa dissertação é evidenciar o impacto positivo que parcerias com os grupos de congada pode proporcionar ações no combate do racismo e da intolerância e promover uma cultura de respeito dentro do espaço escolar.

Nível de materiais diferentes para diferentes turmas e competências

É fundamental a elaboração de materiais que contemple a diversidade existente entre os alunos e as turmas que no ensino fundamental e médio desenvolvem diferentes habilidades e complexidades. As atividades centralizam os fundamentos ancestrais da congada, sua história, legado, origem cultural e sua contribuição para o antirracismo. Priorizando uma abordagem multidisciplinar e inclusiva.

A metodologia pode ser aplicada em uma sequência didática que apresente os fundamentos ancestrais da congada. Com objetivo de introduzir aos alunos o conhecimento e as raízes africanas e a resistência cultural que ela representa. E como atividade, propor uma roda de conversa em que os alunos possam compartilhar o que sabem previamente sobre a cultura negra brasileira, mediante exposição de ideias dialogar sobre as origens da congada.

Desse modo, a congada é uma manifestação cultural e religiosa de origem afro-brasileira que combina elementos de tradições africanas, católicas e indígenas. Suas origens estão ligadas ao período da escravidão no Brasil e ao processo de misticismo religioso que ocorreu durante a formação da cultura brasileira. O enraizamento da congada reúne as tradições culturais e religiosas dos povos africanos trazidos ao Brasil como escravizados, especialmente os bantos, que vieram das regiões que hoje correspondem a Angola, Congo e Moçambique.

Esses povos traziam consigo suas tradições de dança, música e celebrações comunitárias, que eram uma forma de resistência cultural e preservação de suas identidades em um

contexto de opressão. No Brasil, os escravizados foram obrigados a adotar o catolicismo, religião dominante imposta pelos colonizadores portugueses. No entanto, eles mantiveram suas crenças e práticas africanas, adaptando-as às novas condições. A congada surgiu como uma expressão desse sincretismo, combinando elementos do catolicismo, como a devoção a santos, com práticas religiosas africanas. A celebração da coroação de reis e rainhas, por exemplo, reflete tradições africanas de respeito e reverência aos líderes comunitários, enquanto a devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia e outros santos católicos é incorporada às festividades.

A congada foi influenciada por festas e celebrações populares trazidas pelos colonizadores portugueses, como as festas de coroação, que foram adaptadas pelos escravizados para incluir elementos de suas culturas de origem. As irmandades religiosas, formadas principalmente por negros, tiveram um papel importante na manutenção e preservação da congada, funcionando como espaços de organização comunitária e resistência cultural. Em algumas regiões do Brasil, a congada incorporou também elementos das culturas indígenas, que se misturaram às tradições africanas e europeias, criando uma manifestação cultural única e diversa, presentes principalmente no Moçambique e no Catupé.

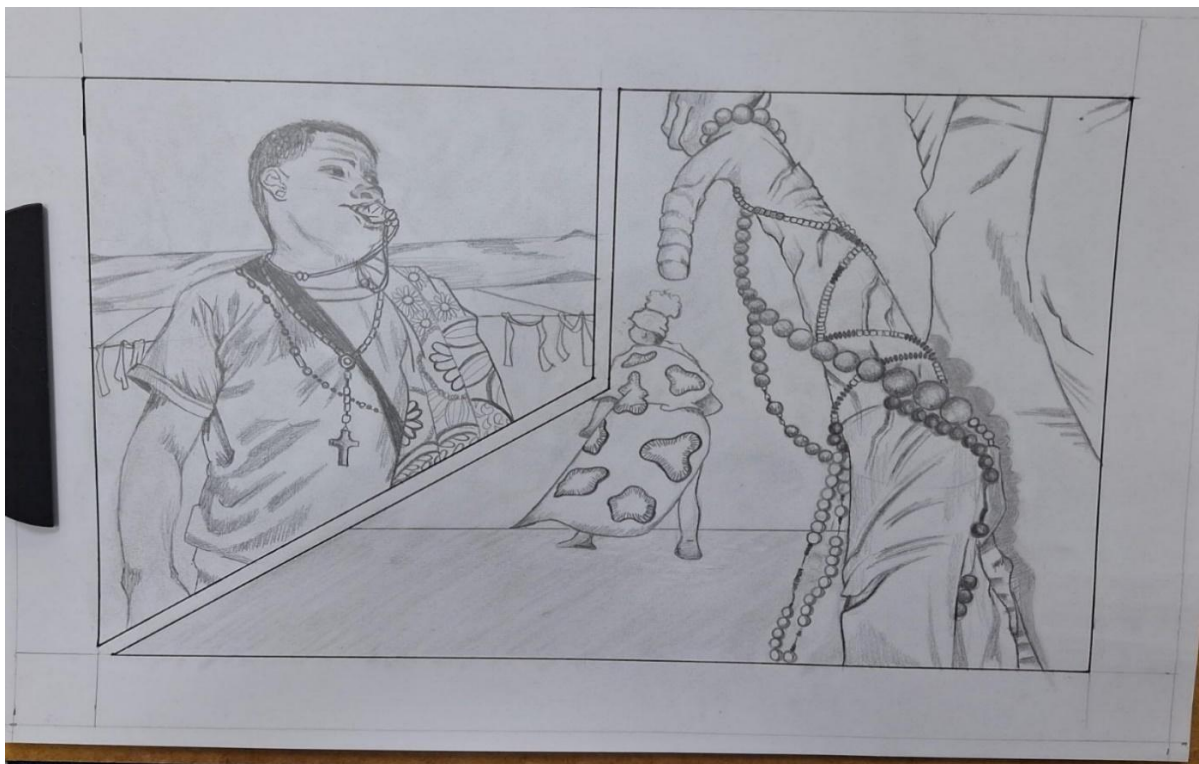
A congada sempre foi mais do que uma manifestação cultural; ela representou uma forma de resistência e preservação da identidade dos negros brasileiros. É uma maneira de manter viva a memória de suas origens africanas e de resistir à opressão e desumanização imposta pela escravidão. A congada se espalhou por diversas regiões do Brasil, especialmente no Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, adaptando-se às particularidades locais e ganhando diferentes formas e nomes, como o congado em Minas Gerais e São Paulo, e o terno de congo em Goiás e Mato Grosso. Essas origens fazem da congada uma manifestação rica em simbolismos, refletindo a complexa interação entre diferentes culturas e a resistência dos afro-brasileiros em manter suas tradições vivas no novo contexto em que se encontravam.

Como atividade sugerida, após explanar os conhecimentos sobre a congada, convidar membros da comunidade congadeira da cidade para ouvir e conhecer seus saberes, suas práticas ritualísticas, exercitar a habilidade da escuta, sobretudo dos mais velhos, se engajar e dar voz da juventude negra, conhecer suas ações e projetos para a mocidade negra no município, conhecer alguns cânticos e o que representa cada verso, visualizar imagens que traduz a cultura congadeira para universo católico local.

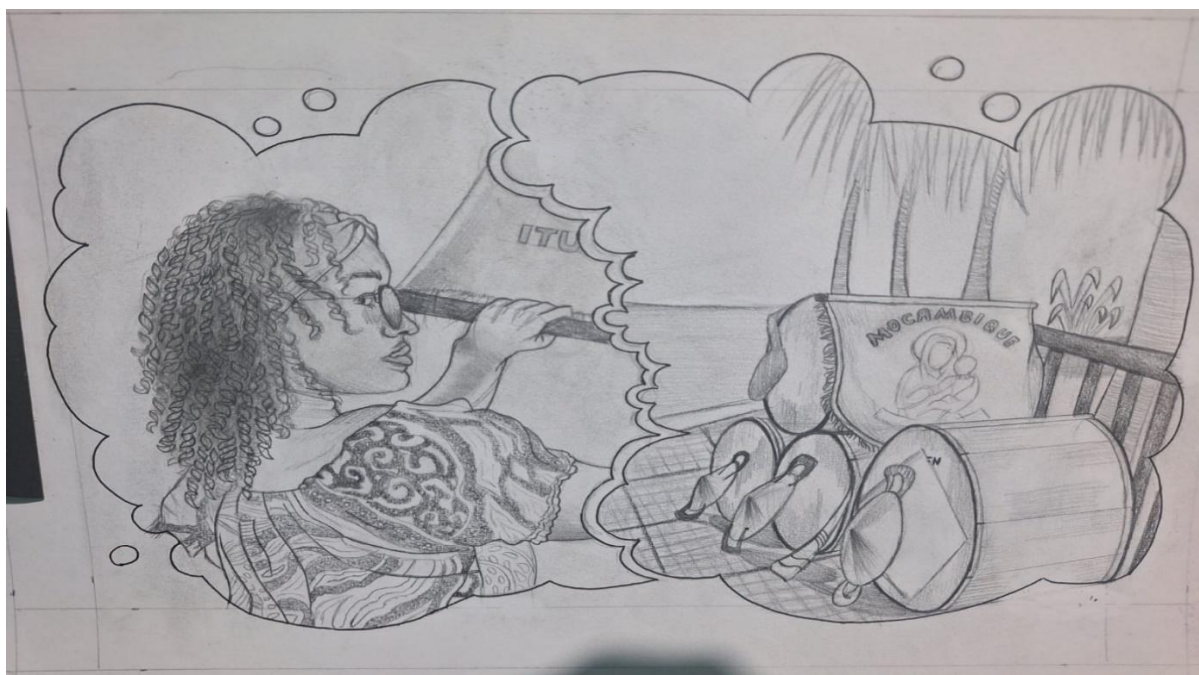
Uma possibilidade dinâmica é potencializar a produção artística dos alunos após todos os processos de aprendizagem histórica, social, a artística que pode ser útil na confecção de painel escolar, uma forma de presentear os membros congadeiro convidados a estar presente no ambiente escolar, nos desenhos é possível visualizar, símbolos religiosos, os rituais da congada, a bandeira, o cajado, as estampas e os diferentes espaços que contemplam o cortejo. Como estão representados abaixo. As ilustrações são de autoria de Lanna Márcia Souto

Fernandes, aluna egressa do CEPMG Dionária Rocha

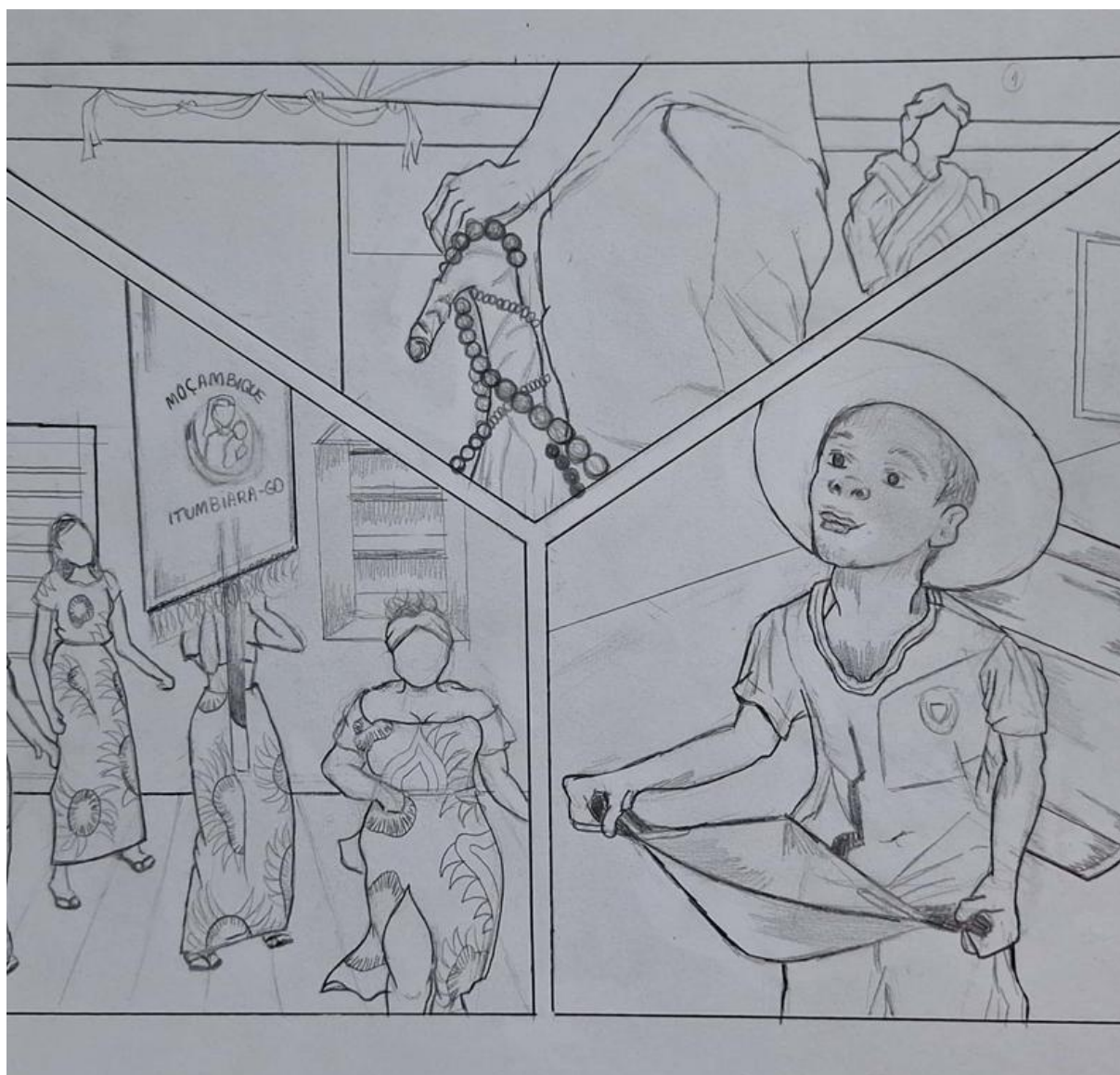
Desenho 1



Desenho 2



Desenho 3



Digitalizado

O objetivo de atividades como as apresentadas aqui, consiste em contextualizar historicamente a congada no Brasil, desde a sua origem até os dias atuais, mostrando sua evolução e a importância social e cultural. Criar uma linha do tempo da congada, incluindo momentos históricos importantes, como a chegada dos africanos ao Brasil, a formação dos quilombos, e a criação das irmandades religiosas que preservam a tradição. Explorar o legado cultural e religioso da congada, destacando sua influência na cultura brasileira e sua contribuição para a formação de identidade de comunidades negras.

Atividade Sugerida:

Preparar um espaço aberto no ambiente escolar, de preferência arborizado ou com cobertura para realizar oficina de música e dança, convidando um grupo de congada local para realizar uma oficina com os alunos, ensinando cantos, toques e danças tradicionais. Que essa

visita da comunidade ou grupo de congada, possa permitir que os alunos vivenciem a prática religiosa e cultural em um contexto de respeito e combatendo a intolerância religiosa, ao compreender que a congada é uma festa católica.

Conhecer a história da cultura negra brasileira para superar a intolerância e o racismo **- Documentário: Anel de Tucum**

É importante realizar e direcionar leituras de textos que abordam a temática da congada e as práticas antirracistas. O objetivo desse exercício é utilizar a congada como ferramenta pedagógica para discutir o antirracismo e a valorização da cultura negra no Brasil. O processo de leitura e compreensão discursiva, possibilita convidar especialistas em cultura negra e antirracismo para realizar palestra, que ampliará a discussão com os alunos sobre como as tradições culturais podem contribuir para a luta contra o racismo.

A legislação brasileira define: racismo é crime! Artigo 5º da Constituição Federal, inciso XLII – “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. A lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, que em seu Artigo 1º dispõe sobre garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

A lei nº 10.639/03 é um dos avanços da luta antirracista empreendida pelo movimento negro no Brasil. Esse dispositivo legal introduziu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº9.394/94 a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ela assegura e valoriza vínculos históricos e culturais que constituíram e constroem o nosso país, refazendo ideias cristalizadas em seus currículos, em seus projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, visando uma educação antirracista.

Por isso, é primordial conduzir leituras que fortaleça identidades, autoestima de estudantes negros no espaço escolar. Quando se trata do contexto social e educacional: o livro de Bárbara Carine (2023) foi lançado em um período em que as discussões sobre racismo estrutural, representatividade e equidade racial ganham destaque no Brasil. O sistema educacional brasileiro, historicamente marcado por práticas excludentes e eurocêntricas, carece de materiais que dialoguem diretamente com as experiências e desafios vividos por estudantes negros.

O livro em questão, possui o título de "Querido Estudante Negro" sua publicação surge como uma resposta a praticas excludentes e eurocêtricas, e principalmente pela ausência de materiais que dialoguem com as vivencias dos estudantes, a obra oferece uma narrativa que valida e empodera a juventude negra. Existe na obra de Carine (2023) uma relevância educacional no ambiente escolar, em reconhecer que estudantes negros em situação de violência, enfrentam racismo, preconceito e discriminação, e isso pode afetar diretamente seu desempenho acadêmico e sua autoestima. O destaque da obra também fornece um espaço de acolhimento, pois funciona como um recurso pedagógico que professores e educadores podem utilizar para promover uma educação antirracista.

Nesse processo de afirmação da identidade negra, é construído uma estrutura de acolhimento em torno de cartas e mensagens que buscam fortalecer a identidade racial dos estudantes negros. Carine (2023) aborda temas como a valorização da estética negra, o reconhecimento das raízes africanas e a importância de resistir ao racismo. O tom de acolhimento e empoderamento visa construir uma autoestima sólida, que é frequentemente abalada pelo racismo cotidiano.

Quando se trata de representatividade: Bárbara Carine (2023) faz uso de exemplos de figuras negras históricas e contemporâneas que obtiveram sucesso em diversas áreas, mostrando aos jovens leitores que eles também podem alcançar seus objetivos. A representatividade positiva funciona como um antídoto contra as imagens negativas e estereotipadas frequentemente associadas a pessoas negras na mídia e na sociedade.

Aqui na escola tenho muitos professores negros e negras, muitos moram por aqui mesmo, até foram estudar fora, mas voltaram assim que acabaram a faculdade. Acho que a galera branca que se forma não quer vir dar aula em um bairro perto da favela. Mesmo que o colégio seja particular, ainda é um lugar pouco seguro, e ouvi dizer que eles ganham pouco. Uma vez uma professora, mulher negra como eu, falou um bagulho na sala de aula que ficou martelando na minha cabeça: “se Deus me ajudar, eu vou fazer um mestrado; se ele me ajudar mais ainda, faço um doutorado”. Eu não sei o que é esse rolê de doutorado, nem sua mãe tem um, ou tem? Mas sei que eu quero fazer isso também, acho que deve dar muito dinheiro para a professora falar daquele jeito. Uma pergunta: seu pai tinha doutorado? (Carine, 2023, p. 54).

O racismo estrutural e educacional e de como se manifesta no ambiente escolar, é outra perspectiva do livro “Querido estudante negro” por denunciar o currículo eurocêntrico, da falta de referências negras nos materiais didáticos, ou das interações cotidianas entre alunos e professores. A autora, desafia os estudantes negros a reconhecerem essas estruturas e a resistirem, ao mesmo tempo em que reforça a importância da luta coletiva por uma educação

mais inclusiva. Em outra passagem da obra ela que foi convidada por um garoto de pele negra retinta a participar de um coletivo negro, um grupo de consciência negra, chamado Farabele¹⁴ Dudu, criado por estudantes.

Não sei se vou namorar com o garoto do coletivo, mas gostei de ficar nesse grupo. Sei lá, sabe, lá começaram a acontecer umas coisas muito fortes durante os nossos encontros: eu me reconhecia em cada narrativa trazida ali, parecia que nossas vidas eram cruzadas pelas mesmas histórias. Além disso, lá eles fazem a gente ler aqueles textos difíceis de gente graduada, já li Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Abdias Nascimento e outros. Você já leu essas pessoas? (Carine, 2023. p. 66).

O que mais chama atenção na obra é o estilo e estrutura narrativa, o estilo escolhido pela autora Barbara Carine (2023) é o epistolar, o uso de cartas é um recurso estilístico eficaz, pois cria uma sensação de proximidade e intimidade entre a autora e o leitor. Esta escolha narrativa permite que escritora se dirija diretamente ao estudante negro, oferecendo conselhos, encorajamento e reflexões pessoais, o que reforça a conexão emocional com o leitor.

Outra característica presente na obra é do da linguagem acessível. Bárbara Carine (2023) utiliza uma linguagem, adequada ao público jovem, mas sem perder a profundidade das questões abordadas. Isso torna a obra uma ferramenta valiosa tanto para os estudantes, quanto para os educadores que buscam recursos para abordar o racismo e a identidade negra em sala de aula.

O livro: "Querido Estudante Negro" tem sido amplamente utilizado em escolas, projetos sociais e rodas de leitura, sendo reconhecido como um recurso vital para o fortalecimento da identidade negra entre jovens. O livro um instrumento para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Além de apresentar sensibilidade, pertinência e capacidade de dialogar com uma nova geração de estudantes negros, promovendo a conscientização sobre a importância da identidade racial e da luta contra o racismo.

A leitura é uma ferramenta pedagógica, e é recurso indispensável para a educação antirracista no Brasil, por oferecer possibilidades para discutir de forma responsável temas de racismo, identidade e autoestima em sala de aula. A leitura estimula o debate e a reflexão entre estudantes e educadores, contribui para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo.

O filme documentário Anel de Tucum por sua vez, foi dirigido por Conrado Berning e lançado em 1994, é uma obra significativa no contexto da teologia da libertação e das lutas sociais no Brasil, especialmente em relação à defesa dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e das populações marginalizadas. O filme utiliza o símbolo do anel de tucum, um

anel feito da palmeira tucumã¹⁵, como uma metáfora para o compromisso com a justiça social, a resistência e a solidariedade com os oprimidos.

O documentário está profundamente enraizado na teologia da libertação, uma corrente teológica que ganhou força na América Latina a partir dos anos 1960 e 1970. Esta vertente religiosa defende uma interpretação do Evangelho centrada na justiça social e na libertação dos pobres e oprimidos. No Brasil, figuras como Dom Pedro Casaldáliga e Frei Betto, que aparecem no documentário, foram fundamentais para a difusão dessa perspectiva.

"Anel de Tucum" reflete o engajamento dos movimentos sociais brasileiros, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as comunidades eclesiais de base, que lutam por reforma agrária, justiça social e respeito aos direitos humanos. O filme insere-se em um contexto de crescente mobilização social contra a exclusão e a desigualdade, especialmente nas décadas de 1980 e 1990.

O anel de tucum, por ser simples e feito de um material nativo da Amazônia, simboliza a resistência, a humildade e a conexão com a terra e com os povos originários. Ele contrasta fortemente com o ouro e outras riquezas associadas ao poder e à opressão. No documentário, o anel é usado como um sinal de comprometimento com as causas dos excluídos e como um lembrete constante da luta por justiça social.

O filme mostra que usar o anel de Tucum vai além de um símbolo religioso; é um compromisso concreto com a transformação social. Aqueles que usam o anel são apresentados como indivíduos que assumem uma postura ativa contra a injustiça, identificando-se com a dor e a luta dos marginalizados. O documentário apresenta depoimentos de importantes lideranças religiosas e sociais, como Dom Pedro Casaldáliga, que compartilham suas experiências de luta contra a opressão e de apoio às comunidades indígenas e pobres. Esses depoimentos oferecem uma perspectiva crítica sobre o papel da Igreja e das religiões na promoção da justiça social.

Além das vozes das lideranças, o filme dá espaço para as histórias e experiências de pessoas que vivem nas margens da sociedade, como indígenas e quilombolas. Suas narrativas reforçam a necessidade de uma luta coletiva e destacam as injustiças que ainda persistem.

“Anel de Tucum” utiliza uma narrativa que é ao mesmo tempo simples e

¹⁴ Termo iorubá que remete à luta e à consciência negras. (Carine, 2023, p.65).

poderosa, focada nos depoimentos e nas histórias pessoais daqueles que se identificam com o anel. A escolha de um estilo direto e sem muitos artifícios estéticos reforça o caráter de urgência e seriedade das questões abordadas. A estética do documentário é marcada pela presença constante do anel de Tucum, que aparece de maneira recorrente ao longo do filme.

Essa repetição cria uma forte conexão simbólica com os temas discutidos, além de reforçar o impacto visual do objeto como um símbolo de resistência. O filme é uma obra fundamental para a compreensão das lutas sociais no Brasil. Sua abordagem sincera e direta das questões sociais, sem cair em simplificações ou estereótipos, é um importante documento histórico e cultural que captura a essência de uma época de intensas mobilizações sociais.

O impacto do filme documentário é significativo, especialmente entre grupos religiosos e movimentos sociais engajados na luta por direitos humanos. Ele ajudou a popularizar o anel de tucum como um símbolo de solidariedade e compromisso com a justiça social, influenciando muitas pessoas a se envolverem mais ativamente em causas sociais. Dessa forma, contribui para o debate sobre a relação entre fé e política, e de como a religião pode ser um instrumento poderoso de mobilização social e luta por justiça. Principalmente por questionar a neutralidade religiosa e argumenta que a verdadeira espiritualidade deve estar alinhada com a defesa dos direitos dos oprimidos.

O documentário provoca uma reflexão crítica sobre o papel da Igreja Católica e de outras instituições religiosas no Brasil. Ele destaca a importância de uma atuação pastoral que vá além da mera caridade e que se envolva diretamente nas questões sociais, promovendo mudanças estruturais na sociedade. Além de ser um manifesto visual e narrativo da teologia da libertação e das lutas sociais no Brasil. O cântico abaixo fez parte do cortejo do Grupo de Congada Moçambique Real, guiados por Dona Luzia Florêncio:

A Deus pai criador Oferecerei
Essa raça essa cor Oferecerei
Cada negro que luta
Pelo fim do racismo pelo sangue cativo
Oferecerei, oferecerei
Pela história negada Oferecerei
Toda dor suportada Oferecerei
Com clamor de justiça Oferecerei

O filme documenta, engaja, provoca e inspira uma reflexão profunda sobre o papel de cada indivíduo na luta contra a opressão e a injustiça. Ao destacar o anel de tucum como símbolo central, o documentário convida o espectador a assumir um compromisso ativo com a transformação social, reforçando a necessidade de solidariedade, resistência e ação em prol dos mais vulneráveis.

O filme em questão é uma ferramenta a ser utilizada em sala de aula pois os dois dos principais grupos de congada de Itumbiara compõem a narrativa, são eles: Moçambique Real e Raízes do Congo, mais precisamente no minuto quatorze até o minuto dezenove e trinta e três da produção cinematográfica¹⁶. Figuras emblemáticas como Dona Luzia Venâncio e Sr. Zé

Luzia aparecem como lideras fortalecidas pelo movimento religioso atribuídos pela congada de Itumbiara. Na obra cinematográfica apresentada aqui, celebra com cântico a leitura bíblica apresentada na celebração que foi registrada pelo jornalista e idealizador do documentário.

Ô que coisa bonita Ô que coisa
bonita
Ô bonita, é bonita, é bonita
Ô que coisa bonita

O filme documentário pode ser desenvolvido com os alunos como forma de apresentação história e patrimônio cultural local, pode ser discutido desigualdades sociais e como o livro sagrado católico reconhece e estabelece conforto para fiéis em condições de vulnerabilidade social e econômica. É importante reconhecer que a congada se fundamenta no catolicismo. Discutir esses saberes após apresentação do filme documentário é fundamental. Ouvir as diversas interpretações e entendimentos sobre o que assistido promove diálogos sobre a congada, consciência de classe, pertencimento, e tolerância religiosa.

E como sugestão de material didático já existente, da autoria de Chiara Santos, Christine Ayumi Kuwae e Luana Villas Boas Fernandes, as “Contribuições da Diáspora Africana na Cultura Brasileira”. São divididos em dois volumes com sugestões para educadores, recheado de poesia e arte gráfica, somado a orientações pedagógicas.

Outro material é o “Goiás sem racismo” que é uma ação de combate ao racismo nas instituições do Estado, enfrentando a violência, o preconceito e a discriminação. Com foco em combater o racismo institucional, sensibilizar e oferecer subsídios que garantam o respeito e condições de igualdade entre os goianos.

Ambas as sugestões são materiais ofertados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Centro de Estudos e Pesquisa Secretaria de Estado da Educação Ciranda da Arte e Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Além dos materiais disponibilizados virtualmente.

⁵ O tucumã é uma fruta de palmeira natural da Amazônia. (Portal São Francisco).

Atividades avaliativas objetivas e discursivas a serem aplicadas

Cabe aos educadores atuais adaptar as atividades a fim de atender às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos, incluindo recursos imagéticos, leituras e discussão temática. O processo de avaliação participativa envolve os alunos e permite que eles reflitam sobre seus aprendizados e contribuam para a construção do conhecimento coletivo.

Essa avaliação precisa valorizar a diversidade, promover o respeito em sala de aula, incentivando os alunos a reconhecerem e apreciarem as contribuições de diferentes culturas para a sociedade brasileira.

As propostas de atividades apresentadas nessa pesquisa exploram a riqueza cultural e histórica da congada, e são ferramentas para promover o respeito à diversidade e o combate ao racismo no ambiente escolar, com o compromisso com a inclusão educativa dos estudantes e do engajamento entre os professores. Como primeira atividade a ser aplicada é a de escrita de cartas aos Reis e Rainhas da congada, expressando a importância dessas figuras na cultura afro-brasileira.

A fundamentação dessa atividade verticaliza a hierarquia do Rei e da Rainha como figuras centrais na congada, representando a realeza africana e a resistência. Esta atividade conecta os alunos às figuras simbólicas da congada, estimulando a empatia e a compreensão cultural. Para desenvolver essa atividade é necessário solicitar aos alunos que escrevam cartas dirigidas ao Rei e à Rainha da congada, expressando o que aprenderam sobre a importância dessas figuras e como elas representam a luta e a resistência do povo negro brasileiro.

As cartas podem ser lidas em voz alta ou compartilhadas em um mural. A segunda atividade é organizar uma mesa-redonda para discutir como a congada pode ser usada como ferramenta na luta contra o racismo. Evidenciar que a congada, é uma expressão cultural negra e tem um papel importante na luta antirracista.

Para esta atividade será necessário convidar membros da comunidade congadeira local para discutir como a congada pode contribuir para a luta antirracista. Durante a discussão, os participantes da mesa-redonda devem abordar como a preservação e a valorização da congada ajudam a combater o racismo estrutural no Brasil.

A terceira atividade consiste em escrever um ensaio crítico sobre o impacto social das congadas para a comunidade local. Que tem um objetivo intelectual e pragmático.

¹⁶ O Anel de Tucum (youtube.com) Disponível no Canal Ed Santana.

A atividade estimula a reflexão crítica sobre o papel social da congada. Para realização desse atividade é necessário solicitar aos alunos que escrevam um ensaio crítico analisando como a congada impacta as comunidades onde é praticada, considerando aspectos como coesão social, identidade cultural, e resistência ao racismo. Os ensaios podem ser revisados em pares e discutidos em sala.

A quarta proposta é simples e pode ser aplicada em diferentes níveis de série. Trata-se de uma lista de perguntas relacionadas com a temática da congada.

1- Como as raízes africanas influenciaram a formação dos grupos de congada no Brasil? Essa pergunta explora as origens da congada, conectando-a às tradições africanas trazidas pelos escravizados ao Brasil. Os alunos devem considerar como elementos culturais africanos foram preservados e adaptados para o contexto brasileiro.

2- Qual é o papel das figuras do Rei e da Rainha na congada, e como elas simbolizam a resistência e a preservação da memória africana? Essa pergunta, por sua vez, explora a importância simbólica das figuras de liderança na congada, incentivando a análise de como elas representam a realeza africana e o poder cultural em um contexto de opressão.

3- Como a congada tem contribuído para a construção da identidade cultural afro-brasileira nas comunidades onde é praticada? A pergunta leva à discussão sobre a influência da congada na formação e fortalecimento da identidade cultural negra brasileira, especialmente em comunidades que mantêm essa tradição viva. Além de resgatar os grupos locais da própria cidade do estudante, a pergunta pode evidenciar práticas congadeira em outras cidades que o estudante conhece ou já ouviu falar.

4- De que maneira a congada pode ser vista como uma forma de resistência ao racismo estrutural no Brasil contemporâneo? Essa questão incentiva os alunos a refletirem sobre a congada não apenas como uma expressão cultural, mas também como uma forma de resistência contra as desigualdades raciais e o racismo institucionalizado.

5- Quais são os desafios enfrentados pelas comunidades que praticam a congada para preservar essa tradição em um mundo globalizado? A pergunta foca nos desafios contemporâneos de preservação cultural, considerando as pressões da modernidade e da globalização que podem ameaçar a continuidade das tradições da congada.

6- De que forma a congada reflete as complexas relações entre poder, religião e cultura no Brasil colonial e pós-colonial? A pergunta explora as interseções entre poder, religião e cultura, incentivando os alunos a analisarem como a congada se desenvolveu em um contexto de dominação colonial e continua a ser um espaço de resistência cultural.

7- Qual é a importância da música e da dança na congada, e como esses elementos

contribuem para a transmissão de valores e tradições culturais? A pergunta está sob a ótica dos aspectos performáticos da congada, essa questão analisa como a música e a dança não só expressam a espiritualidade, mas também desempenham um papel vital na transmissão de conhecimento cultural.

8- Como as celebrações de congada variam em diferentes regiões do Brasil, e o que essas variações revelam sobre a diversidade cultural dentro do movimento? Essa pergunta promove a investigação das variações regionais da congada, levando os alunos a considerarem como diferentes contextos geográficos e sociais influenciam a prática e interpretação dessa tradição cultural. E por fim, essa pergunta também tem o objetivo fazer os estudantes reconhecerem e relacionarem com a pergunta três.

Essas perguntas foram pensadas para incentivar a reflexão crítica e o aprofundamento na compreensão do movimento de congada, abordando aspectos históricos, culturais, religiosos e sociais. E seguindo essa proposta, cabe aqui, apresentar perguntas objetivas com o intuito de sintetizar ou sistematizar os conhecimentos desenvolvidos ao longo da sequência didática. A objetividade nas perguntas localizadas abaixo tem a função de direcionar aspectos específicos e importantes do movimento de congada, ajudando a avaliar o conhecimento sobre essa manifestação cultural.

1- Qual é a principal influência religiosa presente na congada?

- (A) Islamismo
- (B) Catolicismo
- (C) Budismo
- (D) Judaísmo

2- O anel simbólico utilizado na congada é conhecido como:

- (A) Anel de Tucum
- (B) Anel de Ouro
- (C) Anel de Prata
- (D) Anel de Cobre

3- A figura central da congada, que representa a liderança e a realeza, é conhecida como:

- (A) Capoeira
- (B) Bumba-meu-boi
- (C) Rei e Rainha
- (D) Mestre e Mestra

- 4- Qual é o nome do santo católico frequentemente homenageado nas celebrações da congada?
- (A) Santo Antônio
 - (B) São Sebastião
 - (C) São Benedito
 - (D) São Jorge
- 5- Qual é a origem étnica predominante dos praticantes e idealizadores da congada?
- (A) Europeia
 - (B) Africana
 - (C) Asiática
 - (D) Indígena
- 6- Qual é a principal função da congada no contexto das comunidades onde é praticada?
- (A) Entretenimento puro
 - (B) Resgatar tradições e promover a coesão social
 - (C) Competição esportiva
 - (D) Transmissão de conhecimento técnico

Diante das atividades apresentadas aqui, é possível afirmar que trabalhar a congada no espaço escolar produz reflexões valiosas sobre negritude e práticas antirracistas no ambiente escolar. Permitindo que professores e alunos possam compreender juntos, mediante a leitura, realizações atividades diversificadas e com a presença de lideranças negras da cidade, convidadas ao espaço escolar, desenvolver o compromisso de buscar aprendizados, e de tratar com seriedade a manifestação cultural e religiosa da congada como formação de identidade coletiva de grupos negros que historicamente foram estigmatizados.

A motivação para construir o produto parte do engajamento de projetos antirracistas desenvolvidos pela comunidade negra, quilombola e congadeira de Itumbiara, Goiás. Que foram estimulados a escrever projetos culturais com o objetivo de concorrer as leis de incentivo e mobilização sociocultural em parceria com o Conselho Municipal de Cultura (CMC) e escolas municipais da cidade. A congada é resgate de pluralismo religioso, de negritude, de tradição, esses elementos reunidos são mais que suficiente para motivar a realização de uma pesquisa acadêmica.

CONCLUSÃO

Pesquisar “As tradições do Moçambique Estrela de Ouro” proporcionou muito mais do que compreender que a congada é uma manifestação cultural de origem africana, trazida ao Brasil pelos povos bantos durante o período colonial. O processo de pesquisa iniciou com o entendimento sobre a importância histórica da congada como um símbolo de resistência e preservação das tradições africanas em um contexto de escravidão e opressão.

Mas a pesquisa realizada foi além disso, as fontes históricas e etnográficas que foram utilizadas conduziram à conexão entre a congada e as tradições negras, de tal modo que documentos históricos sobre a formação da congada e o firmamento religioso são representações grandiosas de acolhimento e resistência.

A preservação das tradições tem sido o compromisso prioritário do grupo de congada Estrela de Ouro, justamente por expressar o pluralismo religioso que combina elementos do catolicismo com religiões de matriz africana, como o candomblé e umbanda. Esta unificação religiosa dentro da congada é uma forma de resistência cultural, que permite que a comunidade congadeira possa preservar suas crenças através de práticas católicas e a devoção de santidades como Nossa Senhora do Rosario, São Benedito, Santa Efigênia, Santa Barbara e outros.

Jeremias Brasileiro é uma figura de grande importância para a realização dessa pesquisa, especialmente ele ser em vida um dos principais líderes e divulgadores da congada como manifestação cultural e religiosa. Brasileiro, se dedicou a manter viva essa tradição, organiza celebrações e cortejos de congada, além de transmitir os conhecimentos e práticas dessa manifestação para as novas gerações. Sua liderança ajudou a fortalecer os laços comunitários e a manutenção e construção de identidade étnica dos congadeiros, utilizando a congada como um espaço de encontro e celebração.

As personalidades entrevistadas, são líderes tanto no seguimento da congada, quanto lideranças educativas, engajados em projetos sociais/ culturais na cidade de Itumbiara, dentro das atividades culturais e sociais realizadas refletem o contexto de marginalização e racismo. Do município. As pessoas entrevistadas são pessoas dedicadas a preservar as tradições da congada e defendem a implementar uma educação antirracista nas unidades escolares como forma de resistência e construção de identidade negra.

Os referenciais teóricos desta pesquisa fundamentam as ideias de historiadores, antropólogos, etnólogos, sociólogos, estudiosos raciais. São eles, Durval Albuquerque Júnior

que é historiador com foco em história regional e cultural. Trabalha com os conceitos de região e identidade regional são construídos e representados. Circe Bittencourt é historiadora brasileira, suas contribuições estão relacionadas com o ensino de história no Brasil. É referência em metodologias de ensino, educação crítica e reflexão sobre os processos históricos do contexto escolar.

Rebeca Borges é jornalista e pesquisadora que escreve sobre temas relacionados à cultura afro-brasileira, políticas públicas e direitos humanos. Suas pesquisas destaca a importância das instituições que protegem e promovem a cultura afro-brasileira. Annie Bruter é pesquisadora de história da educação, com foco na análise histórica das disciplinas escolares e como elas evoluem ao longo do tempo. Suas análises evidenciam a história do ensino de história na formação da identidade cultural.

Joanildo Burity é sociólogo e pesquisador que trabalha com temas relacionados à cultura, identidade e política. Suas pesquisas sobre a cultura e a identidade serem construídas e negociadas em diferentes contextos sociais e políticos. Erinaldo Cavalcanti é historiador que foca em história local e suas implicações para a compreensão de processos históricos mais amplos. Ele analisa as potencialidades e desafios do estudo da história local no Brasil.

Bárbara Carine é escritora e educadora que se concentra em temas de memória autobiográfica, antirracismo e educação. Seu livro "Querido estudante negro" aborda a experiência do estudante negro no sistema educacional brasileiro, oferecendo reflexões sobre identidade e resistência. Capistrano de Abreu foi um dos mais influentes historiadores brasileiros do final do século XIX e início do século XX. Seus trabalhos são fundamentais para o entendimento da história colonial do Brasil, com temas como o povoamento e a formação territorial do país.

Michel de Certeau, historiador e teórico cultural de origem francesa, que analisa as práticas cotidianas e como elas moldam a cultura e a sociedade é uma referência em estudos culturais e sociais e no entendimento de estratégias de resistência e adaptação nas práticas cotidianas. Esse breve relato sobre alguns dos autores que são mencionados na construção inicial desta dissertação, sugere ao leitor possibilidades outras de ampliar o entendimento da temática escolhida para esta produção acadêmica.

A prática educativa com o foco multicultural, amparado por diretrizes da Lei 10.639/03, torna obrigatório nas unidades escolares o ensino da história e cultura negra brasileira nas escolas. Ao passo que a modernidade e a globalização influenciam para que ocorra o esvaziamento de significados das pessoas, das tradições e as coisas. Trabalhar a história da população negra no Brasil se torna um desafio. E as entrevistas sinalizaram que o

maior desafio dos grupos de congada é a preservação dos símbolos, dos ritos e da manutenção da fé. E que apesar dessas pressões, a congada tem se mostrado, resistente, mesmo que para isso acontecer seja necessário adaptar-se às novas realidades sem perder a essência.

Esta dissertação tem como objetivo principal, dar voz aos congadeiros de Itumbiara Goiás, para que ocorra a preservação cultural e racial do movimento, a oficialização da congada como patrimônio cultural imaterial Nacional. Aqui cabe ressaltar que os grupos congadeiros de Itumbiara conquistaram perante plenária da Câmara Municipal o direito ao dia do congadeiro no calendário oficial das atividades culturais do município.

A metodologia utilizada para coleta dos saberes congadeiros foi de entrevistas, que trouxe possibilidades de reconhecer os esforços para a preservação do movimento da congada. Sendo a congada uma manifestação cultural que, enraizada na tradição negra, tem o potencial de ser inclusiva, por defender a inclusão e que destaca a sua relevância histórica, cultural, social e política para a história local e nacional.

A proposta pedagógica consistiu na elaboração materiais de níveis diferentes de complexidade, respeitando, a possibilidade educacional de diferentes turmas e competências. Com intuito de valorizar os princípios da negritude e da estética negra, levando os alunos compreenderem que a congada é de origem católica, pontuando a necessidade de combater a intolerância religiosa e o racismo no território de sala de aula. Bem como a importância de se conhecer a história da cultura afro-brasileira para superar a intolerância e o racismo.

A metodologia utilizada para aplicação do produto da dissertação, é a proposta de roda de conversa, aula dialogada com membros da comunidade congadeira de Itumbiara, aplicação de atividades argumentativas e objetivas, após a aplicação de trechos do documentário intitulado Anel de Tokum, no qual duas comunidades congadeiras de Itumbiara compõem o enredo, em procissão e celebração a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, congadas essas que são o Congo Beira Mar e o Moçambique Real. E por fim, realizar com os alunos a atividade de relato de experiência.

A dissertação verticalizou o resultado das entrevistas em registros dos saberes e tradições congadeiras a partir das vivências do grupo de congada familiar intitulado Moçambique Estrela de Ouro. Os entrevistados compartilharam, sua trajetória de vida, lutas sociais, trabalhos e projetos realizados, vida religiosa e sua relação com a igreja católica, assim como com as religiões de matrizes africanas.

Em algumas entrevistas, foi possível acessar detalhes sobre os símbolos religiosos da congada, sua estruturação estatutária e documental, a tradição sagrada do festejo, planejamento e articulação financeira para que a festa possa acontecer no último domingo do

mês de setembro, amparado por lei municipal e apoiado pela secretaria de cultura da cidade e a finalidade social do grupo, as conexões religiosas entre a religiosidade negra e o catolicismo. Como pode ser acompanhado em diversos momentos nesse relato que estão expostos parte ou trechos das entrevistas coletadas como mecanismo de evidência do trabalho realizado com os participantes da pesquisa.

Com as entrevistas foi possível registrar e catalogar as canções sagradas, os eventos abertos à comunidade, como por exemplo os leilões com a finalidade de angariar recursos para a realização do festejo no final do mês de setembro, receber com fartura os ternos de congada de outras cidades e regiões. A conquista de um dia no calendário cultural municipal para realização da festa de congada e o recebimento de apoio municipal nos projetos de consciência negra que são desenvolvidos no município de Itumbiara e que os grupos de Congadas participantes da pesquisa fazem parte, bem como a relevância histórica constituída pela negritude da cidade.

A oralidade é resistência de sabedoria ancestral e quem honra a raiz ancestral contribui para que as tradições não se percam, entre os Griôs e a juventude, que o novo possa celebrar o sagrado das memórias. Um pensamento de Neusa Santos Souza no livro “Tornar-se Negro” diz que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo”. A construção da subjetividade está associada à oralidade e em uma sociedade colonialista, desenvolver possibilidades de protagonizar diálogos raciais capazes de produzir reflexões valiosas sobre problemáticas que carecem de ser repensadas socialmente.

Sendo assim, o terceiro capítulo, contextualiza a oralidade extraída das entrevistas com os aspectos históricos capaz de relacionar as redes de solidariedade existentes na cidade, os quais são direcionados a atender a população congadeira de Itumbiara. E o impacto disso na construção de uma consciência racial coletiva, através do debate sobre os impactos que a intolerância religiosa produz socialmente, no preconceito e discriminação persistentes no município. E para isso, a dissertação constitui um mapeamento solidário da cidade, de modo a perceber onde o movimento negro se insere na dinâmica da cidade e como se fundamenta os momentos sociais da negritude itumbiareense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Albuquerque Júnior DM de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. FRONT [Internet]. 5º de julho de 2008 [citado 11º de dezembro de 2023];10(17):55-67. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/62>.
2. Associação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Congados e Moçambique “Estrela de Ouro” (1988) Ata da Assembleia Geral de criação da Associação. Itumbiara, 1998. Disponível no arquivo do Palácio da Cultura de Itumbiara-GO.
3. Bittencourt CF. Reflexões sobre o ensino de História. Estudos Avançados. 2017;32(93).
4. Borges R. Fundação Palmares: lideranças pedem mais atenção ao órgão no governo Lula. Revista Metrôpoles; 2022.
5. Brasileiro J. As guardiãs de memórias e saberes ancestrais. 1a ed. CARVALHO T, editor. Uberlândia: Editora Subsolo; 2022.
6. Brasileiro J. Irmandade dos Saberes e Sabores: história de um patrimônio afro-brasileiro. 1a ed. CARVALHO T, editor. Uberlândia: Editora Subsolo; 2021.
7. Brasileiro J. Ler Imagens Contar Histórias: convivências de uma cidade em preto e branco. 1a ed. CARVALHO T, editor. Uberlândia: Editora Subsolo; 2019.
8. Bruter, A. Um exemplo de pesquisa sobre a história de uma disciplina escolar: a história ensinada no século XVII. Revista História Da Educação [Internet]. 31 de maio de 2012 [citado em 24 de Agosto de 2023];7–21. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29401>.
9. Burity JA. Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Dp&A Editora; 2002.
10. Cavalcanti E. História e história local: desafios, limites e possibilidades. Revista História Hoje. 2018 Nov 26;7(13):272–92.
11. Carine B. Querido estudante negro. São Paulo: Planeta; 2024.
12. Capistrano J. Capítulos de história colonial; e Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: UNB; 1963.
13. CERTEAU, M. A Invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes; 2008.

14. Coelho LNI. O Axé na Sala de Aula: Abordando as Religiões Afro-Brasileiras no Ensino de História [Internet]. [UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO]; 2016 [citado em 09 de março de 2022]. Disponível em: http://www.labhoi.uff.br/repair/ppp/pdf/Dissertacao_Isabelle.pdf.
15. Santos MW, Cruz ACJ. Diásporas e comunidades quilombolas: perspectivas metodológicas para o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira. *Revista História Hoje*. 03 de agosto de 2012;1(1):193.
16. Freire, N. Segregação Socioespacial e Desigualdade. Porto Alegre: Sulina; 2010.
17. Freire, N. Itumbiara: Cidade Imaginada. São Paulo: Editora USP, 2015.
18. Gomes NL. A mulher negra que vi de perto: o surgimento de uma identidade no contexto brasileiro. 1a ed. SÃO PAULO: SELO NEGRO; 2010.
19. Pelegrini SCA, Santos AP dos. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2004. 314 p. *Dialogos* [Internet]. 18º de janeiro de 2018 [citado 11º de dezembro de 2024];9(3):215 -219. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41332>.
20. Gusmão EM. Memórias de quem ensina história: cultura e identidade docente [Internet]. São Paulo: UNESP; 2003 [citado em 14 de maio de 2023]. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/4r8s5>.
21. Haesbart, R. Territorialidades e multiterritorialidade: Questões de Identidade e Globalização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2004.
22. Haesbart, R. Global-Regional: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea, São Paulo: Bertrand Brasil; 2014.
23. Hall, S. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais, Belo Horizonte: UFMG; 2016.
24. Khoury YA. NARRATIVAS ORAIS NA INVESTIGAÇÃO DA HISTÓRIA SOCIAL. *revph* [Internet]. 17º de agosto de 2012 [citado 11º de setembro de 2023];22. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10731>.
25. Krenak A. Recuperação física e ambiental da terra. Krenak. In: Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995, São Paulo: Instituto Socioambiental; 1996. p. 697–9.
26. Krenak A, Batalha E. Ideias para adiar o fim do mundo, São Paulo: Companhia Das Letras; 2021.

27. Martins, AL. Memória e Patrimônio Urbano. São Paulo: Senac; 2003.
28. Martins, LM. A cena em sombras: uma reflexão sobre o teatro negro brasileiro, São Paulo: Perspectiva; 1995.
29. Martins, LM. Afrodescendentes e política: reflorestamento da Memória, Belo Horizonte: Mazza Edições; 2019.
30. Martins, LM. Performances do tempo espiralar: poéticas da ancestralidade, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2020.
31. Martins, LM. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela, Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
32. Rezende AS. MASSEY, DOREEN B.: PELO ESPAÇO: UMA NOVA POLÍTICA DA ESPACIALIDADE. TRAD. HILDA PARETO MACIEL; ROGÉRIO HAESBAERT. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 2008. 312 P. BGG [Internet]. 3º de setembro de 2009 [citado 13º de dezembro de 2023];29(1):215-20. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/7106>
33. Munanga K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica; 2014.
34. Revel J. Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise. Rio de Janeiro: FGV; 1998.
35. REVISTA CONTEMPORÂNEA. Itumbiara, ano II, n. 9. p. 4, out./nov. 2009.
36. Ribeiro MCG. Escravo, africano, negro e afrodescendente: a representação do negro no contexto pós-abolição e o mercado de materiais didáticos (1997-2012) [Internet] [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual Paulista (Unesp), editor. [Universidade Estadual Paulista (Unesp)]; [citado em 21 de maio de 2023]. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/29da22b5-3601-4168-9d77-ada2f9bdb780>
37. Garrido MCM. História que os livros didáticos contam depois do PNLD: história da África e dos afro-brasileiros por intermédio dos editais de convocação do PNLD (2007-2011). HeP [Internet]. 2º de agosto de 2016 [citado 13º de dezembro de 2024];29(54). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35396PRUDENTE>, Celso. Mãos Negras: Antropologia da arte negra. São Paulo: Editora Panorama do Saber, 2002.
38. Santos, Kuwae CA, Villas L. Contribuições da Diáspora Africana na Cultura Brasileira. Ciranda da Arte; 2021.
39. Santos KKS. Políticas Culturais e pandemia: a emergência da Lei Aldir Blanc [Dissertação de mestrado]. [Universidade Federal Fluminense]; 2021.

40. Santos M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Edusp; 1994.
41. Santos, NE dos. Educação Antirracista: Reflexões, afetos e experiências. Colaboração: Fernanda Cássia dos Santos - Gabriela Martins Silva - Léa Aureliano de Sousa (colaboradoras). Editora: CRV. Curitiba – Brasil, 2022.
42. Sennett, R. O Espaço Público e a Convivência Urbana. São Paulo: Record: 2001.
43. Servilha ER, Rutkowsk E, Demantova GC, Freiria RC. As áreas de preservação permanente, as cidades e o urbano. RDA [Internet]. 2007 [cited 22 AD Oct 21];12(46):94–113. Available from: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/86350>.
44. Silva, CS. Irmãos de fé, irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá (1751 – 1819).
45. Dissertação de Mestrado (UFMT), Cuiabá – MT, 2001, p.67.
46. Souza, JR. Entre a cruz e o terreiro: uma análise em torno da integração entre a religiosidade afrobrasileira e o Ensino de História no Museu do Negro. Rio de Janeiro: UERJ; 2018.
47. Souza, MM. Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa de Coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
48. Pollak M. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos [Internet]. 1992 [citado em 22 de outubro de 2023];5(10):200–2012. Disponível em: <http://www.pggedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>
49. Tompson EP. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos [Internet]. Campinas: UNICAMP; 2012 [cited em 16 de agosto de 2023]. p. 269–86. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/678>.

ANEXOS

CANÇÕES – MOÇAMBIQUE ESTRELA DE OURO

CANÇÕES – MOÇAMBIQUE ESTRELA DE OURO

(Atenção a escrita está de acordo como se canta, ou de acordo com a linguagem negra raiz popular).



Ho estrela (2x)
 Estrela de ouro acabou de chegar
 Vem louvando a virgem Maria e a senhora do rosário
 Balanceia pra lá e pra cá... o lê lê (2x)
 Vem trazendo alegria (2x)
 Ho estrela....

(Autor: capitão Daniel Oliveira)

he meu bem ti vi (2x)
 ele e da pena dourada (2x)
 sem a benção de meu deus nesse dia eu não sou nada (2x)

eu vim berando o rio, eu vim berando o mar 2x
 eu sou estrela de ouro he he haaaaa

bendito louvado seja, essa festa de alegria.
 onde o nego canta e dança, no rosário de maria.

eu vim de lá, cheguei aqui, vim trabalhar.
 vim pra buscar, coroa...
 canta nego sorri (2x)
 Aí com saudade do meu povo de angola...

e curva de rio e também curva de areia (2x)
 nego veio beira mar, beira mar eeeeeeee,
 pelo rastro da sereia...



a rainha me contou que no fundo do mar tem areia...
eu sou filho de nossa senhora, filho de fé que não bambeia.



he chorou beira mar, he chorou beira mar...
eu não posso correr eu não posso para...
he chorou beira mar...



nossa senhora mandou um recado e festa do rosário...
eu vo, eu vo 2x
eu sou filho dela criado no colo, chegou, chegou...



e louvado seja 2x
louvado seja, mamãe do rosário louvado seja...



(Autor: Daniel Oliveira)

a toda essa família eu quero agradecer
vou pedir nossa senhora para sempre proteger
(saída)



despedimos de vocês com nosso rosário na mão
levaremos a saudade e grande a emoção



He coroa de maria onde o nego foi rezar... (2x)
He nós e mocambiqueiro mais caminha devagar... (2x)



Eu me lembro no dia de hoje...
eu me lembro com alegria...
minha mãe me deu à luz
colocou e meu pescoço o Rosário de Maria...



Vai coroa vai pelos rumos de Belém (2x)
Aonde a coroa for eu vou também (2x)



Não sou um soldado Romano
não vim disputar um duelo
vim saudar o rei e a rainha no trono de ouro dentro do Castelo...



Vimos agradecer he he heeeee
a raiz banto nagô...
eu nasci nesse Quilombo a herança que zumbi deixou...
e gungá (ho gungá) e Gungaá...
tem Gunga daí tem Gunga de cá
e Gungá...



(Autor Daniel Oliveira)

O rei...
tem coroa Santa (2x)
Moçambique estrela chegou com muita fé e esperança
com a bandeira que canta e patagumeiro que balança
o rei...



oi, balança nego, quero ver nego balançar... (2x)
nesta festa do Rosário moçambiqueiro não pode parar....



(Autor Daniel Oliveira)

Nego fugiu da Senzala
Nego Veio devagar....
avisa a mamãe do Rosário Estrela de Ouro acabou de chegar...



Tiraram o meu povo da Angola
mas não tiram Angola de mim
esse povo que tá chegando...
esse povo tem raiz...

